



**Carolina Vicente Ferreira Lima**

**A riqueza e suas  
diferentes formas de  
apropriação  
Hierarquias sociais no  
Brasil contemporâneo**

**Um olhar da sociologia clínica sobre  
a trajetória de vida de empreiteiros  
na cidade de Brasília-DF**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A RIQUEZA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO:  
HIERARQUIAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO  
UM OLHAR DA SOCIOLOGIA CLÍNICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE  
EMPREITEIROS NA CIDADE DE BRASÍLIA-DF

Carolina Vicente Ferreira Lima

Brasília,  
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

A RIQUEZA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO:  
HIERARQUIAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO  
UM OLHAR DA SOCIOLOGIA CLÍNICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE  
EMPREITEIROS NA CIDADE DE BRASÍLIA-DF

Autora: Carolina Vicente Ferreira Lima

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Brasília, março de 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

A RIQUEZA E SUAS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO:  
HIERARQUIAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO  
UM OLHAR DA SOCIOLOGIA CLÍNICA SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DE  
EMPREITEIROS NA CIDADE DE BRASÍLIA-DF

Autora: Carolina Vicente Ferreira Lima

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro – UFF

Prof. Dr. Pedro Henrique Isaac Silva – IFB

Prof. Dr. Emerson Ferreira Rocha – UnB

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida – UnB (suplente)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de pesquisa durante o período de doutoramento, sem a qual não poderia ter realizado esse trabalho.

Sou imensamente grata também à minha orientadora, profa. Christiane Girard Ferreira Nunes, por ter me acompanhado e amparado ao longo deste percurso. Que, como sabemos, não é nada fácil. Embora também guarde seus momentos de prazer. Christiane foi alguém que me serviu de inspiração desde os primórdios dos estudos em sociologia, durante minha graduação, por sua postura comprometida, ética e humana em relação ao trabalho e aqueles que o executam. Além, é claro, de sua admirável capacidade intelectual. Foi um privilégio, já nos finalmentes, ter sido sua orientanda.

Agradeço ao prof. Brasilmar Ferreira Nunes por ter me acompanhado no início desta trajetória. Sinto não termos podido continuar juntos.

Não esquecerei dos professores e professoras do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que muito contribuíram para minha formação. Eurico Cursino dos Santos (Introdução à Sociologia), Augusto Gusmão e Caetano Araújo (Teorias Sociológicas Clássicas), Maria Estela Grossi Porto, Sérgio Tavolaro e Carlos Bendito Martins (Teorias Sociológicas Contemporâneas), Christiane Girard (Teorias Sociológicas Marxistas e Sociologia do Trabalho), Brasilmar Ferreira Nunes (Teorias da Socialização e Sociologia Urbana), Christiane Coêlho (Sociologia Urbana), Lourdes Bandeira, Michegângelo Giotto e Christian Teófilo (Métodos e Técnicas de Pesquisa), Hyadée Caruso e Débora Messenberg (Prática Docente), Gustavo Lins Ribeiro (Antropologia da Globalização), Edson Silva de Farias (Trabalho, Afeto e Cultura).

Quero expressar minha profunda gratidão à instituição Universidade de Brasília. E o termo “profunda” aqui não é um exagero. E nisso contemplo também um agradecimento a seus funcionários como um todo. Estou certa de que a possibilidade de

ter feito parte desta instituição por anos a fio além de definir muito dos rumos da minha vida, também a dotou de sentido.

O caminho teria sido mais pedregoso sem a agradável companhia dos colegas e amigos do grupo de pesquisa Diálogos em Sociologia Clínica. Cida Penso, Maria Inês Gandolfo, Pedro Isaac Silva, Vera Roesler, Paulo Bareicha, Sérgio Barroca.

E dos amigos da vida, Tauvana Yung, Ângelo Daré, Marcos Henrique Amaral, Juliana Veloso, Larissa de Athayde, Frederico Vianna, Thamires Castelar.

Sou grata à Maria Luiza por me escutar. E a Hyago que, apesar de chegar mais no finalzinho, tornou as coisas mais divertidas e leves.

Por fim, agradeço o apoio dado por meus amados pais, Álvaro e Cristina, e minha amada irmã, Mariana.

Essa tese é dedicada à minha querida avó Etel. Que além de tudo, foi uma grande amiga. Ela me acompanhou ao longo de todo percurso, mas já não está aqui para o final.

Vó, te recordarei por toda a vida!

Para Etel.

*Será preciso coragem para fazer o que vou fazer: dizer.*

*E me arriscará à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita.*

*Mal a direi e terei que acrescentar: não é isso! Não é isso!*

*Mas é preciso também não ter medo do ridículo.*

*Eu sempre preferi o menos ao mais por medo também do ridículo: é que há também o dilaceramento do pudor. Adio a hora de me falar.*

*Por medo?*

*E porque não tenho uma palavra a dizer.*

*Não tenho uma palavra a dizer.*

*Por que não me calo então?*

Clarice Lispector



## RESUMO

Nesta tese, centramo-nos na contradição existente na sociedade brasileira entre uma ordem que se enuncia democrática e a manutenção de significativa desigualdade social ao longo das décadas. Investigamos a respeito da formação de hierarquias sociais, questionando-nos sobre como é possível sua manutenção. A investigação parte da noção de que os sujeitos sociais são formados a partir da vivência, em longa duração, em determinadas condições objetivas de existência. Estas sendo decisivas na formação de estruturas simbólicas delimitadoras de fronteiras no mundo social. A partir da abordagem da Sociologia Clínica, que considera para a análise dos fenômenos sociais, além da dimensão social, as dimensões existencial e reflexiva dos sujeitos sociais, e da utilização do método de história de vidas, nos debruçamos sobre a trajetória de vida de empreiteiros da cidade de Brasília-DF. Para análise das trajetórias, percorremos boa parte da história do País ao longo do século XX. As trajetórias revelaram a centralidade da educação formal e o papel cumprido pelo capital social no processo de construção de suas fortunas. No que tange à coexistência entre a ordem que se enuncia democrática e as profundas desigualdades sociais existentes no País, esta só se torna possível devido a um processo de naturalização e recalçamento daquilo mesmo que a torna possível, qual seja, uma sociedade que se estruturou em torno da gramática dos privilégios e não em torno da gramática dos direitos.

**Palavras-chave:** Hierarquia social; Desigualdade social; Sociologia clínica, História de vida; Brasil; Construção civil

## ABSTRACT

In this thesis, we focus on the contradiction that exists in Brazilian society between an order that declares itself democratic and the maintenance of significant social inequality over the decades. We investigate the formation of social hierarchies, asking ourselves how it is possible to maintain them. The investigation starts from the notion that social subjects are formed from long-term experience in certain objective conditions of existence. These are decisive in the formation of symbolic structures that delimit borders in the social world. We based on the approach of Clinical Sociology. It considers the existential and reflective dimensions of social subjects for the analysis of social phenomena. In addition to the social dimension. We use the life history method and focus on the life trajectory of building contractors in the city of Brasília-DF. To analyze the trajectories, we traveled a good part of the country's history throughout the 20th century. The trajectories revealed the centrality of formal education and the role played by the social capital in the process of building its fortunes. The coexistence between the democratic order and the deep social inequalities that exist in the country is only possible due to a process of naturalization and recalculation of what makes it possible, that is, a society structured around the grammar of privileges and not around the grammar of rights.

**Keywords:** Social hierarchy; Social inequality; Clinical sociology; Life history; Brazil; Construction industry

## RESUMÉ

Dans cette thèse, nous nous concentrons sur la contradiction qui existe dans la société brésilienne entre un ordre qui se déclare démocratique et le maintien d'une inégalité sociale importante au cours des décennies. Nous enquêtons sur la formation des hiérarchies sociales, en nous demandant comment il est possible de les maintenir. L'enquête part de l'idée que les sujets sociaux sont formés à partir d'une longue expérience dans certaines conditions objectives d'existence. Celles-ci sont décisives dans la formation des structures symboliques qui délimitent les frontières dans le monde social. Sur la base de l'approche de la sociologie clinique, qui prend en compte pour l'analyse des phénomènes sociaux, outre la dimension sociale, les dimensions existentielle et réflexive des sujets sociaux, et l'utilisation de la méthode de l'histoire de vie, nous nous concentrons sur la trajectoire de vie des entrepreneurs dans la ville de Brasília-DF. Pour analyser les trajectoires, nous avons parcouru une bonne partie de l'histoire du pays tout au long du XXe siècle. Les trajectoires ont révélé la centralité de l'éducation formelle et le rôle joué par le capital social dans le processus de construction de sa fortune. La coexistence entre l'ordre démocratique et les profondes inégalités sociales qui existent dans le pays n'est possible que grâce à un processus de naturalisation et de recalcul de ce qui le rend possible, c'est-à-dire une société structurée autour de la grammaire des privilèges et non autour de la grammaire des droits.

**Mots-clés:** Hiérarchie sociale; Inégalité sociale; Sociologie clinique; Histoire de vie; Brésil; Construction civile

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Contribuição anual (%) para o crescimento e composição da riqueza por adulto, 2000-19 .....	81
Figura 2 - Mapa da riqueza mundial 2019 .....	82
Figura 3 - Pirâmide da riqueza global, 2019 .....	84
Figura 4 - Topo da pirâmide de riqueza, 2019 .....	86
Figura 5 - Porcentagem de milionários por país em 2019 .....	87
Figura 6 - Número de indivíduos adultos multimilionários por país, 2019 .....	88
Figura 7 - Parcela de riqueza do 1% mais rico, seleção por país e ano .....	89
Figura 8 - Desigualdade na riqueza mundial, 2000-19 .....	90
Figura 9 - Riqueza por adulto e tipo de país em dólares americanos, 2000-19 (escala logarítmica) .....	91
Figura 10 - Riqueza do 1% do topo por tipo de país, 2000-19 .....	93
Tabela 1 - Razões entre as Rendias Totais dos Estratos nos Dados Tributários e nas Pesquisas Domiciliares (%) .....	96
Tabela 2 - Resumo das Declarações por Faixas de Salário Mínimo (Valores R\$ milhões) .....	97
Tabela 3 - Participação na renda tributável bruta por faixa de salário mínimo (em%) ..	98
Tabela 4 - Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo (em%) .....	99
Tabela 5 - Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo (em%) .....	100
Tabela 6 - Resumo da Distribuição de Renda por Decil e dos centésimos e milésimos superiores .....	101
Tabela 7 - Rendimento médio por decil de renda e nos estratos mais altos .....	103
Tabela 8 - Razão entre rendas totais dos estratos .....	103

## LISTA DE SIGLAS

- ADEMI-DF – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
- ASBRACO – Associação Brasiliense de Construtores
- CSIR – Credit Suisse Research Institut
- CONPLAN-DF – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IISC – *Institute International de Sociologie Clinique*
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- RISC – Réseau International de Sociologie Clinique
- SINDUSCON-DF – Sindicato da Indústria da construção Civil do Distrito Federal

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: SITUANDO O ESTUDO FRENTE AO CAMPO SOCIOLÓGICO</b> .....	<b>23</b>
1.1 <i>Discussão epistemológica: a opção pela Sociologia Clínica</i> .....	23
1.2 <i>A questão simbólica nos estudos sobre desigualdade social</i> .....	36
1.3 <i>Classe social e distinção em Pierre Bourdieu</i> .....	40
1.4 <i>Distinção social em Erving Goffman</i> .....	55
1.5 <i>Hierarquia social em Vincent de Gaulejac</i> .....	63
<b>CAPÍTULO 2: O IGUALITARISMO MODERNO E A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA</b> .....	<b>71</b>
2.1 <i>A noção moderna de igualitarismo</i> .....	71
2.2 <i>Desigualdade socioeconômica no mundo: um quadro atual</i> .....	77
2.3 <i>Desigualdade econômica no Brasil: um quadro atual</i> .....	94
<b>CAPÍTULO 3: HIERARQUIAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>106</b>
3.1 <i>Hierarquias sociais no Brasil contemporâneo</i> .....	106
3.2 <i>Brasília: o território vazio e a construção civil</i> .....	110
<b>CAPÍTULO 4: A EMPIRIA PROPRIAMENTE DITA</b> .....	<b>119</b>
4.1 <i>Sobre o método</i> .....	119
4.2 <i>Implicação da pesquisadora em seu objeto de investigação</i> .....	124
4.3 <i>Análise da trajetória de Juarez</i> .....	132
4.4 <i>Análise da trajetória de Joaquim</i> .....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>186</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa interrogar fenômenos de desigualdade socioeconômica tomando o espaço social da cidade de Brasília (capital do Brasil) como cenário, e tendo como objetivo investigar a vivência em condição social e econômica abastada de dois empresários, ligados ao ramo de construção civil da cidade. Tendo por objetivo trazer, a partir da análise de trajetórias individuais, contribuições para a compreensão da história coletiva.

É composto por sujeitos de pesquisa de um dos segmentos profissionais mais endinheirados da capital federal, responsável pela construção de edificações e obras de infraestrutura em uma cidade que está em constante crescimento e que nos últimos vinte anos passou por intenso processo de metropolização, constituindo atualmente uma região metropolitana de cerca de 2,5 milhões de habitantes (Nogales, 2010, p.399).

Como se sabe, a vivência em dadas condições objetivas de existência forma o ator social, define seu *habitus*, tem implicações objetivas, simbólicas, identitárias e subjetivas. A investigação aqui apresentada buscou compreender, através da trajetória de vida dos sujeitos de pesquisa, a formação da identidade e dos valores de indivíduos pertencentes aos estratos sociais mais elevados. Entretanto, não se limita a compreendê-las, mas também confrontá-las com o crônico quadro de desigualdade socioeconômica vivido no País. A questão que se coloca é a natureza do conflito existente entre uma ordem dita republicana e democrática, que pressupõe igualdade civil, política e econômica entre os indivíduos de uma sociedade, e a manutenção da persistente desigualdade social que marca a sociedade brasileira.

Diante da contradição que se apresenta, como é possível sua manutenção? A análise das trajetórias buscou trazer elementos que ajudassem a nos aproximar o máximo possível do vivido pelos atores sociais e constatar tal contradição.

Ao longo das entrevistas foi dada ênfase à categoria família. Isso se deve ao fato de que esta aparece como um lugar de destaque quando se trata do universo social

investigado, basta pensarmos no peso que representam os sobrenomes das pessoas que foram entrevistadas. A noção de herança, pensada tanto como espaço de socialização – onde vigem e são transmitidos valores, símbolos, costumes, ideologias, cultura – quanto instrumento de transmissão de capital econômico, interessa de maneira central a essa pesquisa, pois nos apresenta pistas de como a condição social abastada de certos grupos pode ser mantida e perpetuada ao longo do tempo com base, dentre outras coisas, também na família. Em se tratando dessa categoria no Brasil, ainda é preciso ponderar o quanto a história do País é marcada pela concentração de riqueza e poder nas mãos de certas famílias há algumas gerações.

Seguindo as orientações que regem a abordagem da sociologia clínica, empreendemos uma análise que contemplou três níveis de realidade: a social, a familiar e a pessoal, optando por uma perspectiva que leva em conta determinismos sociais.

A partir do método de histórias de vida, a expectativa é de aproximação do que foi e é vivido, ou seja, da dimensão existencial do que é experimentado pelos sujeitos de pesquisa.

Tendo em conta certa lacuna que existe no Brasil a respeito de “estudos sobre os ricos”, nos propusemos a investigar de perto a experiência daqueles que ocupam os estratos mais altos em uma sociedade marcada por grande desigualdade socioeconômica. Pensar em diferentes níveis de realidade (social, familiar, pessoal) pareceu-nos adequado, visto que as desigualdades socioeconômicas levam a relações de poder entre classes, e esta é uma questão social que atravessa as famílias, as relações conjugais, as relações pais e filhos, os laços de amizade e parceria, etc.

Naturalmente, a investigação sobre a desigualdade socioeconômica está longe de esgotar as dimensões das desigualdades sociais no Brasil, no entanto, olhar para a distribuição das riquezas e os aspectos simbólicos que a acompanham é uma das maneiras de abordar o assunto.



A intenção foi tratar, a partir da abordagem da sociologia clínica, a vivência dos sujeitos em condição social abastada a fim de revelar, a partir dessas histórias, algo da nossa história coletiva.

Procuramos nos debruçar sobre o percurso social vivido pelos sujeitos de pesquisa para ocupar a posição que ocupam e entender como se dá a sedimentação do grupo enquanto elite, as estratégias que utilizam para se reproduzir, não perder seu lugar e talvez ampliá-lo. Sua história, suas alianças, seus desafetos, seus ídolos, seus conflitos, suas contradições, suas ideologias, os valores que os fazem agir, onde investem seu tempo e pulsão de vida. Ainda, como suas trajetórias se cruzam com a política, quais são seus investimentos em práticas culturais, seus hábitos de consumo, suas práticas esportivas, seu processo de adoecimento, como se deu sua vida escolar e universitária.

A inquietação que motiva a pesquisa é a respeito da estrutura de distribuição de recursos em nossa sociedade, recursos estes que são econômicos e materiais, mas também, simbólicos e intangíveis, e que a partir de uma perspectiva republicana e democrática, com viés igualitarista, entra em profunda contradição com o modo como se encontram repartidos em nosso País.

Esse arranjo faz com que algumas pessoas e grupos sejam inseridos, tanto material quanto simbolicamente, portando por vezes alguns privilégios, enquanto outros vivam em situação de grande exclusão e falta de oportunidades. Em outras palavras, questiona-se como é possível que, em uma sociedade que se auto intitula democrática, algumas pessoas e grupos sejam tão incluídos enquanto outros sofram com a baixa inserção e, em alguns casos, a quase absoluta exclusão. Mantendo essa perspectiva como pano de fundo, pretende-se investigar a vivência e socialização daqueles que estão no topo da pirâmide social.

A motivação nasce também da escassez de estudos existentes nas Ciências Sociais sobre a vida de pessoas em estratos sociais elevados. É curioso que o tema da estratificação e desigualdade socioeconômica ocupe posição central na sociologia brasileira, mas que não haja tantos estudos investigando o polo mais rico da pirâmide social. Nesse sentido, vale lembrar que não existem segmentos estanques quando o assunto são as desigualdades socioeconômicas, pois o polo riqueza e o polo pobreza,

assim como os segmentos intermediários, mantem relações necessárias e indissolúveis. Portanto, se queremos compreender as dinâmicas sociais associadas aos processos de desigualdades e hierarquização social, torna-se imprescindível investigar como vivem aqueles que ocupam posições mais altas na pirâmide social, pois seus interesses, comportamentos sociais e ações políticas afetam de maneira decisiva o conjunto da sociedade.

Há ainda os preconceitos pelo qual o tema passa e que atravessam, embora sejam de naturezas distintas, tanto o campo científico quanto o senso comum.

De acordo com Cattani (2009, p.558) a temática da riqueza sofre uma série de preconceitos associados à aparente falta de legitimidade política do tema. O estudo de populações pobres é considerado prioritário em vários campos de conhecimento e para definição de políticas de Estado. De maneira geral, se compreende que estudar tais populações é parte indispensável para a estratégia de combate à pobreza, para o empoderamento dos sujeitos e para diminuição da desigualdade gritante. O que de fato o é. E se pensarmos especificamente na sociedade brasileira, isso se torna ainda mais urgente devido à grande desigualdade socioeconômica sob a qual vivemos. No entanto, e sem desconsiderar a importância desses estudos, gostaria de fazer algumas considerações sobre esse quadro. Primeiramente, para compreender as desigualdades socioeconômicas, é necessário pesquisar aqueles que ocupam o alto da pirâmide social, pelo simples fato de que no mundo social não existem segmentos isolados, sendo que todos os estratos vivem em situação de interdependência e se influenciam mutuamente. Sobre a interdependência dos estratos e a aparente falta de legitimidade política que o tema sofre e que se traduz, inclusive, na distribuição de verbas para pesquisa, transcrevo as palavras de Cattani (2009, p.558):

Confrontados dois projetos concorrentes – um que visa a, hipoteticamente, estudar “Estratégias de sobrevivência da população pobre da favela X”; e outro que busca analisar “Sociabilidade e padrões de consumo no condomínio fechado de alto luxo Y” – a tendência será priorizar aquele que, aparentemente, tem uma função social. É bem provável que o segundo seja considerado um tema fútil, não merecedor de apoio governamental. A produção de conhecimento, no primeiro caso, pode ser indispensável para uma correta avaliação das políticas que auxiliem os envolvidos a saírem da situação de pobreza. Mas, a segunda proposta pode trazer elementos explicativos do contínuo e renovado processo de produção de pobreza. No caso específico, parte dos moradores do condomínio Y é composta pelos mesmos empresários

que, durante os jogos de golfe, socializam as estratégias de guerrilha trabalhista para explorar os trabalhadores da favela X. Nas reuniões sociais, suas esposas elaboram listas negras para excluírem serventes e faxineiras que contestam o preço vil pago para limpar e cuidar das mansões. Além disso, a implantação do condomínio em área de preservação ambiental foi possível com a corrupção de funcionários públicos. Enquanto os favelados pagam impostos urbanos e sofrem com a falta de saneamento básico e de transporte decente, os moradores do condomínio de luxo gozam de isenção tributária e tiveram as suas vias de acesso asfaltadas pela prefeitura.

Além do preconceito que diz que o estudo dos ricos carece de relevância política, há, ainda, o desdobraimento desse tipo de pensamento que, de forma ingênua, prega que estudar os pobres é se interessar pela causa dos pobres. Por paralelismo, estudar os ricos é se identificar com a causa dos ricos. Ou, também, estudar elites econômicas é ser elitista (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2007).

Julgamos que seja muito importante questionar tal tipo de postura como forma de evitar fórmulas e explicações simplistas e reificadas, as quais perpassam o campo científico e também o senso comum, com encadeamentos causais que levam a argumentos tais como: “se rico, então, necessariamente corrupto”, “se pertencente a segmentos mais altos na pirâmide socioeconômica, então, necessariamente explorador”, “se endinheirado, então, necessariamente egoísta e fútil”, ou ainda “se rico, então, livre de todo e qualquer tipo de conflito e sofrimento, seja ele social ou psíquico”, e etc.

Evidentemente, não devemos misturar todas essas dimensões, científica e senso comum, e muito menos desconsiderar a outra faceta que essa inserção social muito específica proporciona a esses grupos sociais: a de forte reconhecimento social. A imagem de sucesso que a sociedade propõe como ideal. Aquilo que muitas pessoas desejam alcançar. E, propriamente, a partir da hierarquização do mundo social, não podemos desconsiderar o fato de que ocupam posição de poder.

Conforme apontado por Medeiros (2005, p.16-18) a maioria dos estudos sobre desigualdade parte de uma base normativa e essa base é fundamental para a escolha das desigualdades que devem ser analisadas e da forma como devem ser tratadas. A existência de diferenças entre os indivíduos de uma sociedade é um fato óbvio. São teorias e tradições políticas que estabelecem quais desigualdades podem ser consideradas injustas e que, portanto, devem ser corrigidas.

O igualitarismo moderno tem por base a ideia de que grande parte das desigualdades nas condições de vida das pessoas são fruto de injustiças prévias. Esta base normativa também está presente nesta pesquisa. O estudo parte da noção de que as desigualdades no Brasil são excessivas e fonte de sofrimento social e psíquico para muitas pessoas. Este estudo visa, por meio da investigação da vivência da parcela mais abastada desse debate, contribuir para o melhor entendimento do que está em jogo quando tratamos de hierarquias sociais no Brasil.

Entender a experiência daqueles que ocupam os estratos sociais mais elevados de Brasília, capital do País, se coloca como um objeto de compreensão importante, sobretudo, devido à proximidade com as esferas de poder e decisão política, cujos pensamentos e atitudes reverberam por toda nação. Também é importante devido ao grupo empírico investigado, empreiteiros de Brasília, que não são contemplados na literatura sociológica sobre a cidade, que tende a privilegiar, quando analisa grupos socioprofissionais, aqueles que compõem os quadros do funcionalismo público. É preciso considerar ainda, a escassez de estudos realizados sobre aqueles que ocupam os estratos mais altos na pirâmide social brasileira.

O primeiro capítulo da tese situa a pesquisa diante de questões epistemológicas próprias ao campo de estudo sociológico. Primeiramente, fazemos uma apresentação dos pressupostos da Sociologia Clínica, abordagem teórico-metodológica que guia a pesquisa. Neste momento, discutimos sobre as diferentes correntes teóricas que circulam o campo de estudos da sociologia, procurando situar a abordagem clínica em relação à discussão da centralidade do sujeito e/ou do objeto para a análise dos processos sociais. Em seguida, discutimos a partir de que olhar compreendemos os conceitos de classe social e distinção social. Utilizamos as abordagens teóricas dos sociólogos Pierre Bourdieu, Erving Goffman e Vincent de Gaulejac para pensar questões relativas à formação e manutenção de hierarquias sociais.

O segundo capítulo trata sobre a noção moderna de igualitarismo e procura trazer, a partir de dados quantitativos, um quadro atualizado a respeito da distribuição de riquezas no mundo e no Brasil. Fazemos uma discussão sobre a noção de igualitarismo,

cara às sociedades modernas, justamente porque a contradição existente entre uma ordem dita republicana e democrática – cujo ideal se ampara na igualdade civil, política e econômica entre as pessoas de uma nação– e a manutenção secular de profundas desigualdades sociais na sociedade brasileira, é aquilo que conduz o pensamento aqui desenvolvido.

O terceiro capítulo apresenta dados etnográficos sobre a elite brasileira, trazendo estudos que encontraram descobertas distintas quando se trata de distinguir elementos eleitos pelo grupo em discussão como símbolos de distinção social. O capítulo apresenta também Brasília e sua configuração enquanto uma metrópole brasileira. A construção da cidade e a centralidade que a construção civil adquire, primeiramente, no processo de preenchimento do espaço vazio e monumentalização da cidade. E, anos depois, em seu processo de metropolização.

Por fim, o quarto capítulo traz uma discussão a respeito do método, a implicação da pesquisadora junto ao objeto de investigação e a análise das trajetórias de dois empreiteiros da cidade.

Faz-se aqui necessário justificar o número de análises nesta tese realizada. Ele se justifica no fato de que se buscou o que havia de específico, de idiossincrático, na história de cada um. E não aquilo que poderia se encontrar como forma de repetição a partir de um grande número de entrevistas. Ao todo foram realizadas na pesquisa cinco entrevistas em profundidade. A escolha das trajetórias aqui analisadas se deve a seu caráter paradigmático.



**1**

**Situando  
o estudo  
frente  
ao campo  
sociológico**

# CAPÍTULO 1: SITUANDO O ESTUDO FRENTE AO CAMPO SOCIOLÓGICO

“(...) entre a desilusão e o encantamento existe uma via que é a da vontade e da esperança”

Edgar Morin

## 1.1 Discussão epistemológica: a opção pela Sociologia Clínica

Certa vez, Edgar Morin, em entrevista publicada na edição de número 65 da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, na qual era questionado a respeito do futuro da humanidade diante de questões como o aumento da desigualdade socioeconômica, do desemprego, do radicalismo étnico-religioso e as possibilidades de ação das pessoas diante de tal quadro, proferiu uma frase em que disse que “entre a desilusão e o encantamento existe uma via que é a da vontade e da esperança”.

Se pensarmos nesta sentença a partir de lentes que analisam a sociedade e os atores sociais, podemos fazer uma aproximação entre as sensações evocadas por Morin e a relação dos sujeitos com o mundo que os rodeia. A desilusão equivaleria à percepção da total aleatoriedade dos acontecimentos do mundo e nossa dolorosa sensação de insuficiência diante deles, o encantamento seria a fantasia de nossa onipotência frente a tais acontecimentos.

Se fizermos o esforço de traduzir esse pensamento na linguagem sociológica, podemos desembocar na velha discussão a respeito do sujeito e do objeto<sup>1</sup> que atravessa a teoria deste campo científico. Em poucas palavras, poderíamos nos perguntar – exagerando no sentido de um polo ou outro, e fazendo uma caracterização extremamente ampla e

<sup>1</sup> A noção de sujeito pode ser entendida, por ora, enquanto o ator humano individual. E a de objeto, enquanto a sociedade e suas estruturas e instituições.

inevitavelmente esquemática e redutora – o quanto de um fenômeno que acontece no mundo social se deve à ação voluntária dos indivíduos que dele fazem parte ou o quanto se deve à ação determinística de estruturas sociais<sup>2</sup>.

Tal discussão teórico-metodológica atravessou o pensamento social ao longo de todo século XX, adquirindo, por vezes, caráter dicotômico. Termos como indivíduo/sociedade, subjetivismo/objetivismo, agência/estrutura, individualismo/holismo, microsociologia/macrossociologia, são rótulos binomiais que bem caracterizam esse aspecto.

Diante dessa questão muitas formulações e modelos teórico-analíticos foram propostos. Tanto aqueles que pendem a balança para o lado da ação intencional dos indivíduos<sup>3</sup>, que, por ora, denominarei de individualistas, quanto aqueles que acentuam o peso determinístico da estrutura social<sup>4</sup>, por ora chamados de holistas.

As abordagens individualistas são vertentes de análise centradas em orientações individuais e procedimentos práticos de conduta intencionalmente mobilizados pelos atores na produção da ação e da interação social. Tendem a conceber a ordem societária e suas instituições mais amplas como “produtos contínuos e contingentemente modificáveis das ações de tais agentes reflexivos e intencionais” (Peters, 2006, p. 16).

As abordagens holistas compreendem um universo de teorias que dirigem seu enfoque predominantemente aos aspectos coercitivos impostos por macroestruturas sociais

<sup>2</sup> De todo modo é necessário considerar o axioma próprio à teoria social que pressupõe a inserção inevitável da ação individual em algum tipo de formação coletiva. Assim como a ênfase, partilhada no campo sociológico, na concessão de prioridade ontológica e metodológica ao objeto sobre o sujeito, à estrutura sobre a ação.

<sup>3</sup> Ação pode ser aqui entendida enquanto ação individual subjetivamente impulsionada. Sendo que a noção de impulsionadores subjetivos da ação pode incluir uma multiplicidade de motivações: racional-instrumental, orientada por valores, movida por afetos conscientes e inconscientes, enraizada em algum hábito irrefletido adquirido na experiência cotidiana, dentre outras possibilidades.

<sup>4</sup> A noção de estrutura social tem como esteio conceitual básico a caracterização de tal formação como um todo composto por partes (indivíduos, grupos ou instituições) em inter-relação. Implica também a identificação dessas partes com a natureza ou caráter específico entre tais dimensões do universo societário. De modo que as propriedades desse universo e os processos que nele se desenrolam afetam as condutas dos indivíduos que se movem em seu interior. Assim como, inversamente, as formas pelas quais as ações individuais e as cadeias de efeitos combinados gerados pela conjunção de uma multiplicidade de condutas impactam na configuração, reprodução ou mudança da composição estrutural de um dado contexto histórico da vida coletiva (Peters, 2006, p. 13).



à conduta de atores individuais. Tendem a caracterizar as propriedades e o curso histórico dos arranjos sociais como acontecendo à revelia da vontade e da consciência dos atores individuais (idem, ibidem, p. 17).

Seguindo numa caracterização bastante ampla, e a título de exemplificação, podemos situar como perspectivas mais próximas ao polo individualista, por exemplo, o interacionismo simbólico de George Herbert Mead ou Herbert Blumer, a sociologia dramaturgical de Erving Goffman, a fenomenologia social de Alfred Schutz, a etnometodologia de Harold Garfinkel, a teoria da escolha racional. Nas abordagens mais próximas ao holismo, poderíamos incluir, a sociologia durkheimiana, o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons, a abordagem teórico-sistêmica de Niklas Luhmann, a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss e as diversas variantes determinísticas do marxismo, como aquela elaborada por Louis Althusser, por exemplo (idem, ibidem, p. 17-18)<sup>5</sup>.

É ainda necessário destacar o esforço efetuado por alguns estudiosos no sentido de formular teorias “síntese”, as quais tentam superar as dicotomias que marcaram o campo, como, por exemplo, a teoria da prática de Pierre Bourdieu ou a teoria da estruturação de Anthony Giddens, assim como os trabalhos de Norbert Elias.

Fazemos essa incursão pela teoria social, tentando trazer à tona algumas características e desafios que a atravessaram ao longo do século XX. A discussão a respeito da dicotomia individualismo/holismo foi escolhida, em detrimento a outras possíveis discussões, por seu caráter fundamental e balizador frente à diversidade de questões que se colocam para os sociólogos em seu exercício de pesquisar e pensar. A explanação feita está longe de dar conta de todos os desafios que marcaram e marcam a teoria social. No entanto, acreditamos que um posicionamento frente a noções tão fundantes da atividade sociológica, como as de ator humano individual, estrutura social, voluntarismo e determinismo, é

<sup>5</sup> Destaco a diversidade interna de cada um desses conjuntos de perspectivas. Assim como o fato de que sua característica individualista ou holista materializam-se com diferentes intensidades e de formas distintas em cada uma dessas abordagens.

essencial para qualquer pesquisa sociológica, pois evidencia de que forma, e também, com quais instrumentos, escolhemos nos aproximar do real.

Ao primeiro olhar, poderíamos dizer que a abordagem da sociologia clínica tende ao polo individualista na forma de apreensão da realidade. No entanto, tal afirmação não dá conta da complexidade teórica e metodológica que caracteriza essa abordagem.

Primeiramente, é preciso dizer que a abordagem clínica traz para o interior da investigação sociológica alguns conceitos e posturas não comuns ao campo. Gostaríamos, portanto, de destacar seu caráter pluridisciplinar. Sem ele não poderíamos lançar mão de noções oriundas de outras áreas do conhecimento. Dentre elas a de inconsciente, de identidade, de subjetividade, de existência, de implicação, e mesmo, de clínica. Também acreditamos ser impossível fazer uma análise desta abordagem sem entrelaçá-la com a perspectiva biográfica, pois a clínica diz respeito a necessariamente se aproximar do que é vivido pelos atores sociais.

A sociologia clínica apoia-se na noção de fato social total, do sociólogo Marcel Mauss (1872-1950):

Nestes fenômenos sociais totais, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (2008 [1925], p. 55).

Um fato social total é, portanto, um fato que implica todos os níveis da realidade social: o nível macro ou societal, o nível micro ou individual, passando pelos níveis intermediários, que seriam os grupos e as organizações.

A ação social, do ponto de vista clínico, implica todos esses níveis. A sociologia clínica se situa no quadro de uma teoria das relações entre diferentes níveis de ação social: o pessoal, o organizacional e o macrossocial (Sévigny, 2001, p.23). Diz respeito a captar a “personalidade total” através do relato que o sujeito elabora sobre sua própria vida (Gaulejac, 1999, p.1).

O significado da palavra clínica é “observar diretamente, junto ao leito do paciente, tal qual fazem os médicos” (Sévigny, 2001, p.15). Quando empregado em ciências humanas, costuma-se pensar esse termo como remetendo a uma prática centrada em casos individuais, particularmente casos problemáticos, para os quais é necessário encontrar soluções. No entanto, associar a abordagem clínica com essa perspectiva é incorrer em um reducionismo. Primeiramente, porque os problemas não recaem sempre e apenas sobre indivíduos, mas também sobre grupos, organizações, acontecimentos. Situações sociais particulares, que são examinadas sob o ângulo de sua singularidade e de sua especificidade. Segundo, porque certas análises clínicas não são respostas a demandas de atores que têm problemas a resolver<sup>6</sup>. A abordagem clínica não se limita a um setor particular (médico ou terapêutico). É uma metodologia utilizável em quase todos os setores que se possa imaginar. E, mesmo se certas teorias se mostram, às vezes, mais úteis que outras para a análise clínica, a noção de clínica não decorre uma teoria particular, mas antes um método, uma via de conhecimento e ação, uma abordagem particular.

É na psicologia que a noção de abordagem clínica é inicialmente formulada e debatida. Nas ciências sociais sua história se inicia ainda na década de 1930 com a publicação do texto *Clinical Sociology* (1931), de Louis Wirth, no *American Journal of Sociology*.

Na década de 1960, Jacques e Marie Van Bockstaele publicam um texto sobre os problemas da sociologia clínica, *Quelques conditions d'une intervention de type analytique em sociologie* (1963), no *Année Sociologique*. Muitas outras publicações, de diferentes autores, se seguem (Sévigny, 2001, p.32).

Enquanto um ramo da sociologia, a sociologia clínica se desenvolve a partir da psicossociologia, oriunda do campo da psicologia. Após a Segunda Guerra Mundial, no contexto do Plano Marshall, a psicossociologia começa a se formar a partir da articulação

<sup>6</sup> A noção de resolução de problemas em ciências humanas é bastante delicada e, às vezes, tem limites muito estreitos. Normalmente se pensa como relacionada a pequenos grupos ou organizações e ligada a um funcionamento dito como democrático. Entretanto, limitar as ciências humanas apenas aos processos que implicam a cooperação e os acordos significaria recusar interagir com uma parte importante da realidade social.

entre psicólogos sociais franceses e estadunidenses, incomodados com a psicossociologia hegemônica de base positivista e experimental. Os psicólogos estadunidenses que defendem a abordagem clínica, encontram em Carl Rogers e Jacob Levy Moreno dois importantes porta-vozes. Rogers destaca-se pelo desenvolvimento do método clínico de orientação não diretiva e Moreno, pela criação do psicodrama como método terapêutico. Neste contexto, na década de 1950, o terapeuta francês Max Pagès encontra-se com Rogers tendo contato com esses novos métodos<sup>7</sup>. Pagès desenvolve seu doutorado sob orientação de Rogers e, em 1959, funda a *Association de Recherche et d'Intervention Psychosociologiques* (ARIP), que reúne, na França, vários pesquisadores do campo da psicossociologia, dentre eles Eugène Enriquez, André Levy, Jean Claude Rouchy, Guy Palmade, Gilles Amado e Jacqueline Barus-Michel (Nunes; Silva, 2017, p. 184-185).

Inicialmente a psicossociologia é rejeitada tanto no campo da sociologia quanto no campo da psicologia. A sociologia a rejeita a partir de dois pontos: por atribuir a ela um excesso de psicologismo e por acusa-la de servir, em suas intervenções, aos interesses do patronato. Na psicologia, ela fica à margem dos conflitos centrais do campo entre cognitivistas, experimentalistas e psicanalistas. Na psicologia social, a psicossociologia não encontra lugar devido à predominância da abordagem experimental e cientificista (Nunes; Silva, 2017, p. 185). Essa incursão é necessária para entender porque na França a psicossociologia se desenvolve mais fora das universidades do que no ambiente acadêmico.

A sociologia clínica se desenvolve devido ao envolvimento de sociólogos com esse grupo de psicossociólogos da ARIP<sup>8</sup>. No ano de 1988, em Genebra (Suíça), por iniciativa de

<sup>7</sup> A abordagem rogeriana impressiona Pagès a partir de três perspectivas: a maneira de integrar duas posições contrárias entre a exigência científica muito rigorosa de conceituação, verificação e medida, por um lado, e de engajamento na subjetividade, de outro, que não é apenas uma dimensão da análise, mas o próprio motor da terapia; a reunião entre diferentes práticas profissionais (psicoterapia, conselho, psicopedagogia, trabalho social, educação, saúde mental, orientação) que são variantes conjunturais e situacionais da relação de ajuda; a definição da postura clínica a partir dos elementos de empatia, abertura, disponibilidade para si mesmo, valorização das emoções, capacidade de reconhecer os sentimentos e busca permanente de autenticidade (Gaulejac, 2001, p.35-48).

<sup>8</sup> A sociologia clínica não se opõe à psicossociologia. Ao contrário, ela tenta prolongar no campo sociológico os diferentes elementos do projeto “psicossociológico”, tal qual foi desenvolvido pelos fundadores da ARIP. Ela se situa na filiação de diferentes autores aos quais a psicossociologia se identificou desde a década de 1950 (Enriquez apud Gaulejac, 2001, p.35). Entretanto, de acordo com Gaulejac, o termo psicossociologia frequentemente traz alguns problemas, “uma vez que se trata menos de trabalhar sobre as relações entre dois campos disciplinares que sobre as relações entre ‘o’ social – que apresenta dimensões emocionais, subjetivas,

Robert Sévigny, Gilles Houle, Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac, constitui-se um grupo de trabalho na Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (CR19) e, em 1992, é criado um comitê de pesquisa permanente de sociologia clínica na Associação Internacional de Sociologia (RC46). Também neste ano é realizado o primeiro colóquio de sociologia clínica, na Universidade de Paris VII, em Paris (França), dando origem à primeira obra coletiva sobre o tema, intitulada *Sociologies Cliniques* (1993). Este colóquio permitiu a articulação de pesquisadores de diferentes países, não apenas de língua francesa, e na posterior criação do *Institute International de Sociologie Clinique* (IISC). Este último, após passar por séria crise financeira, fecha suas portas no ano de 2014. No ano de 2015 formase, em Paris (França), nova entidade que congrega pesquisadores de vários países interessados na abordagem clínica, trata-se do Réseau Internacional de Sociologie Clinique (RISC).

No Brasil, a sociologia clínica começa seu desenvolvimento por meio dos laços construídos entre pesquisadores brasileiros e franceses, que se devem aos intercâmbios doutorais e pós-doutorais iniciados nos anos 1980 e fortalecidos ao longo das duas últimas décadas. É a partir das relações acadêmicas, fortalecidas por laços pessoais, que se constituem os vários grupos de psicossociólogos e sociólogos clínicos no Brasil. Os grupos se desenvolveram de maneira relativamente autônoma em diferentes regiões do Brasil, mas mantendo vínculos com a rede internacional de pesquisadores. Esse conjunto de pesquisadores brasileiros produz uma série de pesquisas e publicações fundantes do campo da psicossociologia e da sociologia clínica no país. A primeira obra coletiva sobre o tema aqui editada, foi o livro *Psicossociologia – Análise social e intervenção* (1994), organizado por Marília Mata Machado, Eliana Castro, Sonia Roedel e José Newton Araújo. Outras obras de destaque são o livro *Cenários sociais e abordagem clínica* (2001), organizado por Teresa Carreiro e José Newton Araújo e o dossiê sobre sociologia clínica, publicado em 2004, na revista *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN* –, sob coordenação de Norma Takeuti.

afetivas e inconscientes – e ‘o’ psiquismo – enquanto modelado pela cultura, pela língua, pelo simbólico e pela sociedade –, ao mesmo tempo que se trata de introduzir um questionamento mais fenomenológico sobre ‘o sujeito’ e sua historicidade, isto é, sobre as capacidades e as resistências que conduzem os indivíduos e os grupos a produzirem a sua história, quererem mudar o mundo e a operarem mudanças neles próprios” (2001, p.37).

Em Brasília, capital do País, destaca-se o grupo de pesquisa *Diálogos em Sociologia Clínica*, vinculado à Universidade de Brasília, coordenado por Christiane Girard Ferreira Nunes, que produz pesquisa, promove formação, seminários e discussões sobre a abordagem da sociologia clínica.

Além da imagem da clínica médica, a partir da noção de colocar-se próximo ao leito, a abordagem clínica nas ciências sociais também se desenvolveu, pouco a pouco, por tomadas de posição sobre certos problemas – sobretudo epistemológicos e metodológicos – que marcam a prática dessa ciência. Seria impossível que a sociologia clínica se interessasse pelos desafios sociais sem se preocupar, também, com os desafios ligados à teoria e à metodologia sociológica.

Retomando a perspectiva já enunciada da relação indivíduo e sociedade, que atravessa as discussões no campo sociológico, vale destacar a posição da abordagem clínica quanto ao assunto. Para Sévigny, seja a perspectiva individualista ou a holista, trata-se de dois pontos de vista sobre uma mesma realidade:

Indivíduo e sociedade: trata-se verdadeiramente de duas realidades ou de dois pontos de vista sobre uma mesma realidade? Todo sociólogo toma, inevitavelmente, uma posição a esse respeito. A abordagem clínica pretende que se trata de dois pontos de vista, de duas perspectivas. O clínico vai explorar o ponto de vista dos atores individuais, mas tentará também circunscrever o contexto social ou coletivo das representações individuais. Ele tentará, sobretudo, considerar a relação dialética entre esses dois pontos de vista (2001, p. 23).

A mesma perspectiva é adotada por Daniel Bertaux que, ao tentar mostrar o panorama no qual se estruturam a maioria das investigações sociológicas, relata perceber a existência de dois tipos diferentes de objetos de investigação: os de tipo socio-estrutural e os de tipo socio-simbólico (1980, p. 8-10).

Estruturas de produção, formação de classes sociais, meios de vida de meios sociais determinados, as formas particulares de vida material, produção e reprodução, trabalho e consumo, são exemplos de objetos de tipo socio-estrutural.

Há também as investigações que centram sua atenção em fenômenos simbólicos e tendem a diferenciar as formas e estruturas particulares do nível socio-simbólico. Nestes casos, os investigadores tratam de distinguir complexos de valores e representações.

No entanto, Bertaux destaca que, apesar da separação em diferentes níveis, estes não são se não “duas caras de uma mesma moeda”. De acordo com ele:

Uma sociologia que não se limita a analisar a ordem instituída, e sim a captar as contradições que a engendra e as transformações estruturais que dela resultam, deveria, pois, esforçar-se em reunificar o pensamento do estrutural e do simbólico, e superá-los para chegar a um pensamento da prática (1980, p. 9).

A esfera da prática é, portanto, a síntese dos níveis sócio-estrutural e socio-simbólico, no qual as pessoas, as famílias, os grupos sociais reais fazem algo com o que se fez deles.

Esta é também a posição assumida por Vincent de Gaulejac (1999, 2014). Para quem a sociologia dos relatos de vida permite reconciliar observação e reflexão e reunificar o pensamento do estrutural e do simbólico, de modo a chegar a um pensamento da prática.

Em seus trabalhos, o sociólogo clínico ainda avança um pouco mais ao trabalhar com os conceitos de história e historicidade. Para ele “o homem é história” (2014, p. 24). Essa sentença deve ser lida a partir de três dimensões.

A primeira, a ideia de que *o indivíduo é produzido pela história*. Sua identidade<sup>9</sup> é construída, de um lado, pelos acontecimentos pessoais por ele vividos e que formam a trama

<sup>9</sup> O termo identidade é largamente utilizado, mas raramente definido. Situa-se na encruzilhada de diferentes campos disciplinares: o direito, a antropologia, a sociologia, a psicologia. O termo é ele próprio contraditório, pois refere-se à ideia de similitude, para o qual se refere o prefixo *idem*, e a de diferenciação, distinção, singularidade: cada um se define por características comuns a todos aqueles que são como ele e por características que permitem distingui-lo de todos os seus semelhantes. Podemos dizer que se trata de um conceito eminentemente psicossociológico, uma vez que não se trata de um dado primordial, e sim do resultado da reunião que se constitui do encontro, por um lado, entre uma parte nuclear do psiquismo, a personalidade idiossincrática, que engloba a ideia de “eu próprio”, e por outro, a personalidade étnica que revela o ambiente social e cultural, o contexto em que o indivíduo se inscreve (Devereux, 2012). A identidade define-se, portanto, por elementos subjetivos que remetem para as representações de si-mesmo confrontado com o olhar dos outros sobre si, e por características objetivas, a partir de indicadores precisos, o emprego, o estatuto socioprofissional, o nível de rendimentos, o local de moradia, o lugar ocupado em organizações ou instituições, por exemplo. Entre a identidade individual e a identidade coletiva existem laços estreitos, na medida em que, longe de se oporem, elas se coproduzem. Podemos dividir a identidade em três tipos: a identidade herdada, aquela que nos

de sua biografia, de sua história singular e única e, de outro, pelos elementos comuns à sua família, ao seu meio, à sua classe de pertencimento que o posicionam como um ser sócio-histórico.

Segunda, a noção de que *o indivíduo é um ator da história*. Se ele pode ser considerado produto da história, ele é, igualmente, seu produtor. Ele é portador de historicidade, isto é, da capacidade de intervir em sua própria história. Função que o posiciona como sujeito em um movimento dialético entre o que ele é e o que ele se torna: “o indivíduo é um produto da história da qual busca se tornar sujeito” (idem, ibidem, p.24).

Por fim, a ideia de que o indivíduo é produtor de histórias. Devido à sua atividade fantasmática, sua memória, sua palavra, sua escrita, nós, humanos, operamos uma reconstrução do passado, como se quiséssemos, diante do não controle do seu curso, ao menos dominar o sentido (idem, ibidem, p. 24).

Resgatando novamente aquela primeira e, é importante frisar, grosseira divisão, entre teorias holistas e individualistas, com a qual a sociologia parece se debater, não poderíamos avançar sem antes fazer uma pequena análise sobre como os conceitos de história e historicidade se situam neste debate, pois por trás deles há importantes questões epistemológicas. Além disso, devemos ainda discutir como, diante da característica dos indivíduos enquanto produtores de história, podemos utilizar os relatos de vida como método científico.

Começemos pelo conceito de história.

vem do nascimento e das origens sociais; a identidade adquirida, fortemente ligada à posição socioprofissional; e a identidade esperada, aquela que se aspira para se ser reconhecido. Há ainda a identidade narrativa, relativa aos relatos que os indivíduos fazem de suas histórias. Esta nada tem de estável, evolui e pode ser objeto de múltiplas versões, constituindo-se entre a história factual, a dos historiadores, e a ficção, aquela que se constrói sobre o modelo do romance familiar.

A identidade pessoal depende amplamente de condições externas, de atributos sociais e físicos. As suas componentes psíquicas são necessárias, mas contingentes, dependem fortemente das situações sociais e culturais que determinam a linguagem, os códigos, os *habitus* e as formas que são a base da afirmação de si. Por fim, vale dizer que a identidade se situa no ponto de intersecção entre dois irredutíveis. O psíquico, que se baseia num desejo de ser, e no social, que está na base da existência individual, a partir do lugar ocupado em uma linhagem e da posição na sociedade. Se considerarmos, como Norbert Elias (1994[1939]), que a sociedade produz indivíduos que produzem a sociedade, convém situar a identidade no cruzamento desse duplo processo, como lugar de cristalização das contradições sociais, familiares e psíquicas (Gaulejac, 2005, p. 104-109).



O que o sociólogo clínico Vincent de Gaulejac chama de história é aquilo que no jargão sociológico costumamos conhecer como estrutura social. Diz respeito aos determinismos sociais, à história “atuante”, àquilo que condiciona os comportamentos, os modos de ser, as atitudes, as personalidades (Gaulejac, 2014, p. 29). É a identidade herdada. Em outras palavras, é aquilo que constrói o indivíduo.

Todo indivíduo é inicialmente um herdeiro:

O que se chama de destino nada mais é do que a expressão daquilo a que fomos destinados por aqueles que nos precedem (2014, p. 31)

O emprego que possuímos, os estudos que escolhemos, a pessoa que desposamos, a residência em que moramos, o modo de vida que nos caracteriza, as ideologias que defendemos etc. são o produto de nossa experiência biográfica, que se inscreve na sucessão de gerações. É nesse sentido que a análise da estrutura social permite compreender como um indivíduo é levado a ocupar tal ou qual posição social.

Podemos afirmar, portanto, que existem conjuntos de condições sociais de produção de indivíduos. A compreensão dessas condições, as maneiras como funcionam, as formas como coagem os atores sociais, a maneira como se reproduzem, tem sido o objeto de investigação de importante tradição sociológica, que se inscreve naquilo que serviu de base para que a sociologia se firmasse enquanto disciplina, distinta e/ou separada de outras áreas de conhecimento. Temos aí a noção de objeto, enquanto algo que se coloca em exterioridade aos atores sociais. Lembremos dos ensinamentos de Émile Durkheim (2012[1895]), que nos recomenda tratar os fatos sociais como coisas e que os define como algo coercitivo, abrangente (abarca o conjunto da coletividade) e exterior (ao ator social).

Essa posição é importante porque nela se evidencia a necessidade da sociologia de não reduzir o sentido do ato à consciência do ator social.

No entanto, nosso entendimento é o de que não existe processo social sem sujeito. Há na relação indivíduo e sociedade uma recursividade. Não apenas os indivíduos são produtos da sociedade, a sociedade também é produto dos indivíduos que a produzem.

Frente a tal “a priori” emerge a questão do indivíduo, e também do sujeito.

O senso comum enxerga o indivíduo como uma entidade homogênea, separada da sociedade, dirigida por um centro clarividente, até mesmo racional. O olhar científico tende a considerá-lo como um processo mutante preso e/ou atravessado por forças contraditórias (Gaulejac, 2004/2005, p. 65).

Podemos afirmar a existência de certa perspectiva sociológica, que tem se consolidado enquanto tradição, segundo a qual não se pode separar a análise do indivíduo da análise da sociedade. Tal perspectiva critica com justeza a ilusão substancialista, que considera o indivíduo como uma entidade em si (Bourdieu, 2007, p.133-16; Elias, 2011, p.207-241). Entretanto, se debruça quase que exclusivamente sobre os processos sociais de produção dos indivíduos. A partir de tal olhar, a autonomia subjetiva é institucionalizada, e a interioridade é a exterioridade incorporada (Gaulejac apud Kaufmann, p.67).

Para a sociologia clínica as noções de subjetividade e interioridade são incontornáveis na análise dos processos sociais e, sobretudo, no entendimento das trajetórias dos atores sociais. Nesta perspectiva, as definições de tais noções vão além de seu entendimento enquanto objetos sociais incorporados pelos atores sociais.

Quando falamos em subjetividade<sup>10</sup> estamos nos referindo a fatores afetivos, emocionais e psíquicos, além de fatores sociais. Assumimos a posição de que todos esses são essenciais para a compreensão da construção do indivíduo:

Levar em conta a subjetividade é aceitar a interrogação sobre a dimensão existencial como elemento incontornável para se compreender as condutas, os comportamentos, as atitudes e as relações sociais (2004/2005, p.72)

<sup>10</sup> A subjetividade é o atributo natural do sujeito, mas não o esgota, são estados de consciência, uma vivência em que os afetos e o imaginário são largamente preponderantes (Ardoino; Barus-Michel, 2005, p. 203).

Trata-se, portanto, de integrar ao objeto a subjetividade como elemento de conhecimento.

O sujeito é aquilo que se encontra inicialmente submetido a algo, e que em meio aos conflitos, às contradições, à heterogeneidade e à alteração busca continuamente por coerência, por sentido e por sua unidade singular, embora tal empreendimento esteja fadado à eterna incompletude:

É preciso compreendê-lo como tensão que deseja, pulsional, que seria suficientemente forte para manifestar no caos da realidade um percurso singular, suficientemente forte para se impor aos outros, aos sistemas, obstinação selvagem em existir, viver, fruir, poder, possuir, obter amor, reconhecimento, quer seja pelo pedido quer pela agressão (...) Se bem que falhe tantas vezes quantas exige (Adorno; Barus-Michel, 2005, p.205).

O termo sujeito remete à ideia de submissão. Ele se aplica a uma pessoa submissa à autoridade de outra (Gaulejac, 2005, p.73). O sujeito é, antes de tudo, falado pelos outros, submetido aos desejos dos outros, às normas do sistema social no qual vive, é posicionado em uma linhagem, em uma comunidade, em uma sociedade. É submetido também ao outro que existe em si mesmo, seus desejos e pulsões inconscientes<sup>11</sup>.

O sujeito se debate, portanto, entre as determinações sociais e as determinações intrapsíquicas, numa incessante tentativa de fazer sentido, de constituir-se enquanto uma singularidade significativa, para si mesmo e para os outros. É porque está submetido a influências múltiplas e a exigências conflituosas que o indivíduo procura elaborar respostas, traçar estratégias e projetos. É deste ser de desejo, atravessado por exigências múltiplas e muitas vezes conflituosas, que emerge o “desejo de ser”, que possibilita ao indivíduo tornar-se um sujeito.

A capacidade de distanciamento do indivíduo em relação à sua história, o trabalho que ele efetua para nela modificar o sentido, para nela tentar se tornar seu sujeito, é o que se chama de historicidade (Gaulejac, 2014, p.34).

<sup>11</sup> Em psicanálise o inconsciente é desconhecido pela consciência, constituindo uma “outra cena” (Roudinesco; Plon, 1998, p. 375).

O filósofo Jean Paul Sartre (1998) postula um desejo de ser como base da psique. A afirmação de si mesmo é uma necessidade para o sujeito que procura conquistar uma autonomia. A autonomia é um processo, e não um estado, pelo qual o sujeito tenta se construir na duração, como uma exigência para ser “si mesmo” e uma busca jamais satisfeita em ser um outro. Esse projeto nunca é completamente realizado. O ser humano se realiza como sujeito, numa tentativa jamais realizada, na tentativa de fazer com que o inconsciente que o domina acesse à consciência (Gaulejac, 2004/2005, p.73-74).

A capacidade de historicidade dos indivíduos é que os permite estabelecer relações com o que se passou e o que pode advir. É o fato de “ter” uma história que os possibilita projetar uma história futura.

A opção, enfim, nesta pesquisa, pela abordagem clínica se dá porque esta guarda entre seus pilares a consideração pela subjetividade dos indivíduos, assim como por aquilo que é vivido por eles, como um precioso dado empírico para análise dos processos sociais.

Hierarquias sociais, a questão da desigualdade socioeconômica, a distinção social, a delimitação de fronteiras entre pessoas e grupos são fenômenos que podem, também, ser compreendidos a partir do que é vivido pelo sujeito social.

## **1.2 A questão simbólica nos estudos sobre desigualdade social**

Ao tratar da vivência daqueles que pertencem aos estratos mais elevados na pirâmide social, estamos também tratando de relações de distinção e hierarquização social. Há variadas possibilidades de análise do tema. Alguns autores oferecem algumas possibilidades de abordagem, embora nem todos tratem do tema explicitamente.

Dentre os estudos que versam sobre relações de distinção, o mais famoso é aquele desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu e que dá origem a seu livro, também bastante conhecido, *A Distinção: crítica social do julgamento* (1979). O próprio termo “distinção social” ganha visibilidade, sobretudo, por meio do trabalho do sociólogo que trata sobre as

relações de diferenciação social entre classes e frações de classes na França das décadas de 1960 e 1970.

Bourdieu trabalha com uma noção de hierarquia social que, tendo como base a condição material de existência, refere-se a esquemas de legitimação e deslegitimação de práticas culturais. Às quais ele se refere como bens simbólicos.

Na definição do pesquisador, a distinção social pode ser compreendida como intenção, consciente ou não, de distinguir-se do comum. Tal intenção encontra em sua raiz a rejeição ao que é “humano” e, nesse sentido, genérico, comum, fácil e imediatamente acessível (Bourdieu, 2008, p.34).

Na elaboração de seu esquema analítico para compreensão das relações de distinção, Bourdieu aponta a construção, por parte do campo de produção artística, de uma disposição puramente estética que opera a separação e hierarquização entre o que ele chama de “olhar puro” e de “olhar ingênuo”.

O que se entende como uma disposição puramente estética relaciona-se a um momento histórico do campo de produção artística, que rege normas que regulam a relação com a obra de arte tanto por parte do produtor quanto por parte do espectador, e que nos tempos atuais, exige destes uma percepção que privilegia a forma dos objetos em detrimento de sua função, do modo de representação sobre o objeto representado.

A disposição estética “pura” opõe-se à disposição estética “comum”. Esta última trata a respeito da subordinação da forma à função e a hostilidade, em relação à arte, a qualquer tipo de experimentação formal.

A distinção social opera a partir da hierarquização das disposições, estabelecendo diferenciações a respeito da forma de apreciação das coisas e, por conseguinte, da adoção de certas posturas e estilos estéticos, que no mundo social se manifestam por meio dos gostos.

Evidentemente, existem fatores que determinam a capacidade em adotar a postura socialmente reconhecida como propriamente estética – que são condição tanto de sua constituição quanto de sua implementação –, e esses dizem respeito às condições materiais de existência, passadas e presentes.

A disposição estética “pura” – que tende a deixar de lado a natureza, a substância e a função do objeto representado, além de excluir as reações “ingênuas” ou “humanas”, por exemplo, o horror diante do horrível ou o desejo diante do desejável, assim como qualquer reação puramente ética, para lançar luz sobre o estilo, avaliado em comparação a outros estilos, e o próprio modo de fazer as coisas – diz respeito a uma relação global com o mundo e com as pessoas, a um estilo de vida que evidencia condições particulares de existência.

De acordo com a tese sustentada pelo autor em *A Distinção*, é possível perceber no mundo social o estabelecimento de fronteiras entre conjuntos de agentes a partir da adoção por parte daqueles mais bem posicionados na hierarquia social, da disposição propriamente estética, manifestada por seus gostos. Cujas formação encontra sua origem nas condições sociais de existência, sendo constituídos ao longo do tempo de maneira difusa pela vivência na família ou de modo mais sistemático, por meio da pedagogia adotada em instituições de ensino.

A perspectiva escolhida por Bourdieu evidencia a abordagem proposta pelo autor para compreensão de fenômenos sociais, que por meio de conceitos como o de *habitus*, (estrutura social incorporada e disposição para agir) procura dar um tratamento não intelectualista aos fatos sociais, tratando as formas de percepção e apreciação de bens culturais como estando incorporadas aos agentes, tendo sua origem em condições objetivas de existência e orientando as práticas no mundo social.

No que tange à compreensão das relações de distinção, e mantendo-se fiel às suas formulações teóricas, o autor privilegia o gosto e a forma de apropriação de bens simbólicos como instrumentos essenciais de diferenciação entre agentes sociais. Trata-se, portanto, da distinção que se dá no plano da cultura, tendo por parâmetro as manifestações de preferências e as classificações de bens culturais.

Bourdieu faz um importante trabalho quando busca desnaturalizar os gostos, mostrando que esses não são neutros, relacionando-se a longos processos de formação que tem como base a desigualdade de posições ocupadas e de recursos que os agentes dispõem no mundo social. No entanto, os resultados de sua pesquisa, no livro *A Distinção*, revelam um contexto social específico, referente à França dos anos 1960 e 1970, onde certa cultura burguesa apresentava-se como elemento máximo de distinção. Assim, a simples transposição de seu modelo teórico para outros contextos históricos e sociais pode revelar-se infértil.

Para compreensão de fenômenos de distinção social, outro olhar possível é aquele proposto por Erving Goffman.

Embora o sociólogo não trate explicitamente do tema, a perspectiva dramaturgica por ele adotada que considera a interação face a face e o desempenho de papéis pelos atores sociais, coaduna-se bem com a concepção sobre relações de distinção em que se prioriza acima de tudo, aspectos relativos à aparência, como o uso de bens de consumo (indumentária, decoração de interiores, mobília, etc.) e a cosmética corporal.

Tais aspectos podem ser relacionados à defesa de fachadas pessoais. Desempenho do ator que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para aqueles que observam a representação.

De acordo com Goffman, em sociedades estratificadas verifica-se que habitualmente a mobilidade ascendente implica na representação de desempenhos adequados à nova situação. E que esforços para subir socialmente e para evitar descer exprimem-se em termos dos sacrifícios para a manutenção da fachada, que conjuntamente com os cenários, formam equipamentos expressivos que comunicam o pertencimento a universos sociais superiores (1985, p.41).

Há ainda outra perspectiva de análise que compreende a adoção de esquemas analíticos que contemplam a subjetividade dos atores sociais. Destaca-se nesse sentido, o trabalho de Axel Honneth, *Luta por reconhecimento* (1992).

Nesse texto, embora o autor esteja tratando da busca por reconhecimento que se dá a partir de situações de desrespeito de direitos, o que a princípio não se aplica às trajetórias aqui analisadas, uma vez que se referem sujeitos pertencentes a grupos que gozam de status social e que têm, de maneira geral, suas demandas atendidas. Ainda assim, a perspectiva de abordagem que compreende a relação intersubjetiva e a busca por espaços de reconhecimento social, pode ser utilizada também para pensar sobre a situação daqueles que, já gozando de amplo trânsito no mundo social, buscam manter e ampliar sua condição de prestígio.

A abordagem de Honneth é interessante porque trata da necessidade de reconhecimento a partir das dimensões do amor, do direito e da solidariedade. Nesse sentido, fala de relações sociais vivenciadas por meio dos afetos, da necessidade de estima social, de autoestima, de acolhimento por parte dos outros, enfim, de reconhecimento. Desta perspectiva destaca-se a inovação em considerar os afetos de pessoas e grupos sociais para o alcance e manutenção de posições sociais.

Nesta mesma linha existem ainda os estudos de Vincent de Gaulejac, que em seu trabalho *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade* (2014), articula as dimensões social, pessoal, familiar e existencial dos sujeitos com o objetivo de analisar trajetórias de deslocamento social – as de ascensão social, principalmente – e os conflitos vivenciados pelos sujeitos sociais ao longo deste percurso.

Gaulejac, nesta obra, coloca o foco de sua análise justamente na ordem hierárquica existente entre os diferentes segmentos sociais e como os indivíduos vivenciam essas hierarquias.

### **1.3 Classe social e distinção em Pierre Bourdieu**



Neste tópico buscamos estabelecer alguns parâmetros de ordem teórica como forma de situar nosso estudo no que se refere a conceitos caros a uma análise de desigualdade e construção de hierarquias sociais.

Ao tratar a temática das classes sociais, Pierre Bourdieu propõe a noção de espaço social, que segundo ele permite resolver o problema da existência ou não existência de classes sociais, sem perder de vista aquilo que a noção de classe tem de mais essencial, qual seja, a existência de diferenças e de oposições que de fato existem, assim como permite superar a ideia das classes como grupos reais, efetivamente mobilizados (Bourdieu, 1996, p.8).

Para tanto, o sociólogo propõe uma série de rupturas com a tradição marxista. Ruptura com a tendência a privilegiar as substâncias em detrimento das relações; com a visão intelectualista, que leva a crer que a classe teórica, formulada pelo cientista, é uma classe real, como grupo de pessoas efetivamente mobilizado; com o economicismo que leva a privilegiar analiticamente o campo econômico e a reduzir o espaço social, espaço multidimensional, às relações de produção econômica; e com o objetivismo, que juntamente com o intelectualismo, leva a ignorar as lutas simbólicas que se desenrolam nos diferentes campos sociais, nas quais está em jogo as próprias representações do mundo social, assim como a hierarquia entre os campos (Bourdieu, 2004, p. 133).

Em *A Distinção*, com o intuito de verificar a respeito da sistematicidade dos estilos de vida e dos conjuntos de agentes constituídos por eles, o autor propõe um retorno ao princípio unificador e gerador das práticas, qual seja, o *habitus* de classe, como forma incorporada de condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe. Define o que para ele se constitui como classe objetiva (2008, p.97):

Conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios.

Ainda em *O poder simbólico*, Bourdieu traz novamente uma definição para noção de classe social (2004, p.136):

Conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.

Complementarmente o sociólogo diz que a definição de classe tem uma existência teórica (classe no papel), ou seja, enquanto produto de uma classificação explicativa (tal qual a dos zoólogos ou dos botânicos) permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Mas não se constitui como uma “classe atual”, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para luta. É o que o sociólogo chama de classe provável, “enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes” (Bourdieu, 2004, p.136).

Para o sociólogo as classes sociais não formam grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, como famílias, clubes, associações e mesmo movimentos sindicais e políticos. Para Bourdieu o que existe é “um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e, sobretudo, em tempo” (Bourdieu, 2004, p. 137).

Pode-se inferir que o autor, ao tratar de classes sociais, fala em termos de coletividades sociais e os modos como elas balizam as sociabilidades cotidianas, e não propriamente como grupo mobilizado (Bertoncelo, 2009, p. 26).

No texto *Condição de classe e posição de classe* (1974) o sociólogo, além de discorrer a respeito da noção de estrutura social e das possibilidades de uma análise estrutural, também discorre a respeito das relações simbólicas que se desenrolam entre as diferentes classes sociais. Bourdieu trata de aspectos para além da objetividade que permeia a relação entre as classes (1974, p.63):

Uma classe social nunca é definida somente por sua situação e por sua posição numa estrutura social, isto é, pelas relações que elas mantêm objetivamente com as outras classes sociais, ela deve também muitas de suas propriedades ao fato de que os indivíduos que a compõem entram deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas que,

expressando as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transmutá-las em distinções significantes<sup>12</sup>.

Neste mesmo texto, Bourdieu trata dos sistemas simbólicos que se encontram consagrados enquanto estrutura de homologias e de oposições a preencher uma função social de associação e dissociação, ou ainda, a expressar os afastamentos diferenciais que definem a estrutura de uma sociedade (1974, p.72):

Longe de que certas propriedades sejam intrinsecamente ligadas a certas condições econômicas e sociais, portanto, a certas situações existenciais, é preciso admitir que a “posições” homólogas na estrutura social correspondem condutas simbólicas de estilos equivalentes.

Nesse sentido, podemos pensar que agentes e conjunto de agentes que ocupam posições similares no espaço social tendem a ter certa similaridade em suas condutas ou, em outras palavras, em suas práticas.

Como se vê, de acordo com o modelo teórico-analítico proposto pelo autor, a dimensão do espaço simbólico encontra-se intimamente relacionada ao espaço social.

O espaço social pode ser definido como um:

Campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 2004, p.134).

O espaço social é multidimensional e os agentes e conjuntos de agentes são definidos pelas posições relativas que ocupam neste espaço. Estas posições estão relacionadas à distribuição das propriedades consideradas relevantes na construção do próprio espaço social. Estas propriedades correspondem às diferentes espécies de capital, que representam um poder sobre um campo num dado momento. O capital pode existir no estado objetivado ou incorporado e, frequentemente, é juridicamente garantido.

<sup>12</sup> A ideia de que a relação entre grupos sociais comporta uma forte dimensão simbólica provem da divisão clássica que Max Weber faz em *Classe, Estamento e Partido* (1982) entre a classe social, pensada como grupo de indivíduos que, partilhando a mesma situação de classe, ou seja, a mesma situação de mercado, têm as mesmas oportunidades típicas no mercado de bens e de trabalho, de condições de existência e de experiências pessoais, e os grupos de status, pensados como conjunto de pessoas definidas por uma certa posição na hierarquia de honra e de prestígio (Weber, 1982, p. 126-137).

O conceito de capital econômico relaciona-se à renda, relação com meios de produção e posses materiais de agentes e conjuntos de agentes.

O capital cultural, por sua vez, pode ser pensado a partir de três aspectos que se inter-relacionam: sob a forma de disposições para apreciar e se apropriar dos objetos da “cultura legítima”, institucionalizada por meio do sistema escolar e de aparatos culturais (museus, galerias de arte, etc.); sob a forma de credenciais institucionalizadas pelo sistema escolar e universitário, como os diplomas, por exemplo; e de maneira objetivada em práticas e consumo de bens – fruto de disposições que orientam essas práticas e consumos (Bertoncelo, 2009, p. 27).

A posse de capital econômico e de capital cultural corresponde a possibilidades de ganhos nos diferentes campos sociais e, nesse sentido, estruturam de forma autônoma as desigualdades sociais existentes.

Os agentes e conjuntos de agentes distribuem-se no espaço social a partir do volume global de capital que possuem e da composição do capital, quer dizer, do peso relativo das diferentes espécies de capital no conjunto de suas posses<sup>13</sup>. São estes elementos (juntamente com as trajetórias modais), que segundo o autor, constituem-se como principais linhas de divisão e conflito em sociedades capitalistas avançadas, a partir dos quais “os agentes têm mais possibilidades de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais” (Bourdieu, 2008, p.101).

Em *A Distinção*, principal trabalho do sociólogo a respeito da relação entre classes sociais, Bourdieu apresenta alguns diagramas a respeito da sociedade francesa dos anos de 1970, nos quais se pode encontrar a representação da estrutura do espaço social. O eixo vertical do diagrama corresponde ao volume total de capital e o eixo horizontal, a duas espécies de capital, sendo que a parte direita corresponde ao capital econômico e a parte

<sup>13</sup> As dimensões do espaço social podem ser apreendidas sincrônica e diacronicamente. A sincronia equivale ao volume e à estrutura do capital e a diacronia equivale às trajetórias modais. Estas podem ser compreendidas como conjuntos de trajetórias equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes e que dependem da apropriação do capital pelos agentes (Bourdieu, 2008, p. 103-106).

esquerda, ao capital cultural<sup>14</sup>. Ao longo do eixo vertical, o autor distingue e distribui três tipos de classes: classe burguesa (região superior), pequena-burguesia (região intermediária) e classe manual (região inferior). Ao longo do eixo horizontal estão distribuídas diferentes frações de classe de acordo com a composição de seu capital (Bertoncelo, 2009, p.29)<sup>15</sup>.

As posições no espaço social se diferenciam relacionalmente em termos de diversos condicionamentos – constituindo diferentes condições de classe –, sendo o principal deles a distância relativa às necessidades materiais:

Obedecendo à preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista da produção do *habitus*, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas duas propriedades – manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social (Bourdieu, 2008, p.107).

A vivência dos agentes em meio a determinadas condições de existência possibilita a incorporação do *habitus*, pensado como princípio gerador de práticas e, ao mesmo tempo, sistema de classificação.

O *habitus* é uma estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas e uma estrutura estruturada, pois é também a apropriação das propriedades relacionais do espaço<sup>16</sup>.

Ele apresenta a característica de ser durável e transponível e é justamente seu caráter de transponibilidade que possibilita que realize uma aplicação sistemática e universal que se estende para além dos limites em que foi adquirido, ou seja, para além da necessidade inerente às condições de aprendizagem. É neste sentido que as práticas de um conjunto de agentes, produto de condições semelhantes, constituem estilos de vida, pois são produtos da

<sup>14</sup> Há também nos diagramas apresentados no livro um eixo diacrônico que diferencia regiões do espaço social quanto a trajetórias coletivas (de ascensão ou decadência) de frações de classes e seus padrões de recrutamento e composição (Bertoncelo, 2009, p. 29).

<sup>15</sup> Nos diagramas contidos em *A Distinção*, o autor distribui diferentes grupos profissionais entre os quatro quadrantes formados pelos dois eixos, pois, conforme dito anteriormente, em sociedades capitalistas avançadas as profissões exercidas pelos agentes são fortes indicadores das possibilidades de apropriação do capital.

<sup>16</sup> Embora o *habitus* seja formado por estruturas externas, ele reserva espaço para a criatividade e improvisação dos agentes, pois as práticas sociais são resultado da interação entre as disposições dos agentes e as lógicas e relações de poder operantes nos diversos campos sociais.

aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis. O *habitus* permite que se estabeleça relação entre as condições econômicas e sociais, ou seja, o volume e estrutura do capital, apreendido sincrônica e diacronicamente, e o espaço dos estilos de vida, pois além de ser princípio gerador de práticas, também é gerador de classificações e julgamentos que conformam as práticas e suas obras em “sistema de sinais distintivos” (Bourdieu, 2008, p.163).

Por meio do *habitus*, e sua capacidade de gerar práticas classificadas e classificantes, o espaço social transmuta-se em espaço simbólico e as práticas dos agentes assumem caráter distintivo.

O espaço simbólico é o espaço dos estilos de vida, que pode ser compreendido como “conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal – a mesma intenção expressiva” (Bourdieu, 2008, p. 165).

O gosto compreendido como “propensão e aptidão para a apreciação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes” (idem, ibidem, p.165) é o princípio gerador do estilo de vida. Ele se encontra na origem do sistema de traços distintivos, que é levado a ser percebido como uma expressão sistemática de determinadas condições de existência, em uma homologia entre o espaço social e o espaço simbólico, de forma que a hierarquia de estilos de vida exprime, simbolicamente, as diferenças objetivas do espaço social. Diferenças essas que no mundo social tendem a ser naturalizadas.

É a partir da articulação entre condições de existência, posições ocupadas por agentes no espaço social – retraduzidas pelo *habitus* em posições ocupadas no espaço simbólico – , volume e estrutura do capital, *habitus*, gosto e estilos de vida que pensamos o conceito de classe social adotado neste trabalho.

A ideia é que retraduzões operadas pelo *habitus* possibilitam uma certa homogeneidade entre as práticas de agentes sociais que ocupam posições semelhantes no espaço social e que, desta maneira, formam um “grupo social”, uma “classe social”, uma

“coletividade” ou um “conjunto de agentes” que compartilha determinado estilo de vida, localizado distintivamente no espaço simbólico, e participante das lutas simbólicas que se desenrolam nos diversos campos sociais.

O que tramamos por classe alta, classe dominante, estratos sociais elevados, etc., não constitui um grupo bem delimitado de atores sociais, muito menos um grupo mobilizado politicamente. O intuito desta pesquisa não é pensar classe social neste sentido.

O que este trabalho procurou compreender foi a experiência daqueles que ocupam posição privilegiada no espaço social por serem detentores de alto capital econômico e/ou cultural, e assim investigar a respeito da reprodução de hierarquias sociais no Brasil.

Existe enorme discussão quanto aos critérios pertinentes (ocupação profissional, consumo de bens simbólicos, poder político, renda, interesses no conflito distributivo) para a delimitação de classes sociais e também existem discussões a respeito da própria pertinência do conceito de classe para pensar a realidade social (Medeiros, 2005; Bertonecelo, 2009). Entende-se que fazer uma análise do alto da pirâmide social requer que se pense em termos de classes altas no plural de forma que se fuja de uma visão monolítica da classe dominante.

No entanto, ressalto que dentro dos limites e possibilidades desta pesquisa, dediquei-me à investigação da experiência de indivíduos que, de acordo com alguns critérios (atividade profissional e serem proprietários de empreiteiras), colocam-se como bem posicionados no espaço social da cidade de Brasília.

Mais do que em fazer uma extensa pesquisa sobre as classes sociais que compõem a estrutura social da sociedade brasileira. Permiti-me, portanto, no momento da escolha dos informantes, significativa flexibilidade, sem a delimitação de critérios muito rígidos que poderiam vir a inviabilizar a pesquisa.

A “classe alta” ou a “classe dominante” não é pensada, portanto, como um grupo, ou mesmo, como um grupo homogêneo. O que a princípio poderíamos pensar como comendo

uma “classe dominante” em Brasília congrega os mais variados indivíduos, praticantes de diferentes profissões, com diferentes origens sociais.

Na escolha dos sujeitos de pesquisa cujas histórias de vida compuseram essa pesquisa, foi considerado, principalmente, sua condição de proprietário de empreiteiras e/ou incorporadoras de médio e grande porte na cidade. De todo modo, como sabemos, é comum entre aqueles que dispõem de alto capital econômico, que façam investimentos numa variedade de tipos de negócios, como forma de garantir seus recursos independentemente da sazonalidade da economia. Não é diferente com os sujeitos de pesquisa que deste trabalho fizeram parte. Portanto, para além da construção civil, eles possuem também outros tipos de negócios.

A escolha por aqueles que ocupam a posição de proprietários de meios de produção, se deve à noção de que tal lugar, em sociedades capitalistas avançadas, se coloca como forte indício da apropriação e materialização dos mais diferentes tipos de capital, seja ele econômico, cultural, social ou político.

Pierre Bourdieu procura formular suas teorias contrapondo-se ao que chama de modo de pensar substancialista, que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma dada sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscrita de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou cultural (Bourdieu, 1996).

A ideia de Bourdieu é romper com algumas noções que rondam as ciências sociais e que, segundo ele, foram introduzidas no discurso acadêmico sem maiores cuidados, tais como: “sujeito”, “motivação”, “ator”, etc. Ou ainda, as oposições indivíduo/sociedade, consciente/inconsciente, sujeito/objeto, etc (Bourdieu, 1996).

O autor propõe uma forma de compreensão do mundo social em que as propriedades que cabem a certos agentes em determinado momento, sejam pensadas em relação à posição que estes agentes ocupam no espaço social e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis.



Os agentes são distribuídos no espaço social em função de sua posição na distribuição de dois princípios de diferenciação principais: o capital econômico e o capital cultural (Bourdieu, 1996).

Essas diferenças de posições no espaço social são o fundamento de diferenças nas disposições (*habitus*) e, assim, nas tomadas de posições (percepções, escolhas, classificações, gostos). Nesse sentido, a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzido pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação do *habitus* e de suas capacidades geradoras, com um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (Bourdieu, 1996).

Sendo assim, as condições sociais de existência condicionam as práticas que, por sua vez, geram um determinado estilo de vida.

O *habitus*<sup>17</sup> é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (Bourdieu, 1996). As diferenças nas práticas, nos bens, nas opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma linguagem, por meio da qual os agentes classificam e são classificados.

As pessoas inscritas num espaço restrito do espaço social estão mais inclinadas a se aproximarem devido a suas propriedades, disposições e gostos e, assim, a se tornarem classes no sentido marxista do termo. As classes que podemos produzir a partir dos recortes que se faz no espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas, etc (Bourdieu, 1996).

Pierre Bourdieu na obra *A Distinção* (2008 [1978]) trata do tema das diferenciações que se estabelecem no mundo social entre classes e frações de classe a partir das práticas

<sup>17</sup> É interessante notar que o *habitus* tem uma natureza circular, não apenas interioriza o exterior, como também exterioriza o interior. Pois é fruto da incorporação das estruturas sociais assim como gerador de percepções e classificações

culturais executadas por atores sociais. O autor analisa as mais diversas práticas. Desde apreciação de fotografia, música e artes plásticas, passando por preferências em termos de práticas esportivas e leitura de jornal, até o que diz respeito às práticas mais prosaicas, como, por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário, cosmética corporal ou decoração de casa.

Aquilo que está no cerne das relações de distinção, de acordo com Bourdieu, é a possibilidade de apreciação da forma das coisas em detrimento de sua função. A apreciação estética propriamente dita. Esse seria para o autor o principal elemento de distinção social, que se manifestaria, por exemplo, na atenção dada à disposição de pratos, talheres e copos na mesa no momento das refeições ou na apreciação de pinturas artísticas em que são representadas figuras abstratas.

Investigando a respeito das variações das práticas e das opiniões na França dos anos 1960 e 1970, a partir de extensa pesquisa empírica com o emprego de métodos estatísticos, entrevistas aprofundadas e observação etnográfica, Bourdieu percebe diferenciações no que se refere às práticas entre as diferentes classes sociais e no interior destas, entre suas diferentes frações (2008, p. 461). Enuncia que entre grupos sociais que ocupam posição privilegiada na estratificação social, é possível encontrar a intenção de submeter às necessidades e as pulsões primárias ao requinte e à sublimação. Entre esses agentes há uma estilização da vida que confere um papel principal à forma em relação à função, à maneira em relação à matéria. Esse é um dos principais aspectos que separa as classes sociais e opera distinções entre elas, qual seja a aptidão para aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas da existência comum (idem, ibidem, p.42)<sup>18</sup>.

Segundo Bourdieu, as diferentes maneiras de se relacionar com os bens simbólicos estão estritamente associadas às diversas posições possíveis no espaço social e que se encontram intrinsecamente relacionadas aos sistemas de disposições (*habitus*)

<sup>18</sup> A noção de distinção social possui forte correspondência com o conceito de “estilização da vida”, de Max Weber. Este se refere ao distanciamento intencional que reduplica, por meio da exibição, a liberdade quanto às urgências da existência, assim como a liberdade em relação aos que aí se encontram confinados. Suscita um estilo de vida que, orientando e organizando as mais diversas práticas, traz em seu cerne a afirmação de um poder sobre a necessidade dominada e a superioridade legítima sobre aqueles que permanecem dominados pelas urgências comuns (Weber, 2002, p.134).

característicos das diferentes classes e frações de classe. É por meio do gosto (preferências manifestadas) que os atores sociais classificam e são classificados, distinguindo-se pelas distinções que operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar, traduzindo, assim, sua posição nas classificações objetivas (idem, ibidem, 2008, p.13).

Existem fatores que determinam a capacidade em adotar a postura socialmente designada como propriamente estética. Podemos dizer que a possibilidade de desenvolver uma disposição estética “pura”, em oposição àquela que seria “vulgar”, se dá a partir do distanciamento das necessidades existenciais mais imediatas. Assim, a relação que suscita o olhar “puro” (aquele que privilegia a forma) e o olhar “ingênuo” (que privilegia a função, a substância) com os objetos, encontra sua origem nas condições materiais de existência, passadas e presentes.

O acúmulo de capital cultural – sancionado ou não por instituições escolares, e de importância capital para a apreciação estética – só se verifica pelo distanciamento objetivo e subjetivo em relação às necessidades mais urgentes, como se fosse uma “retirada para fora” da necessidade econômica (idem, ibidem, p.54). Tal aspecto se configura como condição primordial para o aprendizado da “cultura legítima”.

A disposição estética “pura” se desenvolve por meio de atividades que encontram sua finalidade em si mesma como, por exemplo, a feitura de exercícios escolares ou a contemplação de obras de arte. Estas são atividades que não respondem a uma função prática imediata, sendo praticadas, principalmente, por aqueles que se encontram distantes das necessidades mais urgentes e imediatas.

Os códigos que permitem a apreciação da cultura legítima são apreendidos de maneira difusa e implícita tal qual normalmente se dá a ação pedagógica no seio da família, e/ou de maneira metódica e sistemática como nas instituições escolares<sup>19</sup>. A ação pedagógica é exercida tanto através das condições sociais e econômicas, que são condição para seu exercício, quanto por meio do conteúdo por ela inculcado.

<sup>19</sup> Bernard Lahire no livro *A cultura dos indivíduos* (2006) mostra que existem outras esferas de socialização a serem considerados na formação de disposições.

A manutenção dessas relações de dominação quanto ao jogo de legitimidade e não-legitimidade de bens simbólicos se dá por estarem recalçadas e naturalizadas, o que permite a emergência da ideia de um “olhar puro”, como se estivesse inscrito na natureza.

As análises de Pierre Bourdieu a cerca do problema da distinção social são importantes porque nos permitem pensar a respeito de certos determinismos relativos a diferentes lugares ocupados pelos agentes no espaço social que acabam por orientar suas práticas e preferências. O autor chama a atenção para o fato de que no mundo social essas práticas e preferências encontram-se hierarquizadas, tidas como menos ou mais legítimas, sem que se torne claro que, na verdade, têm como pano de fundo a desigual distribuição de recursos e poderes (capital econômico e cultural, principalmente).

Nesse sentido, as análises do sociólogo sobre o mundo social nos ajudam a pensar, dentre outras coisas, a respeito do peso que a posição de agentes sociais no espaço relacional confere na orientação de suas preferências, assim como a lógica de poder que se encontra por trás disso.

Conforme apontado por Martins (2002, p. 168), embora Bourdieu tenha mantido uma postura crítica quanto ao caráter objetivista de determinada corrente teórica, no caso o estruturalismo – que estava bastante em voga no momento de sua produção intelectual – ainda assim, o sociólogo incorpora um certo estado de espírito dessa tradição, conferindo importância especial ao primado das relações<sup>20</sup>. O que não se coloca necessariamente como um empecilho aos estudos sobre distinção, uma vez que, de fato podemos perceber que as práticas dos agentes sociais são, no mundo social, constantemente hierarquizadas, e que existem instâncias (escolas e formação cultural familiar, principalmente) que evidenciam seu peso orientando a formação de disposições das pessoas.

<sup>20</sup> Naturalmente, a obra de Bourdieu não trata apenas o aspecto estrutural das relações sociais. Ainda de acordo com Martins (2002, p. 169), uma das principais preocupações do sociólogo foi reintroduzir a problemática do agente social opondo-se às construções explicativas que tendiam a reduzi-los a meros epifenômenos de estruturas objetivas. Em suas análises empíricas e teóricas, o sociólogo procura opor-se tanto ao objetivismo quanto ao subjetivismo.

No entanto, há atualmente certa discussão a respeito da pertinência de determinados valores considerados por Bourdieu em sua pesquisa sobre distinção que já não seriam decisivos num universo social em que instâncias como a mídia, os processos de globalização e a intensificação das práticas de consumo emergem com toda força (Ortiz, 2003; Coulangeon, 2005; Ribeiro, 2011; Schimpfoss, 2014).

De acordo com Ortiz, *A Distinção* fundamenta-se na existência de uma escala de valores burgueses legítimos para a sociedade como um todo. O gosto popular, ao se afastar do gosto burguês, pode ser mensurado e apreendido como uma defasagem em relação a algo que lhe é distante e “superior”. A falta de capital cultural implica uma relação de poder. Portanto, a noção de distinção no contexto francês, e no momento da produção da obra de Bourdieu, pressupunha a presença de um tipo de cultura historicamente consolidada e transmitida pelas diversas instituições sociais: escola, museus, família, etc. No entanto, o mundo contemporâneo coloca em causa justamente essa hierarquia e organização de valores. Segundo o autor, o domínio midiático, ao se expandir, tende cada vez mais a subordinar as esferas culturais autônomas a uma lógica mercadológica bastante potente (2003, p. 53).

Trabalhando com dados retirados da *Enquête sur Pratiques Culturelles des Français*, pesquisa sobre práticas culturais desenvolvida pelo Ministério da Cultura da França no ano de 1997, Philippe Coulangeon (2005) aponta para o fato de que transformações relativas ao advento da indústria cultural, que passa a ter poder de produção simbólica, e a chegada de uma sociedade do lazer teriam contribuído conjuntamente para acabar com o monopólio da produção das normas estéticas por parte das elites culturais.

De acordo com o autor, a partir dos anos noventa, uma série de estudos e pesquisas começam a apontar para o aspecto de que a educação cultivada dos estratos altos é distinta de outras categorias sociais não apenas pela inclinação a um gosto erudito, mas também por um ecletismo de gosto.

Em contraste com a apreciação por um gênero exclusivo, o que se pode chamar de fã, encontrado, principalmente, entre estratos sociais mais baixos, os estudos mostram um fenômeno que foi se acentuando ao longo do tempo: os “snobs”, caracterizados por seu gosto

exclusivo pela música erudita (música clássica, ópera, música clássica contemporânea), vinham sendo ultrapassados pelos “onívoros”, que simultaneamente preferiam gêneros musicais situados dentro e fora dos campos da cultura legítima (idem, ibidem, p. 125).

Investigando acerca da diferenciação social vivenciada a partir da perspectiva dos sujeitos sociais nas cidades de Lisboa e Leiria em Portugal, Ribeiro (2011, p.49) aponta para a centralidade das práticas de consumo como definidoras de fronteiras entre diferentes estratos sociais. Sendo a aquisição e exibição de bens de consumo sentidas como os principais elementos de distinção entre os sujeitos por ela entrevistados.

Em estudo recente sobre processos de distinção na Rússia contemporânea, Elisabeth Schimpfoss (2014) demonstra as mudanças ocorridas nas estratégias de distinção social empregadas por alguns representantes da classe alta russa. A partir do quadro socioeconômico formado pelas mudanças advindas do fim do regime soviético, a ascensão às classes altas nos anos 2000 de novos estratos sociais por meio do *boom* do petróleo e a crise econômica de 2008, pressionou esses antigos representantes a reorientarem seus comportamentos, maneiras e gostos. Enquanto ao longo da década de 1990 eles tendiam para as práticas de consumo ostentatório, atualmente, elaboram estratégias de distinção que passam por tentativas de transformação de seu capital econômico em capital cultural e simbólico. Neste exercício procuram substituir o comportamento conspícuo por práticas mais moderadas e privadas – por exemplo, alguns deles passam a fazer uso eventual do metrô de Moscou – ou ainda reivindicam suas raízes com os valores de dignidade e virtude referentes à antiga *intelligentsia* do regime soviético.

No entanto, de acordo com a autora, este está longe de ser um processo linear e essas novas formas de distinção carregam sua parcela de extravagância. O uso do metrô, por exemplo, não é uma prática rotinizada, a maneira simples de vestimenta carrega em seu cerne a afirmação de uma superioridade, há ainda as práticas, que dentro da estrutura patriarcal da sociedade russa, levam os homens representantes das classes altas a afirmarem seu poder e superioridade a partir de relacionamentos com jovens e belas mulheres (2014, p. 79).

O que se percebe, portanto, é que longe de ser algo estático, o mundo social se apresenta como aquilo que está em constante transformação, de forma que elementos socialmente eleitos para estabelecerem diferenciações entre os sujeitos sociais modificam-se ao longo da história. Aquilo que em dado momento coloca-se como elemento máximo de distinção, em outro, já não atua mais com essa força.

De todo modo, como apontado pelos autores aqui referidos, o capital econômico e o capital cultural ainda se colocam como importantes balizadores na delimitação de fronteiras sociais. Em especial, destacamos o capital econômico, pensado enquanto condições objetivas de existência, como aquele que ampara uma série de construções simbólicas classificadoras das práticas e comportamentos dos atores sociais.

#### **1.4 Distinção social em Erving Goffman**

Avancemos um pouco mais nos estudos sobre diferenciação social, agora lançando luz sobre as contribuições do sociólogo Erving Goffman.

O modelo teórico pensado por Goffman diz respeito a uma perspectiva conhecida como dramaturgic. Trata da interação social que se dá face a face, com o desempenho de papéis por diferentes atores sociais.

Goffman formula um modelo que em alguma medida se contrapõe ao modelo objetivista<sup>21</sup>, no qual o foco de análise do mundo social se dá principalmente nas estruturas sociais.

<sup>21</sup> O pensamento desenvolvido por Emile Durkheim em seu livro *As regras do método sociológico* (2007), mais especificamente no texto *O que é fato social*, apresenta o mundo social com grande poder sobre os indivíduos. A concepção de fato social como algo externo, coercitivo e abrangente expressa bem essa ideia, ele tem uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. Tal perspectiva contribui para concepção da realidade social como uma entidade autônoma, independente dos indivíduos que a constitui. E aponta para uma certa reificação de algumas categorias das ciências sociais como, por exemplo, “as classes sociais”, “a cultura”, etc. Esta linha de pensamento, que utilizamos os estudos de Emile Durkheim para exemplificá-la, é que chamamos de objetivista.

Diante de tais aspectos e fazendo o esforço de situar a obra de Erving Goffman a partir da tradição sociológica clássica, pode-se dizer que seus estudos assumem uma postura mais próxima da sociologia compreensiva de Max Weber do que do objetivismo de Émile Durkheim, pois Goffman se preocupa, sobretudo, em resgatar a centralidade dos indivíduos nas análises da realidade social (Lopes, 2009).

Sendo assim, em sua obra o indivíduo, chamado por ele de ator social, torna-se ponto de partida para compreensão das interações sociais.

Pode-se dizer que Goffman aponta uma dimensão mais subjetiva das relações sociais, aponta para as crenças que os próprios indivíduos criam da realidade e a capacidade que possuem ou acreditam possuir de passar tal ou qual impressão.

Para ele, a partir de algumas informações iniciais, os atores que participam de uma situação são capazes de saber o que esperar de outros participantes e o que estes esperam dele. Nesse sentido, eles possuem a capacidade de, em alguma medida, conduzir a relação que começa a se estabelecer, de construir sua identidade social.

Em seu modelo teórico, o sociólogo faz uso dos princípios da dramaturgia. Assim, utiliza conceitos como ator, cenário, representação, papel e platéia.

As pessoas são pensadas como atores que desempenham um papel social e que ao representarem solicitam de seus observadores que o levem a sério, ou seja, que de fato acreditem que ele é o que aparenta ser e que a atividade exercida por ele tem as consequências que habitualmente se acredita ter.

As estratégias que os indivíduos utilizam para regular e dirigir as situações, bem como os limites de tais atividades, são objeto de análise para Goffman.

De acordo com Lopes (2009, p. 400) a proposta de Goffman é que se examine a organização da experiência social em termos de certos princípios que estejam



situacionalmente presentes, tanto no que diz respeito à organização da situação quanto ao envolvimento subjetivo dos indivíduos.

Nesse sentido, pode-se dizer que embora Goffman se refira a situações em que os atores cooperem entre si para a manutenção de uma determinada cena, ele não retira o sentido último das interações de uma estrutura social ou do funcionamento do universo social onde se dá essa cooperação, mas sim dos próprios atores individuais que compõem a cena (Lopes, 2009, p. 402)<sup>22</sup>.

Dessa forma, Goffman fala de um *modus vivendi* interacional, onde os participantes da interação contribuem em conjunto para uma única definição geral da situação, não no que diz respeito a um acordo real sobre o que existe, mas sim sobre um acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas (Goffman, 1985, p. 18).

Em algumas ocasiões quando não há esse acordo, quando um indivíduo tem sua representação desacreditada, este pode se sentir constrangido enquanto os outros presentes podem tornar-se hostis e, tanto um quanto os outros, podem se sentir pouco à vontade, confusos, envergonhados, embaraçados. Este é um momento em que, segundo o autor, “o minúsculo sistema social da interação face a face entra em colapso” (idem, ibidem, p.21).

Nesse sentido, fica clara a característica de pontualidade no tempo e no espaço das relações sociais estudadas por Goffman. Ele fala de um minúsculo sistema social de interação, que podemos pensar como hermético, fechado nele mesmo.

<sup>22</sup> Isso, no entanto, não significa que a ideia de estrutura social não esteja presente na obra do autor. De acordo com Johansson (2007, p. 276), o trabalho sociológico de Goffman está centrado na interação social, mas não apenas nesta, uma vez que ele analisa a relação existente entre os significados interpessoais e a estrutura social, prestando atenção tanto no valor simbólico do que é dito e feito quanto nas formas mais abstratas da vida social. Ainda, segundo Dennis e Martin (2005, p. 94), é bastante difundida, no ensino de Sociologia, a ideia de que o interacionismo simbólico seria incapaz de dar conta de temas como estrutura social e poder. O que para os autores não se constitui como uma verdade. Em seu trabalho eles argumentam que longe de negligenciar os fenômenos de poder na vida social, os estudos interacionistas enfocam precisamente nas maneiras pelas quais a autoridade e as conseqüentes relações de poder são promulgadas e sustentadas por pessoas de maneira real, contribuindo para a estruturação do social (2005, p. 207).

Em sua obra *A representação do eu na vida cotidiana* (1956), um de seus livros mais importantes, o autor se debruça sobre as técnicas comuns que as pessoas empregam para manter as impressões que pretendem passar, bem como sobre as contingências habituais associadas a essa atividade. Pensa esses aspectos em termos dramaturgicos, no sentido da representação da atividade perante os outros (Goffman, 1985, p.23).

O aspecto situacional fica bem claro na compreensão do autor quanto à interação (isto é, interação face a face) compreendida como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença imediata” ou ainda como “toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros” (idem, ibidem, p.23).

A interação face a face gira em torno da obrigação moral de que os participantes legitimem as projeções que os atores fazem de si mesmo. Associada a essa obrigação há outro princípio, de que um indivíduo que explicita ou implicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve ser de fato o que pretende que é. Assim, cada indivíduo projeta uma definição da situação e, com isso, pretende ser um determinado tipo de pessoa, gerando automaticamente a exigência moral nos outros participantes, que devem tratá-lo e valorizá-lo de acordo com o que pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Automaticamente, também renuncia a pretensão de ser outro tipo de pessoa.

Vale lembrar que de acordo com Goffman, as projeções são individuais, ou em outras palavras, estão baseadas na subjetividade de cada um (idem, ibidem, p 21).

Alguns elementos são importantes na interação que se dá face a face.

Um deles é a noção de “representação”, entendida como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (idem, ibidem, p.29).

Outro elemento importante é a noção de fachada, compreendida como uma parte fixa do desempenho do indivíduo que funciona de forma regular no sentido de definir a situação para aqueles que observam a representação. A fachada é o equipamento expressivo padronizado empregado pelo indivíduo em sua representação. O cenário são os objetos físicos (móvel, decoração, etc.) utilizados como suporte para o desenrolar das ações. É, portanto, a parte cênica do equipamento expressivo.

Podemos pensar a distinção social para Erving Goffman como estando diretamente relacionada à fachada pessoal. Ou seja, ao desempenho do ator que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para aqueles que observam a representação. Diz respeito ao desempenho de tipo intencional ou inconsciente empregado pelo ator durante sua representação (idem, ibidem, p.29).

Equipamentos expressivos que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator e que esperamos que o sigam onde quer que ele vá, fazem parte da fachada pessoal. Assim, temos como partes constituintes da fachada os distintivos de função ou categoria: vestuário, sexo, idade, características raciais, altura e aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes (Goffman, 1995, p. 31).

Em texto intitulado *Symbols of class status* (1951), onde trata a respeito de símbolos de status relacionados à classe social, Goffman diz que o status relaciona-se a um conjunto de direitos e obrigações que governam a conduta das pessoas que atuam em uma dada função social. Acerca dos símbolos de status aplica-se seu modelo dramático, de forma que o ocupante de determinado status deve atuar diante dos outros de maneira a transmitir a impressão de que sua concepção de si mesmo e dos demais é semelhante à concepção que eles têm de si mesmos e dele. Entretanto, para que ocorra tal consenso operativo é necessário que haja uma comunicação adequada quanto às concepções de status. Nesse sentido, se desenvolvem meios especializados para exibir a posição do indivíduo. São a esses meios transmissores de signos que Goffman chama de símbolos de status (1951, p.294).

Esses símbolos ajudam a compor a fachada pessoal, que pode ser pensada a partir de dois aspectos de acordo com a função exercida pela informação que transmitem. Esses aspectos são a maneira e a aparência (Goffman, 1995, p.31).

A maneira são estímulos que funcionam para informar a plateia sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. Por exemplo, se o ator assume uma maneira mais agressiva ou humilde.

A aparência são os estímulos que funcionam no momento para revelar o status social do ator.

Goffman diz que quando se examina um grupo ou classe<sup>23</sup> de pessoas, percebe-se que seus membros tendem a empenhar-se primordialmente em certas práticas, enfatizando menos as outras que executam. É baseado na tendência que os grupos de pessoas têm em enfatizar determinadas práticas em detrimento de outras e, assim, representar um papel específico, que Goffman justifica o interesse de alguns estudiosos em estudar as diferenças entre hábitos aristocráticos e de classe média. Concluindo que o comportamento aristocrático “é aquele que mobiliza todas as atividades secundárias da vida, situadas fora das particularidades sérias das outras classes, e injeta nessas atividades uma expressão de dignidade, de poder e alta categoria” (Goffman, 1985, p.31)<sup>24</sup>.

Ao tratar das representações onde se procura desempenhar papéis relacionados a status social, Goffman diz que estas estão diretamente relacionadas a idealizações que se faz de valores sociais (1985, p.40). Dessa maneira, quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tende a incorporar e exemplificar os valores reconhecidos como legítimos pela sociedade.

<sup>23</sup> Quando fala a respeito de classes no texto *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman não está se referindo necessariamente a classes sociais pensadas como inseridas em esquemas de estratificação social. Quando se refere a classes, às vezes está tratando de classes profissionais, por exemplo. Embora outras vezes também se refira a grupos de status.

<sup>24</sup> Na obra *A representação do Eu na vida cotidiana*, Goffman apenas cita estudos que são feitos na área de estratificação social e estilos de vida, mas em nenhum momento se propõe a estudar esse tema. Para ele as práticas desempenhadas por determinados grupos sociais apenas confirmam seu modelo dramático. Já no texto *Symbols of class status* (1951), o autor trata especialmente de símbolos relativos a classes sociais, mas sem dar uma definição do que entende por classe.

Nesse sentido, em sociedades estratificadas verifica-se que habitualmente a mobilidade ascendente implica na representação de desempenhos adequados e que os esforços para subir socialmente e para evitar descer exprimem-se em termos dos sacrifícios para a manutenção da fachada. Uma vez adquirido o equipamento de sinais conveniente e obtida familiaridade em sua manipulação, este equipamento expressivo pode ser usado para embelezar e iluminar com estilo social favorável as representações diárias do indivíduo (Goffman, 1985, p.41).

Para Goffman o aspecto constituinte mais importante deste equipamento de sinais consiste nos símbolos de *status*, por meio dos quais se expressa riqueza material.

Nesse sentido, podemos inferir de sua obra, que Goffman compreende a busca por status e distinção social como estando relacionada a apropriação por parte dos atores de objetos e maneiras que sejam indicadores de valores culturais e estilos de vida e pela defesa de fachadas que os classifiquem como pertencentes a universos sociais superiores.

Pode-se dizer que a abordagem analítica de Erving Goffman e Pierre Bourdieu se aproximam em alguns pontos e se distanciam em outros.

Como ponto de encontro, podemos citar a posição conferida aos indivíduos, chamados de agentes por Bourdieu e atores sociais por Goffman, em seus modelos teóricos.

Ambos conferem centralidade aos indivíduos, procurando pensá-los com maior poder na elaboração da vida social e não apenas como epifenômenos de condições estruturais, uma espécie de receptáculo de normas e valores impostos de fora para dentro (Lopes, p.395, 2009).

Erving Goffman compreende o indivíduo como interpretado por um ator que desempenha um papel social e que ao desempenhá-lo solicita de outros participantes da cena que o levem a sério, ou seja, que de fato acreditem que este desempenha as atividades que aparenta desempenhar. Ou é o que aparenta ser. Em outras palavras, o ator social solicita

que a situação vivenciada por ele juntamente com outros participantes da cena, seja identificada com a totalidade de seu ser (Lopes, p.399, 2009). As estratégias que os atores utilizam para influenciar e dirigir essas situações constitui-se como objeto de análise para Goffman.

No que diz respeito ao modelo teórico pensado por Pierre Bourdieu, pode-se dizer que por meio do conceito de *habitus* é apontada a importância dos agentes como participantes e construtores do mundo social.

O conceito de *habitus*, compreendido como um saber prático, possibilita a apreciação e orientação no espaço social. Entretanto, a dimensão prática (estruturante) do *habitus* é apenas uma de suas características. Para além desta, o *habitus* apresenta uma dimensão estruturada. Isso porque se constitui por meio da vivência do agente a partir de uma determinada posição ocupada no espaço social, estando esta relacionada a condições objetivas de existência.

É justamente a respeito da dimensão estruturada do mundo social que os modelos analíticos de Goffman e Bourdieu se distanciam.

Em suas investigações, Erving Goffman considera a existência de uma realidade social estruturada, entretanto, não privilegia tal aspecto em suas análises. Pensa as situações sociais como situacional e nesse sentido, não contempla diretamente questões de estratificação social. Considera a existência de valores socialmente estabelecidos e aponta a importância deles no momento da interação face a face, mas não confere centralidade a tais aspectos.

Dessa forma, o modelo apresentado por Goffman é importante para os estudos de hierarquização social porque possibilita uma melhor compreensão das estratégias adotadas pelos atores para o estabelecimento e manutenção de uma determinada fachada, em outras palavras, chama atenção para dimensão de aparência, a representação das interações no mundo social. Seja ela relacionada a um grupo com determinado status social ou a qualquer outro grupo social. Possibilita uma análise minuciosa do momento da interação.

Por sua vez, o modelo teórico pensado por Bourdieu, procura fazer a intermediação entre aspectos estruturais e individuais. Buscando tratar como se constituem estruturalmente os esquemas de estratificação social e como operam por meio das escolhas dos agentes. Nesse sentido, sua obra torna-se muito importante para pensar relações de distinção social.

Entretanto, os fenômenos formação de hierarquias sociais são complexos e heterogêneos e muitos estudos contemporâneos chamam atenção para o fato de que algumas instâncias emergem, para além daquelas trabalhadas por Bourdieu, como definidoras de fronteiras de status entre os sujeitos sociais.

### **1.5 Hierarquia social em Vincent de Gaulejac**

Trazemos neste tópico uma reflexão sobre o conceito de neurose de classe, pensado pelo sociólogo clínico Vincent de Gaulejac como forma de exemplificar uma situação em que é possível verificar o entrelaçamento entre o social e o psíquico.

O conceito de neurose de classe trazido pelo sociólogo se refere à descrição do quadro clínico que caracteriza conflitos sócio-psíquicos vividos por indivíduos que, ao longo de sua história, mudam de posição no interior da estrutura de classes. A noção de neurose de classe serve para descrever o roteiro sociopsíquico característico daqueles que enfrentam a mudança de posição social.

Em sua obra, Gaulejac está tratando da hierarquização e dominação entre classes. O conceito de neurose de classe se refere especificamente a conflitos sociopsíquicos que podem se desenvolver naqueles indivíduos que experimentam trajetórias de ascensão social<sup>25</sup>.

O esforço se dá no sentido de pensar em como suas análises a respeito das relações de dominação entre classes sociais, assim como, a abordagem que lança luz sobre a dimensão

<sup>25</sup> Em algum momento do livro Gaulejac também cita trajetórias de descenso social.

existencial da vida dos sujeitos, articulando aspectos psíquicos e sociais, ajuda a pensar o objeto de compreensão aqui colocado.

Ao abordar o caso de Annie Ernaux e a clivagem que ela vivencia relativa ao seu meio de origem e a posição social alcançada, o autor tem como pano de fundo relações de distinção social e a dominação entre classes sociais. Gaulejac chama essa organização de ordem antroponômica (2014, p. 45-65), ou seja, aquela que tende a dividir os indivíduos dentro da estrutura social segundo uma ordem hierárquica. A invalidação dos comportamentos, dos gostos, dos modos, do *habitus* daqueles que ocupam estratos mais baixos na pirâmide social, relaciona-se a processos de hierarquização social. Esta, a hierarquia social, está na base a partir da qual se desenvolve o que Gaulejac trata por neurose de classe.

A neurose de classe diz respeito a um conflito sociopsíquico ligado à trajetória social e ao desenvolvimento psicosssexual de um indivíduo, havendo a complementaridade dialética entre o psiquismo e o social.

O conflito psíquico é o elemento central da teoria freudiana das neuroses. Há conflito quando o sujeito enfrenta dentro de si exigências opostas. Quando está diante de tendências contraditórias. Freud examina os fatores que provocam a entrada na neurose. Dentre diversos fatores, a frustração e a incapacidade de se adaptar a uma realidade por fixação são apresentadas como essenciais (Gaulejac, 2014, p.90).

O indivíduo goza de boa saúde enquanto sua necessidade imperiosa de amor é satisfeita por um objeto real do mundo exterior. Ele se neurotiza quando esse objeto lhe é retirado sem que, em seu lugar, se ofereça um substituto. Nessa circunstância acontece a frustração que tem como efeito represar a libido, provocando uma tensão psíquica. Esta pode ser aliviada de duas maneiras. A primeira consiste em converter a tensão psíquica em energia ativa voltada para o mundo exterior que, finalmente, força o indivíduo a dar satisfação real a libido. A segunda, é renunciar à satisfação libidinal, sublimar a libido represada e utilizá-la para atingir metas que não são mais eróticas e escapam à frustração. Se o Eu não consegue



dar à libido uma satisfação substitutiva (por deslocamento do objeto ou por sublimação), o conflito deságua na formação de sintomas (2014, p.90).

Outro fator que provoca a entrada na neurose é a incapacidade de se adaptar a uma realidade por fixação. Neste caso, o indivíduo não adoece devido a uma modificação do mundo exterior que substitui a satisfação pela frustração, mas porque esbarra nas dificuldades internas de se adaptar às exigências da realidade externa. O indivíduo, devido a uma rigidez interna, não consegue trocar uma satisfação anterior por outra para se adaptar às modificações do ambiente (Gaulejac, 2014, p. 90).

Nesses dois tipos de entrada na neurose, os exemplos oferecidos mostram que a frustração, segundo Freud, está sempre ligada a uma insatisfação sexual, ou seja, libidinal.

Vincent de Gaulejac, no entanto, apresenta outra perspectiva que, sem minimizar a importância da sexualidade como elemento motriz do desenvolvimento psíquico, considera que os processos neuróticos podem ser provocados por conflitos de outra natureza. Nesse sentido, de acordo com o autor, a frustração também pode ter raiz social, quando a criança constata que seus pais são dominados ou invalidados, que outras crianças têm melhor sorte que ela ou que seu modo de ser ou de falar é utilizado para lhe transmitir uma imagem negativa de si. Nesse caso, o processo é como o descrito por Freud, a criança pode converter a tensão psíquica em energia ativa para compensar a desvalorização narcísica que sofreu. Do mesmo modo, a incapacidade de se adaptar a uma realidade por fixação corresponde à situação das crianças que enfrentam a necessidade de se adaptar a dois mundos sociais diferentes e, de certo modo, opostos (Gaulejac, 2014, p.91).

Gaulejac chama atenção para o fato de que o desenvolvimento de neuroses – quando relativas à rigidez e à falta de adaptabilidade, conforme mencionado por Freud – estão relacionados a aspectos constitucionais, mas também a exigências contraditórias enfrentadas por crianças que mudam de classe social: “há risco de neurose quando coexistem, em uma relação conflituosa que tende a se congelar, *habitus*, ideias e identificações inconciliáveis” (2014, p.91).

A proposta do autor é de, sem desconsiderar a importância dos aspectos sexuais, abrir espaço para investigação de outros fatores que intervenham na deflagração e desenvolvimento de um processo neurótico.

Nesse sentido, a característica principal da neurose de classe é realizar uma colagem entre os elementos sexuais e sociais do processo. Os primeiros afetos ligados a experiências sexuais infantis (mal ou bem sucedidas) sendo ligadas a questões sociais conflituosas.

Há neurose a partir do momento em que os conflitos ligados à trajetória social e aqueles ligados ao desenvolvimento psicosssexual se apoiam reciprocamente e produzem um reforço mútuo. Neste sentido, o psiquismo age como um filtro que toma do social elementos que manterão as inibições, reforçarão as defesas, amplificarão os conflitos internos.

Reciprocamente, os conflitos sociais que o indivíduo enfrenta configuram sua personalidade, reverberam em seu funcionamento psíquico, sem que se possa estabelecer uma anterioridade das influências. Ou seja, não há uma causa suprema, algum fator preponderante, seja social, seja psíquico. A neurose de classe é, ao mesmo tempo, produto de conflitos sexuais, relacionais e sociais, que se sustentam uns aos outros em um sistema de influências recíprocas (2014, p. 94).

O que distinguirá a neurose de classe das outras formas de neurose é a importância dos conflitos ligados ao deslocamento social no surgimento da doença. O indivíduo vive uma lacuna conflituosa entre a posição objetiva e a subjetiva, conflito que influencia seu desenvolvimento psíquico (2014, p.94).

A neurose de classe é uma neurose clássica na qual os fatores sociais tiveram papel essencial. A desclassificação social é um dos elementos centrais do conflito inicial que provoca a neurose. Portanto, há repercussões em nível psíquico de um conflito social.

Conforme apontado, no desenvolvimento da neurose de classe há a complementaridade entre o psíquico e o social e, no que tange a este último, o que temos é a ordem antroponômica (hierarquização entre classes sociais).

Em seu livro, em vários momentos, Gaulejac, por exemplo, faz referência ao conceito de *habitus*, desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu. No caso de Annie Ernoux, por exemplo, os modos, os gostos, os comportamentos de seus pais, são enxergados por ela (e, de certa forma, por eles mesmos) como sendo menos legítimos do que os dos pais de suas colegas de escola particular e de seus professores. Tais diferenciações e o jogo de legitimidade/ilegitimidade ancoram-se nas hierarquias existentes na estrutura de classes.

É também sobre essa estrutura de classes e sobre os jogos de legitimidade e ilegitimidade de práticas, modos de ser e fazer e gostos que estruturo a pesquisa aqui desenvolvida.

Quando Gaulejac trata do caso de Annie Ernoux, a ambivalência vivenciada por ela relaciona-se diretamente a sua percepção e conflito relativos à posição social ocupada por seus pais (hierarquicamente inferior) e aquela ocupada por seus colegas e professores de escola (hierarquicamente superior), sendo que tais questões se encontram entrelaçadas com assuntos edipianos. Aspectos relativos a situações e sensações de hierarquização social e, por sua vez, de desclassificação social estão no cerne da neurose vivenciada por aqueles que experimentam trajetórias de deslocamento social.

Conforme apontado anteriormente, os sujeitos de pesquisa com os quais trabalho são pessoas que, diferentemente daquelas cujas histórias de vida são analisadas por Gaulejac, não vivenciaram necessariamente significativas trajetórias de deslocamento social, que as levam dos estratos baixos até os mais altos da estrutura de classes.

Assim sendo, podemos pensar na vivência daqueles que usufruem de privilegiadas condições sociais e na dinâmica dos grupos aos quais pertencem. A pergunta que se coloca então é: E quando se vive desde o princípio uma situação social privilegiada? Que tipo de conflitos podem existir?

Independentemente da origem e trajetória social, aqueles que ocupam posições mais confortáveis – detentores de poder e que, de certa forma, ditam as regras do jogo social – também são sujeitos sociais e psíquicos, envolvidos em conflitos intra-psíquicos, intra-sociais

e intra-familiares. É provável que o conceito de neurose de classe não traga contribuições para compreender conflitos nos quais esses indivíduos estejam envolvidos, nem é minha intenção encaixá-los em qualquer conceito previamente estabelecido, uma vez que, fazer pesquisa sociológica compreende justamente criar conceitos próprios, baseados em pesquisa empírica, que ajudem a elucidar nossos próprios objetos de compreensão.

O livro de Vincent de Gaulejac, contudo, traz ideias que nos permitem pensar a perspectiva existencial dos fenômenos sociais. Sendo assim, no que tange aos empresários da construção civil em Brasília, podemos dizer que estes se encontram incluídos em grupos cuja dinâmica presa pela manutenção de seu prestígio social e, neste caso, a distinção social pode se manifestar enquanto consequência dessas estratégias de manutenção. Podemos pensar a respeito dos controles que se estabelecem no interior desses grupos de prestígio e poder. E também sobre as estratégias das quais lançam mão para se manterem no prestígio.

Do ponto de vista existencial, é importante dizer que esses sujeitos de pesquisa também se inseriram, cada um ao seu modo, em um projeto parental. O projeto parental diz respeito ao conjunto de representações que os pais têm do futuro dos seus filhos. Ele congrega diferentes níveis – inconsciente, afetivo, ideológico e sociológico –, referindo-se a um processo psicodinâmico de projeção e identificação entre pais e filhos. É a expressão dos desejos conscientes e inconscientes dos genitores sobre sua prole, mas é, também, um projeto social portador dos projetos do meio familiar e cultural, aspirações condicionadas pelo contexto social que favorece ou impede sua realização (Gaulejac, 2014, p. 39).

Tratando a respeito de sujeitos oriundos de meios sociais abastados, podemos pensar em projetos que compreendam estratégias de manutenção do prestígio social, promoção social, ou mesmo, temores quanto a um possível declínio.

Há certamente um peso existencial e social envolvido na condição de herdeiro(a). Nestes casos já se coloca de antemão a incumbência de manutenção e progressão daquilo que o grupo de referência já proporciona aos seus membros.

É necessário ainda considerar o controle que se exerce no sentido exterior-interior sobre tais grupos sociais. Por se tratar de indivíduos que gozam de amplo prestígio social, suas vidas são constantemente vigiadas. Tais pessoas são frequentemente temas de reportagens jornalísticas e até mesmo livros. Podemos pensar ainda que, por se tratar de grupos de prestígio social, é sobre eles que se deposita certo ideal coletivo de sucesso social.



# 2

## O igualitarismo moderno e a desigualdade socioeconômica

## **CAPÍTULO 2: O IGUALITARISMO MODERNO E A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA**

### **2.1 A noção moderna de igualitarismo**

Nem sempre houve o entendimento de que as hierarquias sociais seriam injustas ou teriam origem em injustiças. A mudança de paradigma remete ao período da Revolução Francesa, em 1789, momento no qual cai o Antigo Regime e se tem os primeiros passos na implementação do regime republicano moderno.

O Antigo Regime foi marcado pela presença da sociedade estamental, com forte centralização na figura do rei e no direito divino, ou seja, na noção de que a ordem social seria natural, a materialização dos desejos e desígnios de Deus. Temos, neste momento, uma organização social em que as coisas acontecem lentamente, e a posição social ocupada pelo indivíduo tem origem em seu status de nascimento (Tocqueville, 2009 [1856]).

A Revolução Francesa inaugura no mundo ocidental um novo momento, onde as noções e/ou ideais de liberdade e igualdade civil entre os indivíduos se tornam mais e mais presentes. Inicialmente o que se tem são reivindicações de igualdade civil e política, posteriormente, porém, teremos também busca por igualdade econômica.

O texto *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade* de Jean-Jacques Rousseau, datado de 1754, é amplamente reconhecido como um dos marcos do debate moderno sobre desigualdade. Nele, Rousseau enfatiza a importância da igualdade de direitos políticos e, em menor proporção, de algum grau de igualdade de condições de vida. Assume que as desigualdades observadas são um produto social que, em geral, foi criado a partir de injustiças (Rousseau, 2006, [1755]). Estas ideias estão na base do pensamento que irá influenciar muitos autores posteriores, principalmente sociólogos e economistas políticos.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a ampliação dos ideais republicanos concomitantemente, forma-se um intrincado jogo em que o indivíduo parece estar jogado à

própria sorte. Não mais ligado à terra e sob tutela e jugo do senhor, como no período feudal ou monárquico. Agora livre para transitar pelo território e, com o encargo de lutar por seu sustento.

Ao conquistar a liberdade civil e política, o indivíduo também se torna “livre” economicamente, totalmente responsável por seu sustento (Castels, 2008) e tendo sobre seus ombros, o imperativo da mobilidade social: ele pode não ter nascido nobre e abastado, mas ele pode se tornar. Não há mais, ao menos em teoria, o determinismo de nascimento: nascido servo ou plebeu, morrerá assim.

Como sabemos, à possibilidade de mobilidade social é somada construções de teor religioso, onde a justificação para a riqueza se torna o trabalho árduo e metódico, agradável aos olhos de Deus (Weber, 2004 [1905]). Posteriormente, essa noção se descola de sua origem religiosa, se entrelaça com a mentalidade capitalista, dando forma às manifestações modernas desse modo de produção.

Teorias clássicas nas ciências sociais já demonstraram e discorreram longamente sobre o capitalismo e seu caráter concentrador de recursos. Vejamos o que alguns autores têm a dizer.

Teóricos da economia política clássica dos séculos XVIII e XIX como Adam Smith (1723-1790), Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) deram atenção à repartição dos recursos na economia e por meio de suas teorias sobre a determinação de salários, lucros e rendas, propagaram suas ideias sobre desigualdade.

Smith é considerado uma espécie de patrono por várias escolas de pensamento que defendem a autoregulação dos mercados. Malthus teve suas teorias tomadas como centrais no debate sobre demografia do desenvolvimento. E Ricardo é precursor das teorias que buscam explicar as desigualdades entre nações. De maneira geral, esses economistas relacionaram a melhoria das condições de vida de um povo à expansão do produto



econômico agregado e dificilmente a relacionam com medidas redistributivas<sup>26</sup> (Medeiros, 2004, p.55).

É na crítica à economia política de Marx que a questão de uma maior igualdade socioeconômica emerge mais força. Tendo por influência a economia política clássica, a filosofia hegeliana e o movimento socialista francês, Marx produziu uma obra extensa e complexa sobre a dinâmica do funcionamento social conectando economia, política, história e cultura. Sua obra também deu fruto a muitas interpretações e influenciou fortemente o debate sobre desigualdade no século posterior a seus estudos. Inclusive sua filosofia de justiça teve forte influência em estudos posteriores, sendo aceita ou criticada.

A teoria marxista vê o capitalismo como uma forma de sociedade de classes organizada em função de um modo específico de produção que emerge das revoluções burguesas do século XVII e cuja lógica de funcionamento leva à acumulação do capital. Existem muitas interpretações sobre o conceito de classe em Marx, mas, de maneira geral, pode-se dizer que a distinção fundamental entre as classes no capitalismo advém da posição que ocupam na organização da produção, determinada pela posse ou não dos meios necessários à produção. Sem meios para produzir, os trabalhadores são obrigados a vender sua mão-de-obra para subsistir. De acordo com sua teoria, esse tipo de relação entre classes resultaria invariavelmente injusta porque se baseia em contratos em que a liberdade e a capacidade de negociação de uma das partes são bastante limitadas. Existe relação de interdependência entre capitalistas e trabalhadores, mas essa dependência não diz respeito a igualdade de condições (Marx, 1975, liv. I, p.196). Como na ética marxista não existe contrato justo entre desiguais, toda relação entre trabalhadores e capitalistas, por acontecer em contexto bastante assimétrico, é injusta com os primeiros (Medeiros, 2005, p.57).

Na maioria de seus estudos, Marx discute a questão da desigualdade a partir de agregados ou posições na estrutura social, como quando se refere às classes sociais. No texto *Crítica ao Programa de Gotha* (1891), no entanto, aborda também o assunto a partir da ótica

<sup>26</sup> A questão redistributiva refere-se a ideias, valores, teorias e movimentações tardias da economia capitalista desenvolvida que apelam para a noção de justiça social como forma de amenizar excessos e distorções no que se refere à forma como as riquezas de uma sociedade se encontram distribuídas.

da distribuição dos produtos da economia entre indivíduos, embora sem desconsiderá-la como estando dependente da forma de organização da produção. Podemos apreender um pouco sobre sua filosofia de justiça a respeito da questão distributiva.

De maneira geral, para Marx são injustas todas as formas de desigualdade de remuneração resultantes de diferenças nos “dons individuais” que impliquem vantagens de um trabalhador sobre o outro. As eventuais diferenças nas capacidades físicas, por exemplo, não são um mérito do indivíduo e, por isso, não justificam moralmente vantagens salariais ou de outro tipo. Da particularidade das circunstâncias individuais, decorrem necessidades distintas que, em uma situação justa, devem ser supridas por direitos diferenciados dos indivíduos ao uso do produto social (Marx apud Medeiros, 2005, p. 57). O igualitarismo de Marx pressupõe um fundo social hipotético formado por todos os recursos da sociedade e sintetiza-se na máxima: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um de acordo com suas necessidades” (idem, ibidem, p.58).

Na Sociologia Clássica não existe unidade na forma de abordar a desigualdade.

Para Durkheim, por exemplo, são injustas desigualdades que não resultem de mérito individual. Para ele seriam justas as desigualdades que existem em razão de diferenças na capacidade física ou intelectual dos indivíduos, mas não as que decorrem da herança de riquezas, por exemplo. Durkheim critica a ideia de que seriam justos contratos feitos entre pessoas que se encontram em condições desiguais, como aqueles que advém das relações assimétricas entre classes (Durkheim, 1991, p. 171-80).

Não está no centro das análises de Weber a investigação sobre as causas e consequências da desigualdade socioeconômica na dinâmica de longo prazo da sociedade. Ainda assim, é possível notar em suas obras *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e *História Econômica Geral* algumas referências ao assunto. Embora a posição mais conhecida de Weber sobre a origem das desigualdades econômicas entre protestantes e católicos seja fundamentalmente devido a diferenças culturais (Weber, 1989, p. 23), sua obra também traz, ainda que pouco, a ideia do uso, na origem do capitalismo, do Estado para a formação de uma classe trabalhadora. Entretanto, a importância dada por Weber à

neutralidade científica em relação a valores impede que possamos contatar elementos normativos que tenham influenciado a construção de seus objetos de estudos (Medeiros, 2005, p. 59). E assim não é possível apreender elementos relativos a alguma filosofia de justiça em suas análises.

Nas últimas décadas um autor que obteve bastante centralidade no debate sobre desigualdade socioeconômica e justiça social foi John Rawls. Em seu livro *A Theory of Justice*, publicado em 1971, propõe uma teoria política de caráter igualitarista que influenciou praticamente todo o debate moderno sobre desigualdade (Medeiros, 2015, p. 60). Sua obra é extensa e difícil de ser resumida, mas os fundamentos mais importantes de seu igualitarismo são, primeiramente, a ideia de que nenhuma pessoa merece os talentos e capacidades que possui, assim também, não merece que a sociedade o premie ou castigue por tais características. Contrariamente, é justo que os mais talentosos ponham seus talentos a serviço dos menos talentosos, pois as diferenças que se justificam são as que favorecem os mais fracos. Segundo, a ideia de que as instituições da sociedade podem ser consideradas justas quando igualam os indivíduos de tal forma que permitem que a vida das pessoas dependa apenas de suas escolhas (Rawls, 2002, p.64).

Rawls pode ser considerado um igualitarista liberal (Medeiros, 2005, p. 60). A retórica de seu individualismo é uma característica de grande parte da filosofia igualitarista e está fortemente presente até mesmo em autores que estão longe do conservadorismo político. Uma parte significativa da discussão marxista mais recente sobre igualdade dialoga, em termos individualistas, com Rawls (idem, ibidem, p. 61).

As discussões sobre teorias de justiça são travadas, principalmente, no campo da filosofia, mas possuem um forte substrato sociológico. Elas atribuem um significado às desigualdades sociais observadas, interpretando-as a partir de um eixo normativo para, posteriormente, propor soluções que orientem a correção dessas desigualdades, com base em valores fortemente presentes nas democracias ocidentais.

Quando se trata de investigar a respeito da questão distributiva dos recursos sociais, colocamos lentes para olhar o mundo social por meio das quais enxergamos uma sociedade

dividida em classes e estratos, e estes se estruturando de forma hierarquizada. Questões relativas ao conflito distributivo foram e são amplamente contempladas por pesquisas em estratificação social. Os estudos em estratificação, enquanto pesquisa dos processos que geram desigualdade, investigam a relevância e de que maneira diferentes variáveis, como ações individuais e coletivas, mudanças em regras sociais e características socioeconômicas determinam o quadro geral de desigualdade. Alguns desses estudos dedicam-se a discutir as formas de mensurar o estrato dos ricos e a dimensão de sua riqueza (Medeiros, 2005). Este é um ponto central e importante nestes tipos de pesquisas. As diferentes formas de mensuração normalmente tomam como fonte as pesquisas amostrais extraídas de dados fornecidos por institutos de pesquisa e de dados provenientes do imposto de renda (Castro, 2014, p.19). E, lançando mão dessas informações, constroem estudos a partir dos quais formam um quadro geral da desigualdade social em dado país ou região em um determinado momento ou ao longo do tempo.

No que tange a esse trabalho, no entanto, seguimos uma linha distinta. Dedico-me a olhar para a distinção social, a desigualdade, a questão distributiva e a condição socioeconômica dos ricos a partir da vivência em longa duração dos sujeitos em estratos superiores da sociedade hierarquizada em classes.

O recorte que fazemos no universo social se dá a partir da profissão dos sujeitos. São empresários da construção civil. Na linguagem marxista, os capitalistas ou burgueses, proprietários de meios sociais de produção. Neste caso, produção de edificações e infraestrutura na cidade.

Trata-se de pessoas reconhecidas no espaço social da cidade devido a seus sobrenomes relacionados a médios e grandes negócios. Sua alta renda, seu alto nível de consumo, as posições de poder por eles ocupadas manifestam-se no prestígio por eles vivenciados.

## **2.2 Desigualdade socioeconômica no mundo: um quadro atual**

É recorrente escutarmos que existe no Brasil uma desigualdade econômica grande e persistente. Que os problemas no País não passam pela insuficiência de recursos, e sim que estes estão distribuídos desigualmente entre sua população. Vemos a desigualdade econômica sendo associada a uma infinidade de questões: à violência urbana, à saúde, ao gênero, à raça, à cultura, à educação, às formas de nutrição. Dentre tantos outros aspectos. Parece que resolver a questão da desigualdade na distribuição dos recursos produzidos é resolver “o problema” do país.

Investigar sobre o quadro de desigualdade socioeconômica no Brasil tem estado na mira de economistas, sociólogos e outros cientistas nacionais há pelo menos meio século (Souza, 2018). Mais recentemente, principalmente a partir da virada para o século XXI, verifica-se a proliferação de estudos a respeito do topo da pirâmide social (Medeiros, 2004a, 2004b; Souza, 2016, 2018; Rocha, 2019). Se em momento anterior as pesquisas se concentravam em compreender a pobreza e sua reprodução, mais recentemente tem-se lançado um olhar detido sobre a riqueza e sua reprodução. Estudos sobre o estilo de vida, as práticas culturais, as relações sociais, e é claro, pesquisas que visam investigar e estabelecer medidas a fim de dimensionar a riqueza econômica, os níveis de concentração e, conseqüentemente, posicioná-la frente ao quadro de desigualdade social do País.

O objetivo desse capítulo é passear por dados quantitativos produzidos sobre desigualdade socioeconômica no Brasil e no mundo nos últimos anos, de forma a apresentar um quadro atual sobre o tema. Algumas perguntas guiam nossa análise: qual a situação de desigualdade no Brasil em relação a outros países? Como a riqueza do País está distribuída entre sua população? Quais os principais índices para medi-la?

O propósito do capítulo é adentrar esse quadro, lançando mão de dados produzidos por instituições e institutos de pesquisa consagrados. Dentre eles: Credit Suisse Research Institut, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Fazenda do Brasil.

Não é nossa finalidade fazer uma discussão sobre as formas de tratamento dos dados, e sim sobre o fenômeno da concentração da riqueza, trazendo ao leitor o panorama geral da repartição de recursos no mundo e no Brasil. Essa tese considera para fins de análise as metodologias e achados consagrados neste campo de estudos.

Medir a riqueza é dimensionar os recursos econômicos de um indivíduo (*per capita* ou por indivíduo adulto) e/ou grupo de indivíduos (uma família, os habitantes de um domicílio, a população economicamente ativa de uma nação, por exemplo). A riqueza econômica pode ser composta por diversos itens e ter diferentes fontes: renda do trabalho, patrimônio não-financeiro (terra, casa, edifício, carro, caminhão, equipamentos de produção, etc.), patrimônio financeiro (investimentos em aplicações bancárias, fundos de investimentos, mercado de valores), recursos advindos da seguridade social (aposentadoria, pensões), entre outros. Para que ela possa ser medida é necessário que estejam à disposição dados, métodos e técnicas capazes de fazê-lo. Existem aspectos mais difíceis de serem dimensionados como, por exemplo, o patrimônio não financeiro, devido ao fato deste não ser objeto de tributação na maioria dos países do mundo. Por outro lado, a renda advinda do trabalho, é mais facilmente medida, pois por incidir sobre ela o imposto de renda, é possível, em muitos casos, obter dados oficiais (Pochman, 2015, p.39-43).

Mensurar a desigualdade é estudar como se distribuem os recursos econômicos entre uma população.

De maneira geral, as investigações sobre desigualdade socioeconômica utilizam como base de dados aqueles recolhidos em pesquisas amostrais domiciliares (PNAD, POF, Censo). Mas há também estudos que se amparam em informações tributárias provenientes do Imposto de Renda da Pessoa Física. Apresentaremos aqui dados provenientes de diferentes fontes.

É importante ressaltar que há diferenças metodológicas entre o que seria mais adequado como base de dados para medir a riqueza de estratos sociais elevados.

A desigualdade é um acontecimento de características multidimensionais que resulta de complexas interações derivadas de relações de poder (Pochman, 2015, p. 17). Ainda que ao longo da história se apresente persistente, ela não se mantém estável, isso porque as relações de poder não se constituem como estruturas duradouras, mudam sua forma no decorrer do tempo.

Em sociedades ocidentais pré-capitalistas, até meados do século XVIII, a estrutura de desigualdade econômica se dava principalmente em torno do monopólio da propriedade da terra, de explorações decorrentes do predomínio dos impérios coloniais e da exclusão étnico-racial. Devido à baixa produtividade do período, os padrões de vida tendiam a não ser tão desiguais entre os povos ao longo do tempo. Assim também, assimetrias nas vantagens e desvantagens individuais e coletivas, quando identificadas, eram observadas como naturais e/ou uma expressão do desejo divino (Pochman, 2015, p.17-18).

Em sociedades urbanas e industriais, a matriz de desigualdade se amplia da concentração da posse privada da terra e recursos naturais para a organização capitalista dos meios de produção. A Revolução Industrial e Tecnológica proporciona, no decorrer do tempo, a diversificação dos padrões de vida entre indivíduos e coletividades, tornando mais agudas as diferenças na concentração de recursos (idem, ibidem, p.18).

No século XX, no entanto, a desigualdade capitalista passa por relativo inter rompimento, principalmente nas economias ocidentais centrais, em razão de ações resultantes do enfrentamento da grande depressão de 1929, em meio a duas guerras mundiais. Temos, então, sociedades onde se fortalecem sistemas de cidadania social que acabam por suavizar diferenças mais gritantes dentro de uma mesma coletividade (Castel, 2015; Souza, 2006). No mesmo período, há também experiências de socialismo real realizadas em vários países.

A partir da década de 1980 a globalização neoliberal se consolida por meio do deslocamento territorial da produção de bens e consumo, e pela presença e fortalecimento das grandes corporações transnacionais (Pochman, 2015, p.19). O começo do século XXI, por sua vez, vem acompanhado pela significativa retomada da desigualdade entre indivíduos,

classes sociais e países (Piketty, 2014). Constata-se que nas últimas décadas as instituições públicas de regulação em bases nacionais se enfraquecem, com expansão das plataformas de trabalho terceirizado, precarização dos postos e redução do contrapeso exercido por instituições de representação dos interesses coletivos, como associações e sindicatos. Tal cenário fortalece o aparecimento de uma superclasse global que concentra renda e riqueza e aprisiona populações em soluções cada vez mais individualizadas e sem saídas utópicas coletivas.

Passemos agora para dados mais concretos sobre riqueza global e desigualdade socioeconômica levantados pelo Credit Suisse Research Institute.

Os estudos desenvolvidos procuram mostrar as variações da riqueza entre diferentes nações do mundo e a medida em que a desigualdade de riquezas está aumentando ou diminuindo ao longo do tempo. Importa ressaltar que o instituto busca medir a riqueza privada global. Para isso usa dados a respeito do patrimônio financeiro das pessoas, tendo como base de dados transações bancárias. A riqueza se refere ao patrimônio líquido individual de cada habitante do planeta. Riqueza líquida, neste caso, é considerada patrimônio menos dívidas.

O patrimônio líquido, ou "riqueza", é definido como o valor dos ativos financeiros mais os ativos reais (principalmente habitação) detidos por famílias, menos suas dívidas. Isto corresponde ao balanço que uma família pode elaborar, listando as rubricas que são propriedade das famílias e o seu valor líquido, se forem vendidas. Os ativos dos fundos de pensões privados são incluídos, mas não as pensões do Estado. O capital humano é completamente excluído, juntamente com os bens e dívidas pertencentes ao Estado (que não podem ser facilmente atribuídos a indivíduos) (CSIR, 2019, p.15).

No ano de 2019 a riqueza por indivíduo adulto alcançou o nível de US\$ 70.850, o que significou o crescimento de 1.2% em relação ao ano de 2018. A trajetória da riqueza mundial acumulada decresceu de US\$ 351,5 trilhões, ao final de 2017, para US\$ 345,4 trilhões, ao final de 2018. No entanto, em meados de 2019, havia aumentado, atingindo o patamar de US\$ 360,6 tri. Os 2,6% de aumento no total dos recursos econômicos globais



desde 2017 até 2019 é reduzido para 0,6% se considerarmos o crescimento da riqueza por indivíduo adulto no mesmo período. Tendo passado de US\$ 70.460 para US\$ 70.850 (CSRI, 2019, p.5).

Na figura seguinte podemos perceber a evolução no total da riqueza por adulto nos últimos dezenove anos, assim como sua composição.

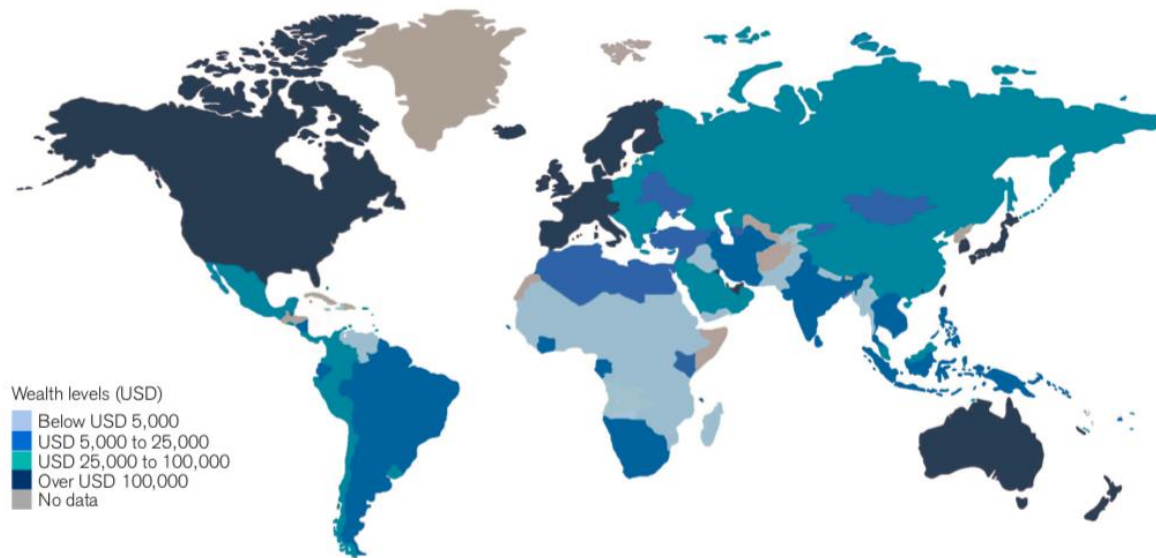
Figura 1 - Contribuição anual (%) para o crescimento e composição da riqueza por adulto, 2000-19



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

Lancemos um olhar sobre o mapa global e vejamos como os recursos econômicos encontram-se distribuídos entre nações e diferentes regiões.

Figura 2 - Mapa da riqueza mundial 2019



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

O mapa evidencia a enorme diferença de recursos entre os países e diferentes regiões do mundo. Nações com acúmulo de riqueza acima de US\$ 100.000 por indivíduo adulto estão localizadas na América do Norte, no oeste da Europa e em pouquíssimas nações no Oriente Médio, Ásia e Oceania.

A Suíça ocupa o topo do *ranking* com um total de US\$ 564.650 por indivíduo adulto, seguida por Hong Kong (US\$ 489.260), Estados Unidos (US\$ 432.370) e Austrália (US\$ 386.060). Nova Zelândia, Singapura, Canadá, Dinamarca, Reino Unido e Holanda ocupam as posições seguintes que completam os dez mais bem colocados, com montante de US\$ 279.000 a 304.000 por indivíduo adulto (CSRI, 2019, p.8).

O grupo de nações com riqueza intermediária apresenta o montante de US\$ 25.000-100.000 por indivíduo adulto. Seus principais membros são China e Rússia, mas também inclui aqueles recém ingressados na União Europeia, juntamente com economias emergentes da América Latina e Oriente Médio.

Um degrau abaixo estão países com patrimônio de US\$ 5.000-25.000 por adulto. Nele se encontram nações bastante populosas como Índia, Brasil, Irã, Filipinas e Turquia. Neste segmento também se encontram a maioria dos países da América Latina, localidades

ao redor do Mediterrâneo e aquelas fronteiriças à União Europeia. Assim como a África do Sul, algumas economias emergentes da África subsaariana e da Ásia, como o Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã (CSRI, 2019, p.9).

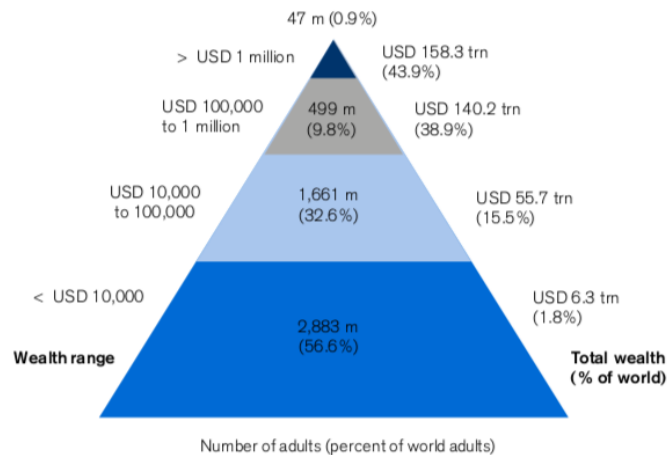
Por fim, temos o grupo de países com recursos abaixo de US\$ 5.000 por indivíduo. Eles estão fortemente concentrados na África Central, mas também em localidades no sul da Ásia e no norte da América do Sul.

O mapa da riqueza global evidencia o desequilíbrio na distribuição da riqueza entre países.

A América do Norte e a Europa juntas concentram 57% da riqueza global, embora representem apenas 17% da população mundial. As duas regiões apresentaram por longo período taxas semelhantes de recursos, mas atualmente a primeira conta com 32% da riqueza, enquanto a segunda, com 25%. Nas demais regiões do globo, temos a taxa populacional acima da taxa de riqueza. A discrepância é modesta na China e região da Ásia-Pacífico, mas a parcela da população é três vezes maior do que a parcela de riqueza na América Latina, cinco vezes maior na Índia e mais de dez vezes maior na África (CSIR, 2019, p.9).

A variação da riqueza média entre países é responsável por grande parte da desigualdade observada na riqueza global, mas também existe disparidade dentro das nações. A Figura 3 demonstra a diferença de riqueza entre adultos. A base da pirâmide é composta por aqueles detentores de menos recursos e sustenta os níveis mais elevados, ocupado por números progressivamente menores de pessoas.

Figura 3 - Pirâmide da riqueza global, 2019



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

As estimativas indicam que cerca de 2,883 bilhões de pessoas, 56,6% dos adultos do mundo, viveram com menos de US\$ 10.000 em recursos econômicos no ano de 2019. A eles coube 6,3 trilhões de dólares ou 1,8% da riqueza global.

O segmento imediatamente acima na pirâmide, formado por aqueles com recursos entre 10.000-100.000, representaram 1,661 bilhão de indivíduos ou 32,6% dos adultos. A riqueza média desse grupo foi de US\$ 33.530 no ano. Um pouco menos da metade do nível da riqueza média mundial, mas consideravelmente acima da riqueza média dos países em que a maioria dos membros reside (CSIR, 2019, p.9).

Em outro patamar, estão aqueles que usufruíram de recursos entre 100.000 e 1 milhão de dólares em 2019. Eles somaram US\$ 140,2 trilhões em recursos ou 38,9% da riqueza global do ano. Representam 9,8% da população adulta do mundo. Percebemos, portanto, que a parcela de acúmulo de sua riqueza é cerca de quatro vezes sua taxa populacional.

Por fim, temos indivíduos com recursos acima de 1 milhão de dólares. Apesar de representarem uma parcela pequenina da população, 0,9% de todos os adultos em 2019, concentrou uma taxa incrivelmente alta da riqueza global, 43,9% ou US\$ 158,3 trilhões.

A riqueza agregada dos indivíduos no topo da pirâmide cresceu cerca de quatro vezes nas duas primeiras décadas do século XXI, passando de 39,6 trilhões para 158,3 trilhões de dólares. Enquanto a taxa de riqueza global passou de 34% para 44% (CSIR, 2019, p.10).

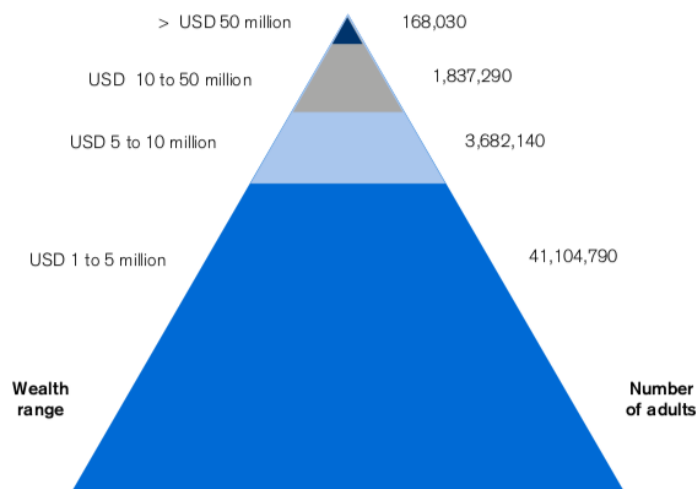
A adesão às camadas da pirâmide de riqueza é bastante distinta em termos de residência e características pessoais. A camada de base tem ampla distribuição entre as nações e em termos de características pessoais. Nos países desenvolvidos, cerca de 30% dos adultos pertencem a esta categoria e, para a maioria destes indivíduos, a filiação é transitória – devido a perdas comerciais ou desemprego, por exemplo – ou uma fase do ciclo de vida associada à juventude ou velhice. Em contraste, em muitos países de renda menor, mais de 80% da população adulta se enquadra nessa faixa mais baixa de riqueza, de modo que a filiação à categoria de base é frequentemente a norma (CSIR, 2019, p.10).

A principal característica dos dois segmentos medianos da pirâmide é a forte presença chinesa, que representa 38% do total de membros. A Índia compõe 9%, a América Latina 7%, e África apenas 3%.

A representação regional é mais distorcida entre os milionários, onde 43% de todos os membros residem na América do Norte, 28% na Europa e 16% na Ásia (excluindo China e Índia) e Oceania. Assim, em contraste com a base da pirâmide de riqueza, que é caracterizada por uma grande variedade de pessoas de todos os países e de todos os estágios do ciclo de vida, os indivíduos milionários estão fortemente concentrados em regiões e países específicos, e tendem a compartilhar estilos de vida semelhantes, participando nos mesmos mercados globais de bens de luxo, por exemplo, mesmo quando residem em continentes distintos. A composição da riqueza destes indivíduos também é semelhante, com enfoque em ativos financeiros e, em particular, em ações e outros títulos negociados em mercados internacionais (CSIR, 2019, p.10).

O estudo do *Credit Suisse Research Institute* traz detalhes sobre a parcela superior da pirâmide de riqueza, os chamados milionários. A imagem a seguir refere-se ao tamanho da fortuna e a dimensão numérica dos indivíduos adultos milionários do mundo.

Figura 4 - Topo da pirâmide de riqueza, 2019

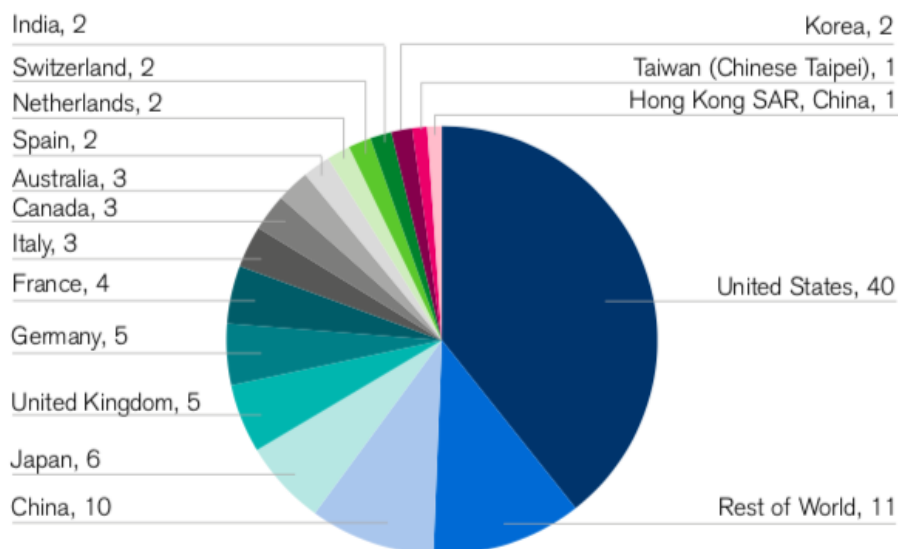


Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

Dos 46,8 milhões de milionários existentes no globo em meados de 2019, 41,1 milhões ou 88% acumulava recursos entre 1 e 5 milhões de dólares. Outros 3,7 milhões (7,9%) dispuseram de faixa de US\$ 5 a 10 milhões. O equivalente a 1,8 milhões de pessoas usufruíram de US\$ 10 a 50 milhões em riqueza. E 168 mil indivíduos adultos tiveram mais de 50 milhões de dólares em recursos econômicos. Dentre estes últimos, 60.750 compõem o estrato dos multimilionários. Destes, 55.920 viveram com mais de 100 milhões no último ano e 4.830 com mais de 500 milhões de dólares.

Em relação à distribuição regional dos milionários no globo, os Estados Unidos contam com 40% deles, seguido por China (10%), Japão (6%), Reino Unido e Alemanha (5% cada), França (4%) e Itália, Canadá, Austrália (3% cada). Outras nações podem ser acompanhadas na figura a seguir.

Figura 5 - Porcentagem de milionários por país em 2019

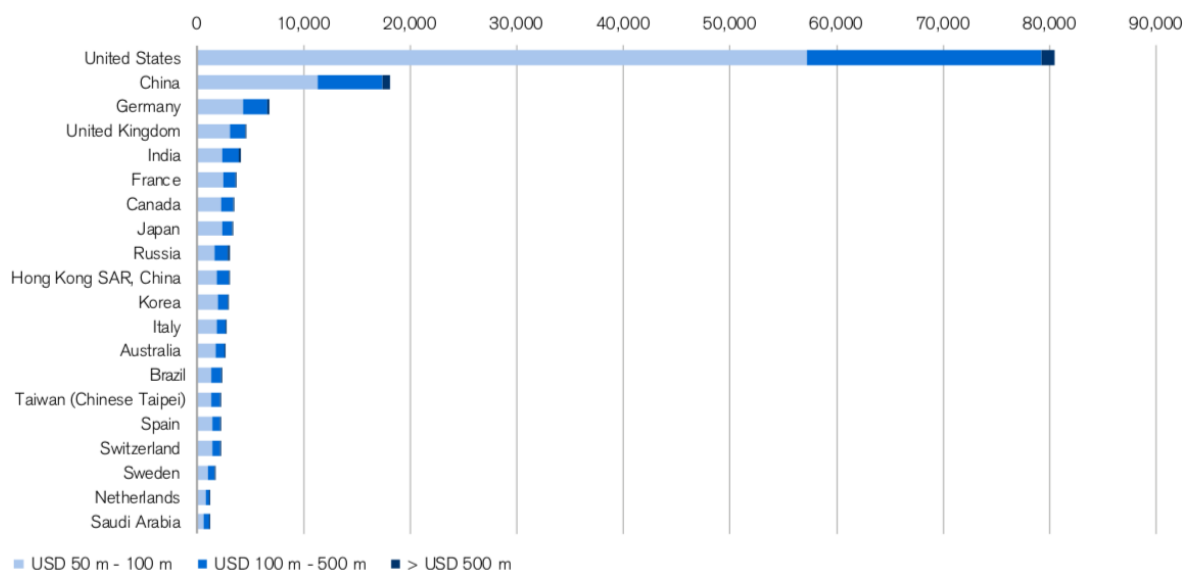


Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

Entre os multimilionários temos uma maior concentração na América do Norte (50%), seguida pela Europa (20%) e Ásia-Oceania (14%). Em se tratando de nações individualmente, os Estados Unidos apresentam o maior número, 80.510 multimilionários (48%). Em seguida, temos China (18.130), Alemanha (6.800), Reino Unido (4.640), Índia (4.460) e França (3.700). O Brasil ocupa a 14ª posição no *ranking*.

O número de indivíduos adultos multimilionários aumentou em 4% no último ano, em todas as regiões do mundo, exceto na África. A região com maior acréscimo de indivíduos nesta faixa de riqueza foi a América do Norte (4.570), a América Latina (870) e a Europa (710). Os países que individualmente ganharam mais membros entre os ultraricos foram Estados Unidos (4.200), Brasil (860) e Rússia (400) (CSRI, 2019, p. 13).

Figura 6 - Número de indivíduos adultos multimilionários por país, 2019



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

Examinando os dados trazidos até aqui, é inegável que o nível de desigualdade de riqueza é elevado, tanto dentro dos países como para o mundo em geral.

Os dados levantados pelo *Credit Suisse Research Institute* indicam que metade dos adultos do mundo contaram coletivamente com menos de 1% do total da riqueza global no último ano, enquanto os 10% mais ricos dispuseram de 82% do total. O percentil mais rico (1%), no ápice da pirâmide, viveu com 45% de todos recursos (2019, p.14).

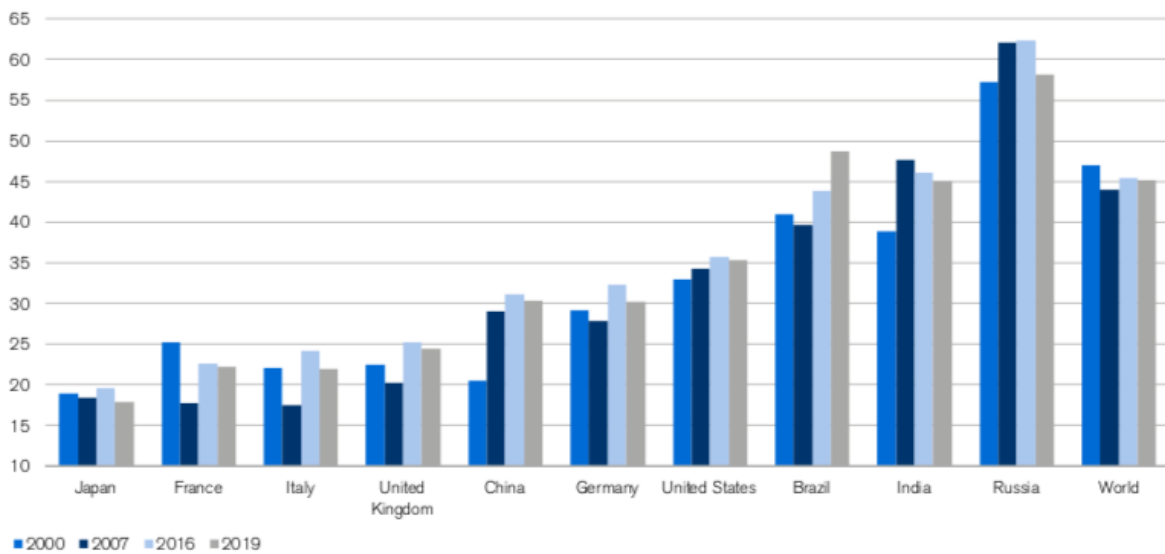
A desigualdade na riqueza é menor dentro de cada país: os valores típicos seriam de 35% para a parcela do topo de 1% e 65% para a parcela do topo de 10%. Vale ressaltar que estes níveis são mais elevados do que os valores correspondentes da desigualdade de rendimento, ou qualquer outro indicador de bem-estar de base ampla (2019, p.13).

Vejamos agora quais foram as tendências na distribuição e desigualdade da riqueza no globo nas primeiras décadas do século XXI.

A figura a seguir mostra as variações no nível de riqueza do 1% mais abastado nas duas últimas décadas.



Figura 7 - Parcela de riqueza do 1% mais rico, seleção por país e ano

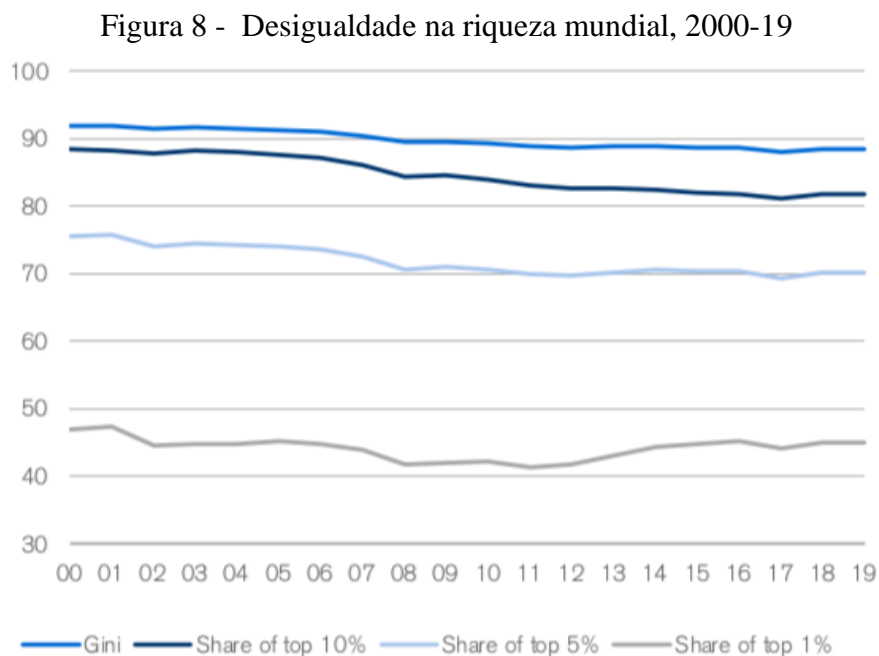


Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

As estimativas sugerem que a desigualdade de riqueza diminuiu na maioria dos países durante os primeiros anos do século. Para o mundo como um todo, o declínio foi mais evidente à medida que a redução da desigualdade dentro dos países foi reforçada por uma queda na desigualdade "entre países", alimentada por aumentos rápidos da riqueza média nos mercados emergentes. A tendência tornou-se mista, de queda e aumento, após a crise financeira de 2008, uma vez que os ativos financeiros cresceram rapidamente em resposta à flexibilização quantitativa e às taxas de juro artificialmente baixas. Estes fatores aumentaram a porcentagem dos principais 1% dos detentores de riqueza, mas a desigualdade continuou a diminuir para os que se encontram abaixo do topo. Atualmente, a porcentagem dos 90% da base representa 18% da riqueza global, em comparação com 11% no ano 2000 (2019, p.14).

A desigualdade na riqueza é frequentemente medida pela parte da riqueza pertencente aos grupos de mais recursos, ou pelo coeficiente de Gini, um índice que reflete diferenças em todas as partes da distribuição e que tem um valor mínimo de zero, representando uma igualdade completa, e normalmente um limite superior de um. Estes índices frequentemente seguem um caminho temporal semelhante, mas nem sempre. Quando isso acontece, é necessária uma interpretação mais matizada das tendências predominantes.

A figura a seguir mostra a evolução da desigualdade econômica no mundo nas duas primeiras décadas do século XX, evidenciando a trajetória do coeficiente de Gini, assim como a participação dos 10%, 5% e 1% ocupantes do topo da pirâmide.



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

As estimativas indicam que a participação dos 1% mais altos diminuiu até a crise financeira global de 2008, depois teve uma tendência ascendente até 2016, quando se estabilizou. Os primeiros 1% detêm atualmente 45% dos ativos líquidos globais, ligeiramente abaixo da quota de 46,9% em 2000. O coeficiente de Gini e as quotas dos 5% e 10% do topo também diminuíram entre 2000 e 2008. Mas as tendências têm divergido do padrão do 1% superior na era pós-crise. A participação dos 5% do topo, por exemplo, quase não mudou, passando de 70,6% em 2008 para 70,2% em 2019. E os 10% de topo e o coeficiente de Gini continuaram a ter uma tendência descendente (CSRI, 2019, p. 25).

A conclusão a ser tirada é que, de acordo com os dados mais recentes, as lacunas da riqueza global têm geralmente diminuído nas últimas duas décadas. Embora aconteça a passos lentos e insuficientes para provocar mudanças mais profundas em relações de poder. O único grupo que contraria esta tendência é o da parcela superior, que não representa mais do que 5% da população mundial. A sugestão de que a maioria das pessoas melhorou a sua

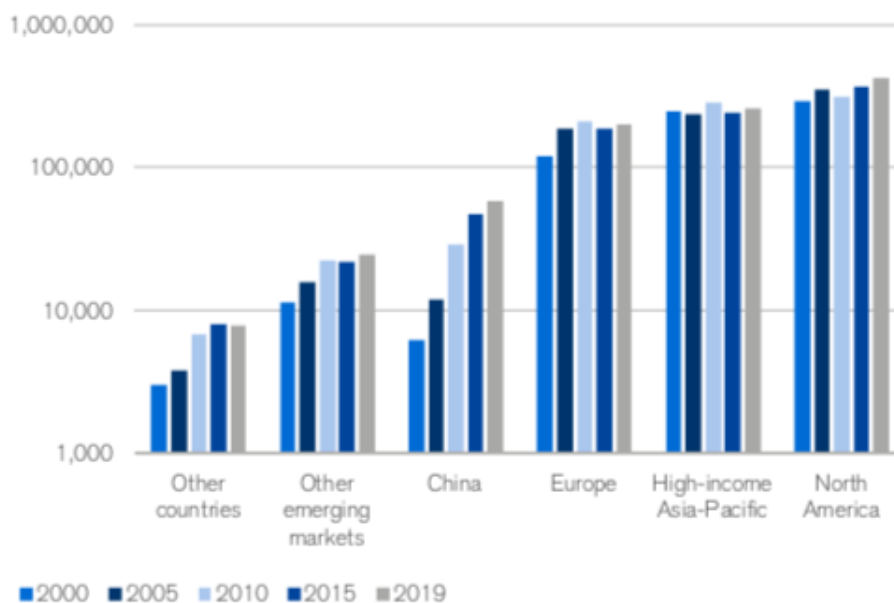
posição de riqueza relativa é reforçada pela observação de que a porcentagem dos 90% dos detentores de riqueza global mais baixos (retratados na figura como a diferença entre a quota de 10% e a linha superior de 100%) aumentou de 11,5% no ano 2000 para 18,3% em 2019 (CSRI, 2019, p.26).

Dois fatores principais contribuem para a tendência na desigualdade global de riqueza: alterações na desigualdade de riqueza dentro de cada país e alterações na riqueza média relativa entre países.

É necessário apontar o rápido crescimento da riqueza média nos mercados emergentes, mais notadamente na China, como fator central em possíveis alterações ocorridas na composição da distribuição da riqueza global.

Para explorar o impacto na desigualdade da riqueza global, nos próximos gráficos os países são divididos em seis grandes categorias: China, outros mercados emergentes, Europa, América do Norte, Ásia-Pacífico de alto rendimento, e outros países. A China é desligada de outras economias emergentes, devido ao seu impacto dominante.

Figura 9 - Riqueza por adulto e tipo de país em dólares americanos, 2000-19 (escala logarítmica)

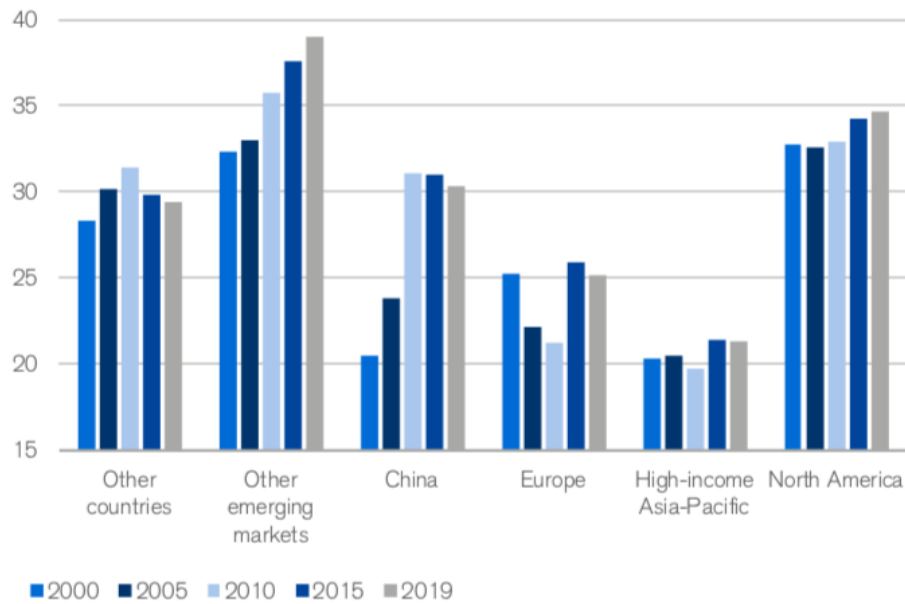


Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

A Figura 9 mostra que houve uma divisão clara entre os tipos de países em 2000: a América do Norte, Ásia-Pacífico de alta renda e Europa tinham grande riqueza, enquanto a China, “Outros mercados emergentes” e “Outros países” tinham menor riqueza. Desde 2000, a riqueza da China aumentou dez vezes em termos reais, e a riqueza média tanto em "Outros Mercados Emergentes" como em "Outros países" também cresceu mais rapidamente do que em todos os tipos de países mais ricos. Isto tem promovido os cidadãos da China e de outros países desde os degraus mais baixos da escada da riqueza até às camadas médias, estreitando o fosso entre a riqueza global-pobre e a riqueza-global rica. O resultado é uma redução significativa da desigualdade de riqueza entre países ao longo das últimas duas décadas, e uma contribuição poderosa para o declínio da desigualdade de riqueza para o mundo como um todo.

O outro fator que contribuiu para as mudanças na desigualdade global é a tendência para a desigualdade dentro dos países. Para cada um dos grupos de países, a Figura 11 mostra a quota média da riqueza do 1% superior em vários momentos. Durante o período 2000-10, a quota aumentou em média em "Outros mercados emergentes", "Outros países", e especialmente rápido na China. Caiu na Europa, mas pouco mudou na América do Norte e na Ásia-Pacífico de alta renda. A conclusão desenhada é que as tendências subjacentes dentro dos países tenderam a aumentar a participação dos 1% do topo a um nível global neste período, mas que isso foi mais do que compensado pelo crescimento robusto das nações de baixa riqueza, mais especialmente da China, que reduziu a diferença na riqueza média entre países (CSRI, 2019, p. 26).

Figura 10 - Riqueza do 1% do topo por tipo de país, 2000-19



Fonte: CSRI, *Global Wealth Report*, 2019

Após 2010, a participação dos primeiros 1% diminuiu na China e em "Outros países", mas continuou a aumentar rapidamente em "Outros mercados emergentes". Mais significativamente, a desigualdade aumentou na América do Norte, Ásia-Pacífico de alta renda, e especialmente na Europa. Estes grupos regionais continuam a representar uma parte desproporcional da riqueza global, e uma parte ainda maior dos principais detentores de riqueza. Por esta razão, o aumento da desigualdade dentro destes países vultuosos em riqueza contribuiu para uma forte subida da percentagem do topo do percentil global, que era demasiado forte para ser compensada pelo estreitamento das diferenças, pelo menos até 2016. A partir de 2016, as duas forças opostas parecem estar mais ou menos em equilíbrio (CSRI, 2019, p.27).

Em resumo, a desigualdade de riqueza entre países diminuiu ao longo deste século. Até 2010, esta pressão descendente mais do que compensou o aumento da desigualdade nos países com menor riqueza e todos os indicadores de desigualdade concordam que a desigualdade global diminuiu. Após a crise financeira, a desigualdade de riqueza estabilizou na China, mas aumentou, em média, em todos os grupos de países ricos. O aumento da desigualdade no interior dos países não foi suficientemente forte para compensar a tendência entre países para a parcela de 10% do topo e o coeficiente de Gini, que continuou a diminuir.

Contudo, a parcela da riqueza dos que se encontram no topo de 1% a nível mundial dá mais peso à desigualdade dentro do grupo entre as nações ricas em riqueza. Isto levou ao nivelamento da parcela dos 5% do topo desde 2010 e ao aumento da parcela dos 1% do topo.

### **2.3 Desigualdade econômica no Brasil: um quadro atual**

Em maio de 2016, a Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda publicou o Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, com o propósito de dar mais transparência à estrutura da distribuição da renda e da riqueza no Brasil.

O citado relatório trata de dados relativos ao Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF que permitem uma visão da distribuição de renda no universo da população economicamente ativa, obrigada a prestar a Declaração do Imposto da Renda Pessoa Física – DIRPF.

Parte das pesquisas sobre desigualdade da renda no País utilizam informações de levantamentos domiciliares, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), o Questionário da Amostra do Censo Demográfico (Censo), ou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)<sup>27</sup>.

Todavia, os levantamentos domiciliares utilizados para analisar a distribuição de renda, tendem a subestimar os rendimentos mais elevados, seja por razões de limitação da amostra, seja pela estrutura dos questionários, por omissão de respostas, ou por desconhecimento da parte dos respondentes quanto aos valores exatos dos seus rendimentos<sup>28</sup>.

Uma alternativa metodológica para lidar com esse fato seria analisar a desigualdade de renda a partir dos dados tributários das pessoas, de modo que as informações do imposto

<sup>27</sup> Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda.

<sup>28</sup> O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006 - 2012, de Marcelo Medeiros, Pedro H.G. Ferreira de Souza e Flávio Avila de Castro. Publicação: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 58, nº 1, 2015, pp 7 a 36 – <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201537>.

de renda poderiam complementar os dados das pesquisas domiciliares, ajudando a revelar a parte da renda dos estratos superiores da população que não é totalmente captada por aquelas pesquisas.

O assunto começou a ganhar maior projeção com o trabalho de Piketty, que se vale de estatísticas tributárias, particularmente do imposto de renda dos indivíduos, para dimensionar e analisar a distribuição de renda e riqueza<sup>29</sup>.

As informações contidas na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) permitem conhecer melhor o nível e o comportamento da renda e da riqueza dos mais ricos, na medida em que a maior parte dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras e dos ganhos de capital da posse de bens patrimoniais constitui-se em informação relevante, que pode ser utilizada nos estudos sobre a distribuição da renda, sendo que o uso dessa base estatística permite identificar de maneira apropriada parcelas da população que as pesquisas domiciliares não conseguem alcançar.

A tabela seguinte procura identificar as potenciais distorções das pesquisas amostrais, por meio de indicadores selecionados de concentração de riqueza tomados da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – DIRPF (média 2006-12), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (média 2006-12), do Censo 2010 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008/2009<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda.

<sup>30</sup> Idem.

Tabela 1 - Razões entre as Rendas Totais dos Estratos nos Dados Tributários e nas Pesquisas Domiciliares (%)

	0,1% / 1% mais ricos	0,1% / 5% mais ricos	1% / 5% mais ricos
<b>DIRPF</b> <sup>31</sup>	43,3	24,6	56,7
<b>PNAD</b> <sup>32</sup>	24,2	10,1	41,6
<b>Censo 2010</b>	34,6	16,6	48,0
<b>POF 2008/2009</b>	23,5	10,0	42,5

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

A tabela acima nos permite verificar a elevada discrepância dos resultados entre as várias fontes dos dados: enquanto na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) registra-se que a renda dos 0,1% mais rico corresponde a 43,3% do 1% mais rico, pela POF a razão desce para 23,5%, ou seja, quase metade do indicado pelos dados do IRPF.

Qualquer que seja a fonte de dados, as diferenças verificadas nos indicadores são significativas, evidenciando a importância de aprofundar o conhecimento sobre a desigualdade nos estratos mais elevados de renda.

A tabela seguinte (Resumo das Declarações por Faixas de Salário Mínimo) apresenta dados colhidos das DIRPF 2014, com referência ao ano de 2013.

Conforme a legislação tributária, as pessoas físicas são obrigadas a prestar a declaração de ajuste anual quando: perceberam rendimentos acima de um limite de valor, determinado a cada ano; obtiveram ganho de capital; realizaram operações na bolsa de valores ou tiveram a posse de bens ou direitos acima de valores estabelecidos em Lei.

A DIRPF contém informações referentes aos rendimentos tributáveis, de tributação exclusiva e isentos, além das deduções legais, o imposto devido, a relação de bens e direitos e as dívidas e ônus.

<sup>31</sup> Média das Declarações do período 2006-2012

<sup>32</sup> Média das Pesquisas do período 2006-2012



Tabela 2 - Resumo das Declarações por Faixas de Salário Mínimo (Valores R\$ milhões)

<b>Faixa de Rendimento</b>	<b>Qtde Declarantes</b>	<b>Rendimento Total Bruto</b>	<b>Rendimen to Total Tributável</b>	<b>Deduções Legais</b>	<b>Imposto Devido</b>	<b>Bens e Direitos Líquidos</b>
<b>Até 1/2 Salário Mín.</b>	1.268.688	310	210	276	0,0	84.047
<b>1/2 a 1 Salário Mín.</b>	518.341	3.856	3.571	657	0,1	26.002
<b>1 a 2 Salários Mín.</b>	1.075.827	13.547	11.490	2.097	0,4	56.971
<b>2 a 3 Salários Mín.</b>	2.692.915	57.843	52.210	9.932	1,9	115.269
<b>3 a 5 Salários Mín.</b>	7.882.026	250.018	215.200	52.802	1.181,0	438.593
<b>5 a 10 Salários Mín.</b>	7.300.376	418.815	331.748	89.999	12.135,9	668.555
<b>10 a 20 Salários Mín.</b>	3.522.174	399.587	285.867	66.998	30.517,3	769.685
<b>20 a 40 Salários Mín.</b>	1.507.344	341.072	212.060	40.575	34.793,9	868.366
<b>40 a 80 Salários Mín.</b>	518.567	228.584	109.013	18.932	20.764,6	656.744
<b>80 a 160 Salários Mín.</b>	136.718	121.171	34.452	5.370	7.074,3	426.138
<b>&gt; 160 Salários Mín.</b>	71.440	297.934	37.384	7.466	7.763,0	1.206.209
<b>Total</b>	<b>26.494.416</b>	<b>2.132.738</b>	<b>1.293.205</b>	<b>295.133</b>	<b>114.232</b>	<b>5.316.579</b>

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

O rendimento tributável bruto é aquele sujeito ao ajuste anual, como o trabalho assalariado, proventos de aposentadoria, pensões e atividade rural. O rendimento total bruto diz respeito ao somatório da renda tributável mais as rendas advindas de participação societária, lucros e dividendos e das rendas sujeitas a tributação exclusiva ou isentas.

Contudo, o uso dos dados do IRPF, apresenta limitações para a análise de distribuição de renda, particularmente quanto à amostra considerada, já que somente parte dos brasileiros apresenta a DIRPF, pertencendo, em maioria, aos estratos mais altos de renda da população. No caso, do universo de 101,5 milhões de pessoas economicamente ativas em 2013, somente 26,1% (26,5 milhões) entregaram a declaração do imposto de renda pessoa física<sup>33</sup>, logo, existe uma fração relevante da população economicamente ativa que não é captada pelas declarações do IRPF.

<sup>33</sup> Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda.

A tabela seguinte compara a participação dos declarantes do IRPF na renda tributável bruta por faixa de salário mínimo, em percentual, entre os anos de 2007 e 2013.

Tabela 3 - Participação na renda tributável bruta por faixa de salário mínimo (em%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Declarantes							
Até 20 SM	91,6%	91,3%	91,1%	90,7%	90,7%	91,2%	91,1%
20 a 40 SM	5,5%	5,7%	5,9%	6,1%	6,1%	5,9%	5,7%
40 a 80 SM	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,4%	2,1%	2,0%
80 a 160 SM	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
> 160 SM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
% Renda Tributável Bruta							
Até 20 SM	65,1%	64,2%	65,5%	65,7%	65,3%	67,9%	69,6%
20 a 40 SM	16,9%	17,0%	17,2%	17,3%	17,4%	16,9%	16,4%
40 a 80 SM	10,8%	10,8%	10,7%	10,5%	10,5%	9,1%	8,4%
80 a 160 SM	3,8%	3,9%	3,5%	3,3%	3,5%	3,0%	2,7%
> 160 SM	3,4%	3,6%	3,1%	3,2%	3,4%	3,1%	2,9%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

A tabela nos permite verificar que, no ano de 2013, apenas 0,3% dos declarantes possuíam 2,9% do total da renda tributável, isto é, a renda deste grupo equivale, aproximadamente, a 10 vezes a sua participação percentual na população. Em outras palavras: a faixa salarial superior, de renda maior que 160 salários mínimos, corresponde a apenas 0,3% dos declarantes, mas detém 2,9% da renda tributária de toda a população. Isto permite constatar que uma parcela substantiva da renda tributável está alocada nas faixas salariais superiores.

No entanto, a tabela revela que a parcela de declarantes que ganha acima de 160 salários mínimos (0,3%) reduziu sua participação na renda, passando de 3,4%, em 2007, para 2,9%, em 2013, enquanto o conjunto dos contribuintes com renda até 20 salários mínimos tiveram aumentada sua apropriação, saindo de 65,1%, em 2007, para 69,6%, em 2013.

A próxima tabela aborda a participação dos declarantes na renda total bruta, por faixa de salário mínimo, em percentual.

Tabela 4 - Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo (em%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Declarantes							
Até 20 SM	91,6%	91,3%	91,1%	90,7%	90,2%	91,2%	91,6%
20 a 40 SM	5,5%	5,7%	5,9%	6,1%	6,4%	5,9%	5,7%
40 a 80 SM	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,4%	2,1%	2,0%
80 a 160 SM	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
> 160 SM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
% Renda Total Bruta							
Até 20 SM	50,9%	49,7%	51,5%	50,5%	48,9%	52,1%	53,6%
20 a 40 SM	15,6%	15,8%	16,3%	16,2%	16,0%	16,1%	16,0%
40 a 80 SM	11,7%	11,8%	12,0%	11,9%	11,9%	11,1%	10,7%
80 a 160 SM	5,9%	6,2%	5,9%	6,0%	6,2%	5,9%	5,7%
> 160 SM	15,8%	16,5%	14,3%	15,5%	17,0%	14,8%	14,0%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

Como se pode verificar na tabela, a faixa até 20 salários mínimos aumentou a participação entre 2007 e 2013 de 50,9% para 53,6%. Já a participação dos declarantes de renda superior a 160 salários mínimos reduziu a participação, no mesmo período, de 15,8% para 14,0%.

No que se refere à apropriação da riqueza, entendida como a posse de bens e direitos menos os valores declarados como ônus e dívidas, observa-se tabela seguinte que apenas 8,5% (5,7+2,0+0,5+0,3) dos declarantes possuem 59,4% (16,3+12,4+8,0+22,7) do total de bens e direitos líquidos.

Tabela 5 - Participação na renda total bruta por faixa de salário mínimo (em%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Declarantes							
Até 20 SM	91,6%	91,3%	91,1%	90,7%	90,2%	91,2%	91,6%
20 a 40 SM	5,5%	5,7%	5,9%	6,1%	6,4%	5,9%	5,7%
40 a 80 SM	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,4%	2,1%	2,0%
80 a 160 SM	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
> 160 SM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
% Bens e direitos líquidos							
Até 20 SM	41,9%	41,4%	40,2%	37,2%	36,8%	40,6%	40,6%
20 a 40 SM	14,8%	14,5%	15,2%	15,7%	15,2%	15,1%	16,3%
40 a 80 SM	12,5%	12,6%	13,1%	13,4%	13,2%	12,2%	12,4%
80 a 160 SM	8,0%	8,0%	8,1%	8,3%	8,4%	7,7%	8,0%
> 160 SM	22,8%	23,5%	23,4%	25,3%	26,3%	24,5%	22,7%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

Também, é possível verificar nesta tabela que 0,3% dos declarantes, correspondentes aos da faixa salarial superior a 160 salários mínimos, detém 22,7% dos bens e direitos líquidos, donde se pode concluir, apesar das limitações dos dados, que as pessoas das faixas salariais mais altas acumulam parcela significativa da renda e riqueza total.

O relatório sobre a distribuição de renda no Brasil, da Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, de maio de 2016, também apresentou estudo da distribuição de renda com base nas DIRPF 2015, ano-calendário 2014, apresentando os dados agregados por decil, mas deixando desagregados apenas os últimos estratos (5%, 1% e 0,1%), como se vê na tabela seguinte.

Tabela 6 - Resumo da Distribuição de Renda por Decil e dos centésimos e milésimos superiores

Faixas de renda	Rendimento Tributável Bruto	Rendimento Total Bruto	Bens e Direitos Líquidos	Participação		
	bilhões R\$	bilhões R\$	bilhões R\$	% Renda Tributável	% Renda Bruta	% Bens e Direitos Líquidos
<b>Por Decis</b>						
1	6,4	149,3	748	0,4%	6%	12%
2	40,6	134,0	430	3%	5%	7%
3	64,2	113,2	344	4%	4%	5%
4	73,6	110,3	329	5%	4%	5%
5	84,6	132,3	252	6%	5%	4%
6	101,6	157,7	356	7%	6%	6%
7	124,7	194,2	332	9%	7%	5%
8	159,2	258,4	646	11%	10%	10%
9	226,7	355,3	655	16%	14%	10%
10	549,4	1.016,9	2.334	38%	39%	36%
<b>Critério de Riqueza</b>						
5% mais ricos	377,5	743,7	1.790	26%	28%	28%
1 % mais ricos	145,3	360,8	942	10%	14%	15%
0,1% mais ricos	44,4	159,7	414	3%	6%	6%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

Com os dados da tabela acima é possível verificar que os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da riqueza, sendo que o 1% dos declarantes mais ricos acumulam 14% da renda e 15% da riqueza, enquanto os 0,1% mais ricos detêm 6% da riqueza declarada e da renda total.

Quanto a esta informação, importante frisar que em 2015 o universo de declarantes foi de 26,7 milhões<sup>34</sup>, donde 0,1% dessa população, ou seja, 26,7 mil pessoas, acumularam 6% de toda a riqueza declarada no IRPF.

A tabela seguinte permite comparar as riquezas entre os diversos estratos de renda.

<sup>34</sup> Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda.

Comparando, por exemplo, o rendimento médio tributário bruto, declarado pelo 0,1% mais rico da população, com o rendimento médio tributário bruto do universo do total de declarantes, verificando-se que o rendimento médio deste é de R\$ 52.282,90, enquanto o rendimento médio daquele é de R\$ 1.621.240,00, isto é, o último milésimo da população declarante tem renda 3.101% maior que a média nacional (Lembrando que aqui só é levado em conta o universo dos 26,7 milhões de declarantes do IRPF). Agora, quando a comparação leva em conta o rendimento total bruto, a diferença é ainda maior, como o milésimo mais rico auferindo 6.090% mais que a média dos declarantes.

Ainda, comparando-se o rendimento do decil mais rico com o rendimento médio do conjunto dos declarantes, aquele tem renda 384% maior que a média de todos.

Esses números são bem representativos da grande diferença que se estabelece mesmo dentre o universo dos brasileiros obrigados à declarar o imposto de renda pessoa física.

Mesmo dentre os 5% mais rico há grande concentração de renda no estrato 0,1% mais rico, como se deduz dos números da tabela, pois, se confrontado o rendimento médio tributável bruto desse grupo maior, de R\$ 275.852,00, com o rendimento médio tributável bruto dos 0,1% mais rico, de R\$ 1.621.240,00, este último auferir renda 5,9 vezes mais que aquele.

Tabela 7 - Rendimento médio por decil de renda e nos estratos mais altos

Faixas de renda	Rendimento	Rendimento	Bens e Direitos	Razão entre Rendimento ou Riqueza		
	Médio Tributável	Médio Total	Líquidos por	por Faixa de Renda ou Riqueza		
	Bruto	Bruto	Declarante	Média de Todos os Declarantes		
	R\$	R\$	R\$	Renda	Renda	Bens e
				Tributável	Total	direitos
<b>Por Decis</b>						
1	2.340	54.553	273.347	4%	57%	116%
2	14.831	48.954	157.208	28%	51%	67%
3	23.450	41.381	125.589	45%	43%	53%
4	26.878	40.320	120.246	51%	42%	51%
5	30.918	48.333	92.241	59%	50%	39%
6	37.107	57.615	130.057	71%	60%	55%
7	45.548	70.957	121.283	87%	74%	52%
8	58.189	94.427	236.014	111%	99%	101%
9	82.831	129.825	239.377	158%	136%	102%
10	200.736	371.573	852.909	384%	388%	363%
<b>Critério de Riqueza</b>						
5% mais ricos	275.852	543.531	1.307.817	528%	567%	557%
% mais ricos	531.108	1.318.476	3.443.134	1.016%	1.376%	1.466%
0,1% mais ricos	1.621.240	5.834.282	15.141.453	3.101%	6.060%	6.448%
<b>Total de declarantes</b>	52.282,9	95.794,0	234.837,2	100%	100%	100%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

A próxima tabela mostra os dados desagregados de forma simplificada, exibindo as razões entre os estratos mais elevados: 5%, 1% e 0,1% mais ricos. A metodologia permite comparar as rendas mais elevadas com elas mesmas, proporcionando a análise da concentração de renda dentro deste grupo.

Tabela 8 - Razão entre rendas totais dos estratos

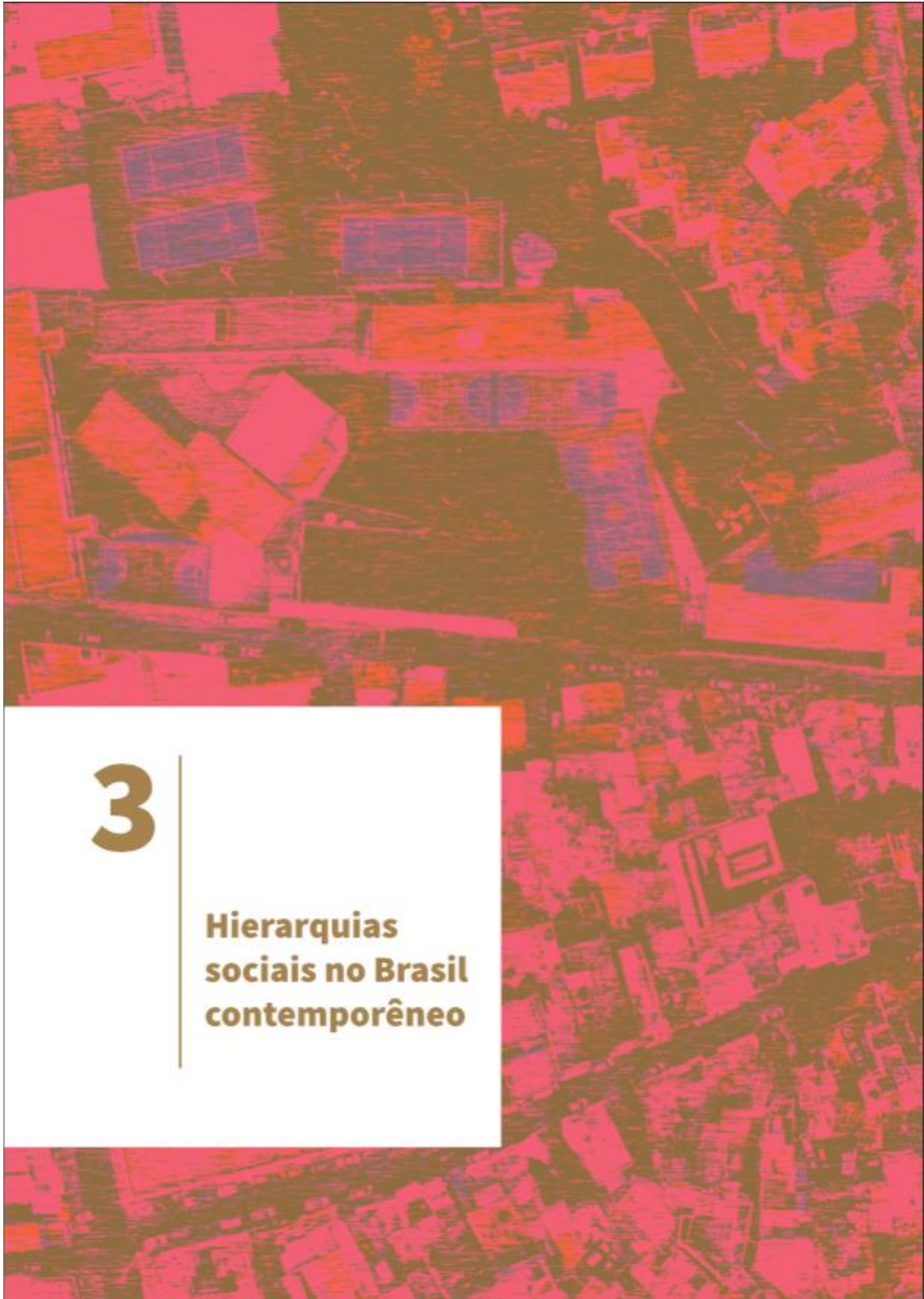
	Rendimento	Rendimento	Deduções	Bens e
	o Bruto	Tributável		Direitos
0,1% / 1% mais ricos	44,3%	30,5%	35,5%	44,0%
0,1% / 5% mais ricos	21,5%	11,8%	13,4%	23,2%
1% / 5% mais ricos	48,5%	38,5%	37,6%	52,7%

**Fonte:** Relatório da Distribuição de Renda e da Riqueza da População Brasileira – Dados do IRPF 2015/2014, de maio de 2016, Secretaria de Política Econômica – Ministério da Fazenda, a partir de dados da RFB.

Conforme se verifica na tabela, os 0,1% mais ricos detém 44,3% do rendimento bruto do 1% mais rico e de 21,5% dos 5% mais rico, mostrando que a concentração de renda entre os mais ricos é consideravelmente maior no último milésimo da população.

Para ressaltar este ponto, vejamos esta comparação: levando-se em conta que no ano de 2015, 26,7 milhões de pessoas prestaram a DIRPF, temos que os 5% do total de declarantes correspondem a 1,3 milhões de contribuintes e que 0,1% desse universo a 26,7 mil, donde se conclui que, em 2014, as 26,7 mil pessoas que integram o milésimo mais rico da distribuição de renda possuíam quase metade da riqueza total declarada pelo 1,3 milhão de pessoas mais ricas.





**3**

**Hierarquias  
sociais no Brasil  
contemporâneo**

## CAPÍTULO 3: HIERARQUIAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

### 3.1 Hierarquias sociais no Brasil contemporâneo

A vivência e socialização daqueles que ocupam os estratos mais altos e a relação que mantêm com a sociedade a sua volta pode ser pensada a partir de diferentes perspectivas analíticas. As teorias elaboradas pelos autores nos ajudam a dar tratamento a objetos que são empíricos. Com esse intuito, apresento a seguir alguns estudos recentemente realizados no Brasil cujo universo pesquisado são os estratos sociais mais altos. Destacam-se por apresentarem abordagens e resultados bastante distintos, mostrando a complexidade das relações e de diferentes instâncias que se contrapõem e se sobrepõem na construção de espaços, fronteiras, discursos, identidades, gostos, práticas e valores.

O primeiro é o trabalho da socióloga Carolina Pulici intitulado *O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: Estudo sociológico da distinção social em São Paulo* (2010). Neste, a pesquisadora faz o mapeamento dos gostos e hábitos culturais da chamada elite paulistana. Ela considera principalmente membros de famílias conhecidas como quatrocentonas que detêm alto capital econômico há muitas gerações, procurando demonstrar a pertinência do modelo de diferenciação social bourdieusiano para compreender as relações que se desenrolam entre grupos sociais na cidade de São Paulo. Em sua pesquisa, a partir da realização de uma série de entrevistas, a socióloga destrincha de maneira minuciosa os gostos e hábitos da classe alta paulistana.

A pesquisadora concluiu ser possível encontrar entre as classes altas paulistanas o gosto burguês, aquele que se adquire por meio do estudo e da convivência desde os primórdios com elementos da cultura dita erudita, legítima. Assim, foi possível encontrar entre os entrevistados, práticas tais como a frequência assídua a concertos de música clássica, espetáculos de dança, teatro, museus, conhecimento a respeito de artes plásticas. Pulici também verifica que as regras de *savoir-vivre* trazidas por manuais de etiqueta divulgados no Brasil encontram correspondência entre as práticas e valores do grupo pesquisado. Nesse sentido, de acordo com a pesquisadora, o chamado bom gosto, como forma de diferenciação,

de fato se estabelece em oposição ao que os grupos dominantes acreditam se tratar de um gosto vulgar.

Por fim, a pesquisadora estabelece comparações entre as práticas dos entrevistados que moram em bairros nobres mais antigos de São Paulo (principalmente Jardins) e que, em sua maioria, possuem riqueza acumulada há várias gerações e aqueles que são moradores de condomínios fechados (principalmente Alphaville), também áreas nobres da cidade, mas que tiveram, em sua maioria, uma ascensão social recente (são a primeira geração de endinheirados). Acaba por estabelecer diferenciações entre os dois grupos quanto a suas práticas culturais, mostrando que os endinheirados de ascensão social recente se mostram bastantes desinteressados em relação às práticas culturais eruditas, renunciando aos ganhos simbólicos que advém dessas atividades e priorizando as práticas de consumo em que se adquire bens materiais.

Resultados bastante distintos são encontrados pela antropóloga Diana Lima em trabalho intitulado *Sujeitos e objetos do sucesso: Antropologia do Brasil emergente* (2008). Neste trabalho a pesquisadora busca compreender o fenômeno social dos “emergentes da Barra” (Barra da Tijuca, Rio de Janeiro), grupo de pessoas cuja ascensão social e as práticas de consumo conspícuo foram amplamente noticiadas pela imprensa carioca e nacional durante os anos 1990.

Lima trata a respeito da produção discursiva que se faz sobre a figura dos emergentes da Barra (ora aprovando, ora reprovando suas práticas). Os discursos jornalísticos acabaram estabelecendo uma espécie de rivalidade entre dois grupos das classes altas carioca: a “elite tradicional” e os “emergentes”. Os primeiros, moradores da zona sul da cidade, os segundos, moradores da Barra da Tijuca (localizada na zona oeste). Apesar da aclamada “futilidade” dos emergentes, evidenciada por suas práticas de consumo conspícuo, amplamente divulgada pela imprensa e comentada, de acordo com a antropóloga, nas conversas cotidianas das pessoas da cidade do Rio de Janeiro, inclusive entre as pessoas da dita “elite tradicional”, Diana Lima conclui que, na realidade, não existe diferença significativa entre as práticas de consumo dos emergentes e da elite estabelecida. Ambas marcadas pelo consumo intenso de bens:

Os emergentes consomem muitos bens e, dentre eles, bens para seu conforto físico, para sua diversão e para a aparência. Mas, acho que a forma (dita excessiva e ostensiva) como tudo isso é consumido não os diferencia da camada social que a coluna social trata como “elite tradicional” (LIMA, 2008, p.97).

O estudo de Lima é importante como dado etnográfico, uma vez que faz o mapeamento das práticas operadas pelas classes altas cariocas. Com destaque para as práticas de consumo que são indistintamente conspícuas, sejam elas operadas por classes altas “tradicionais” ou “emergentes”.

Discutindo a respeito da delimitação de fronteiras de prestígio em sociedades estratificadas, a antropóloga percebe que no microcosmo por ela estudado, o gosto, tal qual trabalhado por Bourdieu, não opera como um significativo demarcador de aproximações e diferenciações. Mais do que isso, Lima percebe que a chamada arte legítima, pouquíssimo reverbera entre as classes altas cariocas, sejam elas antigas ou de ascensão social mais recente. Em contraposição o consumo conspícuo ocupa posição de destaque.

No entanto, as diferenciações que se estabelecem tendo por parâmetro o chamado bom gosto aparecem em campo em discussões travadas pela mídia. Ao estabelecerem uma espécie de conflito/disputa entre tradicionais e emergentes, essas discussões colocam como principal parâmetro diferenciador entre as duas elites a posse (tradicionais) ou não posse (emergentes) do “bom gosto”. O que nos leva a crer que de alguma forma a ideia de cultura legítima, operando como linguagem de distinção diferencial, encontra acento em valores socialmente difundidos.

O que Lima deixa claro é que as diferentes frações da classe alta carioca não é cultivada (nos moldes bourdiesianos), seja ela tradicional ou emergente. Em seu estudo é como se as lutas simbólicas/classificatórias operassem em duas dimensões. Uma que diz respeito ao microcosmo das classes altas cariocas onde não se encontram indivíduos cultivados ou que valorizam o “cultivo de si” e onde, na realidade, os valores preponderantes são os de trabalho intenso, consumo conspícuo e sucesso. E outra que se dá na mídia e no que Lima trata por *glamour system*, onde se discute a respeito de quem são os constituintes da verdadeira elite (tradicionais x emergentes) tendo por critério o cultivo de si e o bom gosto.

Os dois estudos apresentados são interessantes porque são pesquisas relativamente recentes realizadas sobre atores e grupos sociais socioeconomicamente bem posicionados nos esquemas de estratificação social no Brasil, apontando suas práticas e valores, assim como tratando a respeito de valores difundidos socialmente quando se trata de definir o prestígio social. Os achados são distintos, distanciam-se na maioria dos pontos, mas se tocam em outros. O estudo de Lima destaca-se porque questiona a pertinência da diferenciação social que se dá por meio da posse de cabedais da cultura erudita e aponta para a importância do trinômio trabalho árduo, dinheiro e consumo conspícuo como *ethos* positivado e disseminado entre as classes altas e também em outros campos sociais (a imprensa, por exemplo) como forma a embasar e justificar o prestígio social. No entanto, existe também a discussão, principalmente na imprensa e em manuais de etiqueta publicados no país, sobre a legitimidade ou não de pessoas, grupos, valores e práticas tendo por critério a posse de capital cultural enquanto cultura erudita. É também mais ou menos nesse sentido que se dá a discussão, que imprensa e manuais de etiqueta insistem em destacar, sobre a oposição entre tradicionais e emergentes (a riqueza antiga e a riqueza nova), em torno da qual se discute a legitimidade dos atores sociais.

Como já pude perceber com base em pesquisa realizada com agentes sociais possuidores de alto capital econômico e alto grau de escolaridade na cidade de Brasília, a distinção social sustentada pela apreciação de bens culturais relacionados às “grandes artes” possui muito pouco trânsito (Lima, 2013). Sustento-me em tal afirmativa porque durante minha pesquisa de mestrado, além de investigar a respeito das práticas culturais dessas pessoas, acompanhei o colonismo social da cidade, e pude verificar que a produção discursiva que se faz exaltando o prestígio dos bem posicionados passa pela exaltação dos hábitos de consumo, das viagens realizadas, das festas e restaurantes frequentados. Mas também das realizações profissionais e de certo ideal de “bom gosto”. Esse último diz respeito justamente às práticas de consumo, ou seja, o que essas pessoas estão consumindo e exibindo em festas, principalmente. Mas isso pode ser apenas um aspecto próprio ao colonismo social, deve ser verificado, pois uma coisa são as práticas realizadas por essas pessoas e outra, é a produção discursiva que se faz sobre elas. Ainda assim, os discursos produzidos sobre esses sujeitos e suas práticas precisam ser considerados, pois contribuem

para a construção da legitimidade e do valor social dos atores e de seu estilo de vida, dizendo algo a respeito do espaço social e simbólico na cidade.

### **3.2 Brasília: o território vazio e a construção civil**

Já se ponderou sobre abordagens teórico-analíticas que versam sobre os conceitos de igualitarismo moderno, sobre a questão da distinção social e também a respeito de estudos realizados sobre o assunto no Brasil. Faz-se necessário agora tratar sobre o universo social pesquisado, ou seja, aquele relativo à cidade de Brasília, mais especificamente sobre os estratos sociais mais elevados que vivem na cidade<sup>35</sup>.

Há de se considerar as peculiaridades do espaço social da cidade, dado o fato de ter sido planejada e possuir uma história bastante recente. Nela soma-se uma multiplicidade de pessoas e grupos.

Para pensar o caso de Brasília é necessário ter em conta suas especificidades. A construção da cidade nos anos 1950 e sua inauguração no ano de 1960 insere-se em um contexto mais amplo de interiorização, urbanização, industrialização e modernização da sociedade brasileira. Neste contexto, a ideia de uma modernização promovida pelo Estado, relativa ao governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e seu Plano de Metas, apresentava como meta-síntese a construção da nova capital no interior do Brasil. Mais do que um ato de governo visando ao desenvolvimento, essa obra seria a representação da

<sup>35</sup> É importante destacar a escassez de bibliografia sobre Brasília no que tange à temática das classes sociais com o viés analítico que trate sobre aqueles que ocupam posições de poder. Há muita coisa escrita sobre Brasília por arquitetos e urbanistas, geógrafos e cientistas sociais. De forma ampla, pode-se dizer que os primeiros tendem a privilegiar aspectos relativos à lógica modernista aplicada na construção da cidade, suas características originais e a manutenção ou mudança dessas, os segundos, quando abordam o espaço de Brasília, privilegiam a segregação sócio espacial causada pelo processo de formação e metropolização da cidade (haja vista a série de livros organizados pelo professor Aldo Paviani, que apesar da riqueza dos temas abordados, não traz estudos sobre as classes altas brasilienses). Por fim, os cientistas sociais que escolhem pesquisar temas relacionados à cidade, tratam de diversos assuntos, mas sem enfoque específico em grupos endinheirados (ICS – UnB, 2010). Uma exceção a essas abordagens são os trabalhos do professor Brasilmar Ferreira Nunes, que ao pesquisar sobre a burocracia estatal, o funcionalismo público e o papel hegemônico desempenhado pelo Plano Piloto e por aqueles que aí residem enquanto difusores de certo estilo de vida, lança um olhar sobre grupos sociais que dispõem de uma série de recursos e gozam de vários serviços providos pelo Estado.

própria concretização da modernidade brasileira, sendo esta fortemente marcada por processos de crescimento urbano, tanto de Brasília, assim como de outras cidades brasileiras.

A mudança da capital do Brasil para “Brasília” começa a tomar corpo em 1891 quando essa intenção é incorporada à Constituição brasileira. Na sequência, para cumprir com a determinação constitucional sobre a transferência da capital para o interior, o governo federal cria, no ano de 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil para demarcar a localização geográfica da nova capital a ser construída. Tal comissão ficaria conhecida como Missão Cruls. No entanto, a transferência da capital só se concretiza na segunda metade dos anos 1950 e em boa medida devido ao arrojo do então presidente, quando se compromete com essa determinação constitucional e decide executar um projeto de tamanha envergadura. O arrojo de tal empreendimento se revela ainda mais na escolha do projeto modernista na concepção da nova capital, rompendo assim com a tradição das cidades brasileiras, a maioria delas constituídas com base no modelo urbanístico português (Nunes, 2014, p.942).

A princípio, a partir de sua inauguração, três forças vão compor o leque de interesses que se reproduz ao longo do tempo no espaço urbano de Brasília: o setor público, que injeta recursos para efetivar o projeto mudancista; o capital imobiliário, que assume o papel de empreendedor e principal empregador privado; e a mão de obra assalariada, formada, sobretudo por trabalhadores da construção civil. Essas são as principais, embora também tenha surgido, ainda de modo incipiente no período, um comércio de bens que garantia o cotidiano dos trabalhadores, mas não com força suficiente para influenciar os rumos da nova capital (idem, ibidem, p.943).

Assim há, no início, duas facetas do processo de consolidação da cidade: uma formada por migrantes oriundos principalmente de regiões economicamente deprimidas do Brasil e outra, formada pelo funcionalismo público, o capital imobiliário, o setor comercial e os serviços que irão constituir o leque de interesses econômicos estabelecidos, os quais definirão o jogo político e a expansão urbana de Brasília. O volume de recursos aplicados na construção de prédios públicos transforma um território vazio em outro com alto poder de atração, principalmente, para trabalhadores da construção civil (idem, ibidem, p.943).

A construção de uma nova capital no interior do Brasil nos coloca diante da questão da vastidão territorial e da edificação da cidade que está por vir. Como complemento a esses dois aspectos temos a procura e disputa por terras e o estabelecimento da construção civil como a ciência e a técnica capazes de operar a transformação daquele território.

Pode-se dizer que a terra é objeto central na história de Brasília. Ao longo da constituição da cidade tal objeto esteve, assim como hoje, no centro de conflitos socioespaciais (Patriota de Moura, 2010, p. 282).

Tendo sido o planalto central escolhido para sediar a nova capital da república a partir dos anos 1960, os aspectos da vastidão territorial e da disponibilidade de grande quantidade de terras foram alguns dos atributos considerados para a escolha dessa região para a construção da cidade. Lembremos que antes da edificação da cidade, esta era uma região rural, existindo apenas enquanto sítios urbanos as cidades de Brazlândia e Planaltina, o que não somava juntas mais do que 10 mil habitantes. O plano urbanístico a concebia para ser local de moradia e trabalho, atendendo as necessidades dos funcionários públicos que para Brasília se transfeririam com a mudança da capital. Durante sua construção, e nos anos que se seguem, a cidade recebeu intensas ondas de imigrantes que se alojaram no Plano Piloto e, sobretudo, em outros povoamentos nos arredores daquilo que correspondia ao planejamento inicial da cidade.

Diferentemente dos indivíduos que vieram para trabalhar nos quadros da burocracia estatal, ou seja, aqueles que ocupavam posição privilegiada no espaço social e tinham emprego garantido, boa parte dos migrantes vieram atrás de condições melhores de existência, uma vez que eram oriundos de regiões do país economicamente deprimidas. Acabou-se por formar uma dinâmica na qual aqueles migrantes mais bem posicionados socialmente, servidores públicos em sua maioria, ocupavam a cidade planejada – e posteriormente as casas espalhadas pelos Lagos Sul e Norte –, restando aos migrantes com menos recursos, as localidades com pouca ou nenhuma infraestrutura aos arredores do Plano Piloto. Ao longo dos anos essa dinâmica foi se complexificando frente ao contínuo crescimento da cidade e a constante chegada de novos migrantes. Também assim, novas



estratégias de moradia e construção para abrigar todas essas pessoas formam-se e se complexificam.

Pode-se pensar a questão da terra em Brasília apresentando ainda mais desdobramentos quando com o passar do tempo, após os anos que se seguem à fundação, vão se organizando grupos sócio-políticos que, diante da disponibilidade de terras públicas, utilizam-nas como variável de primeira importância quando diferentes interesses se enfrentam. Se a princípio os migrantes menos favorecidos economicamente se deslocavam para Brasília em busca, principalmente, de possibilidades de emprego, posteriormente, é a oferta de terras que desempenha o papel indutor de expansão da cidade. Tal fato é utilizado por diferentes grupos na cena política da cidade (Nunes, 2004, p.97).

Como se percebe existe o constante crescimento da cidade, que após mais de cinquenta anos de sua fundação ainda se coloca como um importante polo de atração de migrantes. Os migrantes que aqui chegam dia após dia têm, evidentemente, que se instalar e a partir daí geram-se diferentes tipos de moradias. Para além daqueles que chegam à cidade porque as condições de vida na localidade de origem não apresentavam boas possibilidades de existência, Brasília ainda recebe um importante fluxo de pessoas que, já gozando de condições favoráveis em seu local de origem, migram para a cidade com vistas a ocupar cargos em diferentes escalões da burocracia estatal e do setor de privado que também se amplia. Há ainda uma já sólida geração de brasilienses que aqui nasceram, se empregam e buscam por locais de trabalho e moradia.

Cidades-satélites, condomínios, invasões, setores habitacionais. Essas são algumas das estratégias de moradia forjadas como alternativa à cidade tombada, incapaz de abrigar a totalidade da população.

Como se vê, estamos diante de uma cidade em constante expansão, que já nos anos de 1970 havia ultrapassado os 500 mil habitantes previstos no projeto de Lúcio Costa.

Atualmente, Brasília é uma cidade formada por 2,8 milhões de habitantes, se considerarmos a região do Plano Piloto e demais regiões administrativas, e de 3,7 milhões

de habitantes se considerarmos uma área mais ampla formada também por alguns municípios goianos e mineiros, constituintes da Ride-Distrito Federal<sup>36</sup>. Durante aproximadamente quarenta anos essa região viveu um *boom* demográfico apresentando taxas de crescimento populacional que alcançavam o dobro da média vivida pelas demais cidades brasileiras (Nunes, 2014, p. 946).

Diante do constante crescimento urbano há a expansão das atividades na construção civil. Que, obviamente, não datam de agora. A cidade não teria existido se não fosse pelo avanço e desenvolvimento dessa técnica que aliada ao projeto modernizante e ao esforço de construção, deu origem à nova capital federal. Assim, desde os momentos iniciais temos a vastidão territorial, o emprego das possibilidades da construção civil e o constante crescimento da cidade complementando-se. Atualmente, soma-se a isso o efervescente mercado imobiliário que nas últimas décadas, devido à metropolização da cidade, sofreu grande expansão.

Tal conjunção de fatores se coloca como um contexto propício para aqueles que, dispondo de diferentes tipos de capitais, puderam mobilizá-los no sentido de aumentar seus ganhos em diferentes esferas do mundo social, mas, sobretudo no que tange ao seu capital econômico.

Como se viu, a mobilidade horizontal é facilmente verificável diante dos inúmeros casos de deslocamentos que para a cidade se fizeram e se fazem. No entanto, existe outra espécie de mobilidade que se fez e se faz importante no imaginário que permeia o espaço social da cidade. É a mobilidade vertical que se quer aqui destacar. De acordo com Nunes, Brasília cria entre seus moradores e entre aqueles que nela chegam expectativas de ascensão social (2004, p.90). Essa expectativa é fundamentada na mobilidade vertical “real” que se verifica tanto entre aqueles que conseguiram se inserir na lógica do emprego estatal que predomina na cidade, quanto daqueles que, mesmo morando em cidades-satélites precocemente degradadas, ainda gozam de vantagens materiais comparativas superiores ao do lugar de origem. Segundo o autor, essa constatação dá à cidade uma imagem

<sup>36</sup> Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

absolutamente positiva. Nesse sentido, mesmo entre aqueles que já gozam de uma confortável condição social de existência, a possibilidade de uma ainda maior ascensão se coloca como meta:

Essa é a característica da cidade que se constrói. Ela cria expectativas positivas e, mesmo se a partir de certo patamar da escala social, novos desafios, cada vez mais complexos, apresentam-se, há sempre uma “intuição” de que algo melhor possa vir a ocorrer (Nunes, 2004, p. 90).

Ainda segundo o sociólogo, Brasília é no espírito uma cidade tipicamente capitalista, onde, em primeiro lugar, o trabalho aparece como a forma mais adequada para a ascensão social tanto materialmente como e, sobretudo, simbolicamente. A cidade de Brasília se coloca, portanto, como um espaço que elogia a riqueza e a constante busca por ascensão na hierarquia social<sup>37</sup>.

É no espaço social de Brasília, cidade caracterizada pela existência de amplos espaços vazios e pela expectativa constante de ascensão social, que emerge um grupo de empresários ligados à área de construção civil<sup>38</sup>. A escolha por empresários da construção civil e seus familiares como grupo empírico investigado se deve a seu alto capital econômico, pela autoridade que gozam no espaço social e simbólico da cidade e por constituírem um grupo relativamente conciso e facilmente identificável.

Compõem um conjunto de pessoas – o que para fins de pesquisa se considera tratar de um grupo – que tem como centro empresários que atuam na área da construção civil da cidade, é citado e tem sua vida social e seus hábitos constantemente narrados no colunismo social da capital.

<sup>37</sup> Essa não é uma particularidade da cidade, apresentando-se como característica que faz parte da própria lógica do capitalismo e das grandes cidades contemporâneas. De todo modo, o fato de ser uma cidade relativamente recente (60 anos atualmente) e ter o status de nova capital do país, fazendo parte de um processo que, nos momentos anteriores e seguintes à sua fundação, dizia respeito à reestruturação da sociedade brasileira, com a industrialização e conseqüente urbanização do país, acabam por potencializar a ideia de que para que ocorra a mobilidade vertical, basta que os indivíduos se empenhem objetivamente neste projeto.

<sup>38</sup> Embora essas pessoas tenham juntado boa parte de seu capital a partir de suas atividades na construção civil, seus negócios são bastante diversificados.

As narrativas que se fazem sobre a vida dessas pessoas em reportagens jornalísticas e livros constantemente contam de maneira romanceada suas trajetórias de ascensão e as relacionam com a construção e o crescimento da cidade. Possuem também amplas relações com o Estado, sendo bastante comum ocuparem cargos públicos nos poderes Legislativo e Executivo. Ou seja, estão nos centros de decisão política de Brasília e do Brasil.

Tal aspecto se evidencia, por exemplo, no fato de que o SINDUSCON-DF (Sindicato da Indústria da construção Civil do Distrito Federal), entidade representativa dos construtores da cidade, possui uma diretoria apenas para tratar de assuntos parlamentares, cujo objetivo, segundo consta em seu *site* é, dentre outras coisas, atuar “tanto no âmbito do poder legislativo distrital quanto federal” e na “definição de estratégias de ação em defesa dos interesses do setor da construção civil no DF”. Também a ADEMI-DF (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal) traz informações em seu *site* a respeito da atuação da entidade junto aos poderes executivo e legislativo em prol dos interesses do setor. Assim como fotos das autoridades da entidade com o atual governador do Distrito Federal (site ADEMI).

Também vale lembrar que a construção civil está entremeada com Brasília desde os primórdios, a partir dos desafios que se colocaram para essa técnica com a construção dos edifícios e monumentos da cidade, a rapidez com que tudo foi feito e a partir do simbolismo em nível nacional e mundial que as obras edificadas na cidade alcançaram.

A relação entre a construção civil e o Estado é antiga em Brasília. Também é antiga a relação que os empresários, que atuam neste ramo na capital, possuem com políticos. Tal aspecto fica evidente na análise das entrevistas, como veremos mais a frente.

Sobre o espaço social da cidade e, mais especificamente, sobre o alto da hierarquia social brasiliense e a centralidade ocupada pelos empreiteiros no acúmulo de riqueza, destaca-se o estudo feito pela consultora inglesa WealthInsight.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2007 e 2011, a empresa constatou que Brasília possui cerca de 321 pessoas que pertencem ao que as agências de consultoria costumam

classificar como *ultra high net worth individuals*, ou seja, indivíduos multimilionários. São pessoas que possuem propriedades e investimentos que ultrapassam o valor de US\$ 30 milhões. Entram nessa conta participações financeiras, imóveis (excluindo a residência principal), caixa, renda e ações (Samorano, 2013).

De acordo com o estudo, no Brasil existem 4.123 pessoas que se encaixam nesta categoria, que embora precisem possuir patrimônio de US\$ 30 milhões para a ela pertencerem, acumulam na realidade, cada um deles, cerca de US\$ 122 milhões. Juntas elas são donas do equivalente a US\$ 505 bilhões, ou seja, quase R\$ 2 trilhões, considerando o câmbio atual.

A fatia de multimilionários que cabe à Brasília guarda suas peculiaridades quanto à forma de acumulação de sua riqueza. Enquanto nos dados relativos ao Brasil constam que a principal área de investimento e crescimento do montante de capital dessas pessoas é a indústria (12,4%) e a matéria-prima (10,9%), em Brasília é a construção civil (10%) a fonte principal do capital dos muito ricos. Seguida por indústria, transporte e logística, serviços financeiros e mercado imobiliário, representando 5% cada um, matéria-prima (2%), diversos (1,2%) e bens de grande consumo (0,3%).



# 4

**A empiria  
propriamente  
dita**

## CAPÍTULO 4: A EMPIRIA PROPRIAMENTE DITA

### 4.1 Sobre o método

Não quero lhe falar, meu grande amor,  
De coisas que aprendi nos discos  
Quero lhe contar como eu vivi  
E tudo o que aconteceu comigo

Belchior

Conjuntamente à discussão epistemológica convém travar uma discussão metodológica. Pois se a epistemologia informa a partir de que olhar escolhemos enxergar o real, a metodologia aponta o caminho pelo qual o fazemos.

Conforme apontado por Vincent de Gaulejac (1999, p.12), a noção que se encontra no coração do projeto da sociologia clínica é a de que não se pode acessar a realidade fora de uma experiência concreta, subjetiva mesmo, de um indivíduo concreto. Não se pode entender o sentido e a função de um feito humano se não for através de uma experiência vivida, de sua incidência sobre uma consciência individual e da palavra que permite dar conta dele. Entretanto, ainda assim o sentido do ato não se reduz à consciência do sujeito, pois o entendimento é de que o social antecede à psique, a constituindo, inclusive. A psique humana se insere numa temporalidade social. Ela é um produto, antes de ser produtora, é o contexto social que a gesta.

A partir dessa perspectiva podemos afirmar que o método de relatos de vida se coloca como uma forma privilegiada de acesso ao que é vivido pelo sujeito.

O termo história de vida merece ser discutido. A vida em si não é uma história, ela é uma sucessão de eventos. É o olhar retrospectivo que lhe atribui sentido e traça paralelo entre fatos, dimensões, afetos e circunstâncias. A capacidade narrativa é uma função humana, ela é fruto do trabalho psíquico do sujeito (Souza&Carreteiro, 2016).

O método de relatos de vida ou histórias de vida teve muita importância como forma de investigação empírica no período do entre guerras (I e II Guerra Mundial) em meio aos sociólogos da Escola de Chicago e na Polônia (pamiętniki). Entretanto, a partir da Segunda Guerra, esta forma de observação dos processos sociais desaparece da ótica sociológica internacional. Tal fato se deve muito ao deslocamento do centro do mundo de uma costa à outra do Atlântico, com os Estados Unidos assumindo posição central na geopolítica mundial, e induzindo ao deslocamento dos problemas sociais centrais. Tais mudanças geram no centro da sociologia estadunidense a ascensão em paralelo do *survey research* e do funcionalismo parsoniano, que estabelecem sua hegemonia sobre a sociologia empírica e a teoria geral, respectivamente, reduzindo todas as demais formas de observação e teorização a uma existência marginal e precária (Bertaux, 1980, p.1-3).

A partir do final dos anos 1960, devido às críticas pertinentes e renovadas de alguns intelectuais e, principalmente, devido aos levantes sociais, e seu impacto ideológico massivo, temos o início da quebra das bases dessa hegemonia. O que foi preciso questionar não foi tanto o *survey research* ou o funcionalismo, formas úteis para o processo sociológico, mas sim o monopólio de cientificidade que ambos se haviam atribuído indevidamente (idem, ibidem, p. 1-3).

Temos assim, a partir de então, o surgimento ou ressurgimento de um momento mais plural, que permite a emergência de outras formas de fazer sociologia, com seus métodos e técnicas, dentre eles o de relatos de vida<sup>39</sup>.

O método começa a partir do desejo do entrevistado de contar sua história. Emoldurada na metodologia qualitativa, a abordagem biográfica caracteriza-se por um compromisso com a história como processo de rememorar, com o qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito (Silva, et.al., 2007, p.27-32).

<sup>39</sup> Neste trabalho utilizamos os termos história de vida, narrativa de vida, relato de vida e abordagem biográfica, como sinônimos. Mesmo que alguns autores estabeleçam diferenciações entre eles, entendemos que a referência comum entre as abordagens que se pretendem biográficas diz respeito ao que constitui o núcleo central do método, qual seja, a dimensão do contar e da narrativa.



Ele se sustenta em fazer falar, em interpelar o seu interlocutor a rememorar e contar algo sobre a sua história. Quer este seja um sujeito ou um grupo, tal perspectiva se faz sensível à sua singularidade e à sua imersão social e institucional. A perspectiva da narrativa de vida aplicada à sociologia clínica busca:

analisar as interações existentes entre os aspectos subjetivos, familiares, sociais e históricos. Destacando as contradições, os conflitos e os pontos de articulação entre várias dimensões que a atravessam (Souza&Carreteiro, 2016, p. 25).

O objetivo do método é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria ao sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte, e a partir do que é vivenciado por ele, acessar elementos que são próprios à história coletiva.

Todo relato implica uma reconstrução. A história de vida é um tempo recomposto pela memória, e esta obedece a outras lógicas que não a da verdade ou da ciência. A memória esquece, deforma, transforma, reconstrói o passado em função das exigências do inconsciente, de pressões circundantes, de condições de produção do relato, de estratégias de poder do locutor ou do entrevistador. É, ao mesmo tempo, um testemunho e um fantasma<sup>40</sup>.

As narrativas de vida contêm, portanto, dois aspectos. A análise histórica, que designa o que “realmente” aconteceu durante a existência de um indivíduo (ou de um grupo), quer dizer, o conjunto de acontecimentos concretos que caracterizaram e influenciaram a vida deste indivíduo, de sua família e de seu meio. Caracteriza-se pela tentativa de reconstrução “objetiva” e busca por determinismos. E a análise clínica, que designa o conjunto de relatos produzidos pelo próprio sujeito ou por outros sobre sua biografia. Nesse

<sup>40</sup> O conceito de fantasma designa a vida imaginária do sujeito e a maneira como este representa para si mesmo sua história ou a história de suas origens. O desenvolvimento deste conceito relaciona-se à elaboração da noção de realidade psíquica e ao abandono da teoria da sedução por parte de Sigmund Freud, na primeira metade do século XX. Entende-se que a fantasia é a expressão máxima e mais verdadeira do registro de desejos inconscientes.

Em francês, a palavra *fantasme* foi forjada pelos primeiros tradutores da obra freudiana, num sentido conceitual não relacionado à palavra *fantasie*. Deriva do grego *phantasma* (aparição, transformada em fantasma no latim) e do adjetivo *fantasmatique*, outrora próximo por seu significado de *fantomatique* (fantasmático, fantasmagórico). A escola kleiniana criou o termo *phantasy* (phantasia) ao lado de *fantasy*. No Brasil, utiliza-se o termo fantasma (Roudinesco; Plon, 1998, p.224-226).

aspecto, a partir do “vivido”, busca-se compreender a maneira como o indivíduo “habita” essa história nos planos afetivo, emocional, cultural, familiar e social, em suas dimensões conscientes e inconscientes.

Os dois aspectos estão continuamente imbricados. O relato de vida se constrói num espaço entre a fantasia e a realidade, ambas igualmente verdadeiras.

Aqui podemos nos colocar a questão a respeito da validade científica do método. Afinal, como é possível falar em objetividade, exigida pela ciência, a partir de um método que tem por suporte a memória? Que, como dissemos, é falha.

Para psicanálise o sentido do relato não pode referir-se mais do que ao sujeito mesmo, uma vez que revela seu funcionamento inconsciente. Para esta o que interessa não é saber se o relato corresponde ao que se passou mesmo. Ele é interpretado como um fantasma e é verdadeiro na medida em que é produzido por um sujeito que fala. Tal “verdade” tem como referência o trabalho que o sujeito efetua em sua relação com o inconsciente.

A cura psicanalítica acontece quando o paciente pode estabelecer a origem dos atos que sofreu ou sofre. Para psicanálise só é possível haver transformação se esta se basear no postulado segundo o qual o paciente é sujeito de sua história. Se todos os acontecimentos de sua existência forem interpretados por meio do prisma de sua vontade consciente e/ou inconsciente.

Essa postura, cujo interesse se entende para psicanálise, não é aceitável para sociologia clínica. Para esta interessa entender o que na exterioridade determina as condutas humanas e as representações que os indivíduos fazem delas. Isso supõe que aceitemos a existência de uma “realidade”, a sociedade, que pré existe ao sujeito, condiciona sua existência e influencia o sentido de seus atos. O relato permite acessar essa realidade na medida em que revela a encarnação social do indivíduo.

Posto que o método de narrativa de vida não se debruça apenas sobre a verdade do sujeito, muito menos que pretende que esta seja considerada enquanto a realidade objetiva,

resta dizer que também não se propõe a encontrar explicações sem fissuras, que sejam definitivas, únicas e totalizantes. Entendemos esta perspectiva de explicação científica como uma idealização inexecutável, que pouco contribui para o saber científico em geral, e o sociológico particularmente.

O que se pretende com o uso do método é tentar compreender uma pequena fração da complexidade que constitui o real, buscando por meio dos relatos de sujeitos a respeito de suas histórias (com suas fantasias, contradições, paradoxos e conflitos) acessar algo sobre a história social. Atento e respeitoso ao fato de que aquilo que é relatado por alguém constitui a “verdade” para aquela pessoa, e que a intenção generalizante, entendida enquanto desejo de controle, não constitui um saber possível numa investigação de cunho sociológico.

O método de narrativas de vidas se constitui por duas dimensões básicas: a do contar e a da escuta.

Como dissemos, tal método tem por princípio básico o fazer falar, o interpelar o interlocutor a rememorar e contar algo sobre sua história, e busca, por meio das histórias narradas pelo sujeito, elementos próprios à história social da qual ele faz parte, pois acredita que:

o atravessamento que faz o inconsciente na narrativa faz perpassar nas histórias sociais e institucionais o desejo de cada sujeito, inevitavelmente ligado àquelas histórias, sem se limitar ao nível individual e subjetivo, mas abrangendo o olhar para uma perspectiva social e política que lhe é parte inseparável (Souza&Carreteiro, 2016, p.25).

Entretanto, o que ainda não abordamos são os desdobramentos que o uso do método pode proporcionar. Contar sua história, tal qual nos mostra a experiência analítica, faz advir o sujeito. Frequentemente, os atores sociais, frente às experiências e sofrimentos sociais, se veem marcados pela invisibilidade, já que tais experiências e sofrimentos geralmente permanecem circunscritos ao interior das subjetividades, raramente encontrando possibilidades de serem compartilhados coletivamente. O método, ao possibilitar um lugar de fala e uma escuta, permite ao sujeito representar simbolicamente seus sofrimentos ou suas experiências de maneira geral, permite a reorganização dos sentidos anteriores da história vivida e possibilita um reposicionamento na relação com ela. É assim que algo da ordem da resignificação pode ser produzido (Souza&Carreteiro, 2016, p.26-30).

É dessa forma que afirmamos que o método de relatos de vida embora não seja uma terapia, no sentido de tentar dar conta de um sofrimento social ou psíquico, pode ter efeitos terapêuticos para aqueles que nele se engajam.

A ressignificação acontece a partir do trabalho psíquico que se dá em três tempos: ao partir de uma impressão atual, retrocede a uma vivência anterior, e cria uma situação para o futuro como realização de um desejo. O narrador interpelado a falar sobre si, faz cindir o seu Eu em múltiplos outros Eus. Na tentativa de superar o sentimento de choque, que indubitavelmente está associado às barreiras que se colocam entre cada Eu e os demais, se empenha em criar novas significações, construindo para si um mundo próprio, arranjando-o em uma nova ordem (Souza&Carreteiro, 2016, p.28-29).

O uso deste método de pesquisa acredita na narrativa como mediação, seja entre indivíduo e sociedade, enquanto dispositivo de interlocução, seja em relação à articulação de fragmentos, entendendo-os como histórias que, por não terem sido narradas, carecem de mediação simbólica. Acredita, por fim, na possibilidade de novas elaborações e na construção de novas formas de ser e de viver.

#### **4.2 Implicação da pesquisadora em seu objeto de investigação**

Para situar a abordagem clínico sociológica frente ao campo científico, faz-se necessário apontar um último aspecto, impossível de ser definido enquanto uma questão epistemológica ou metodológica, uma vez que se trata da mescla das duas. Qual seja: a questão da implicação do pesquisador(a) em seu objeto de investigação.

Conforme apontado por Silva (2015, p.122), a sociologia clínica leva ao limite a noção de objetividade na ciência, a ponto de exigir do pesquisador(a) situar-se subjetivamente em relação à sua pesquisa como forma de garantir a objetividade. Mas não é só a questão da objetividade que está em jogo quando se fala da implicação. Para esta abordagem, a implicação do pesquisador é considerada como uma ferramenta de trabalho, na medida em que compõe a interrogação epistemológica colocada por este (Gebrin; Andreotti, 2016, p. 151). Faz parte da proposta ética, epistemológica e metodológica do

pesquisador que toma por referência a postura clínica, a de que seu trabalho de investigação seja costurado e atravessado por questões referentes à sua própria implicação no desenvolvimento do trabalho como um todo, desde a sistematização da literatura ao planejamento e entrada no campo, bem como na análise das observações ali feitas (Souza&Carreteiro, 2016, p.31).

A noção de implicação do pesquisador no objeto de investigação bebe profundamente do conceito de sujeito do inconsciente<sup>41</sup>, próprio ao saber psicanalítico, e se ampara na noção de tragédia edípica, segundo a qual em seu trabalho de investigação, o pesquisador busca respostas sobre suas origens, questionando a cerca de sua natureza (quem é) e de seu destino (para onde vai, que percurso pretende trilhar). Estar implicado significa estar dobrado para dentro (Gebrin; Andreotti, 2016) e diz respeito ao que move o investigador, ao seu desejo de produzir algo naquele campo, em compreender determinada dinâmica e, talvez, intervir nela. Levar em conta a presença inevitável da implicação faz com que este não esteja alheio aos efeitos que sua presença vai provocar no campo e nos sujeitos de pesquisa, bem como previne distorções advindas da cegueira produzida pelos processos de identificação (ou pela negação deles). O rigor científico exigido pela abordagem encontra-se justamente na análise

<sup>41</sup> Para o saber psicanalítico o inconsciente representa a outra cena, aquilo que é desconhecido pela consciência. Com a noção de inconsciente a psicanálise inaugura o conceito de sujeito do inconsciente.

da demanda<sup>42</sup> por parte do pesquisador e no exame de sua contratransferência<sup>43</sup> e de seu recalque<sup>44</sup>.

Enquanto pesquisa clínica, interessa-nos apontar como a análise da demanda (do pesquisador) coincide com a análise de sua implicação, pois exigem que este esteja consciente sobre os próprios pressupostos cognitivos e ideológicos, suas projeções e movimentos contratransferenciais. Acredita-se que somente assim estará disponível ao inesperado, àquilo que causa estranhamento, podendo tomar parte na construção de sentido que se dá ao longo da narrativa escutada, para além das elaborações teóricas e das referências prévias.

Considerando que a implicação se encontra em relação direta com a produção do saber e que o uso do método de narrativas de vida faz advir conteúdos transferenciais e contratransferenciais, compõe a postura ética do investigador clínico fazer a análise sobre sua implicação subjetiva na pesquisa. É neste intuito que a partir daqui trato sobre minha própria trajetória na pesquisa apresentada.

Vale dizer que nós, cientistas sociais, carecemos de apoio, meios e recursos institucionais para empreender uma análise sobre nossa implicação subjetiva em pesquisas

<sup>42</sup> Em psicanálise a demanda remete à ideia de desejo, que ao longo da história deste saber assume diferentes formas. Para Sigmund Freud o desejo é a realização de um anseio ou voto inconsciente. É desejo inconsciente e realização de desejo. Em Freud a definição de desejo reside no sonho. Este é a realização do desejo recalçado e a fantasia é a realização alucinatória do desejo em si (Roudinesco; Plon, 1998, p.146-148).

Jacques Lacan, por sua vez, complementa o sentido do termo, e para dar conta dele, introduz a noção de demanda, sendo que esta se endereça a outrem, incidindo sobre um objeto. Entretanto, trata-se de objeto inessencial, ou seja, ocorre sobre uma fantasia, um objeto imaginário. Trata-se, portanto, de demanda por amor. É desejo do desejo do outro, no sentido de uma busca por reconhecimento em termos absolutos pelo outro (idem, ibidem, p. 146-148).

<sup>43</sup> A transferência e a contratransferência correspondem ao fenômeno motor da análise psicanalítica. Refere-se ao processo pelo qual, em uma situação analítica, o paciente transfere sentimentos afetivos positivos ou negativos ao analista. Tais sentimentos dizem respeito, sobretudo, a eventos passados da vida do sujeito que não foram elaborados, isto é, que continuam recalçados. Na perspectiva analítica, o conteúdo transferencial é compreendido como uma repetição, em que o conteúdo recalçado ressurgue na tentativa de uma simbolização. Diante desse conflito, o sujeito, alienado em sua condição inconsciente, atribui seu sofrimento a um outro, no processo de transferência.

A contratransferência, por sua vez, refere-se a reações inconscientes do analista à pessoa analisada. Diz respeito tanto aos afetos em relação à transferência do analisando, como a influência do outro sobre o analista (Gebrin; Andreotti, 2016, p. 146-147)

<sup>44</sup> O recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer (Roudinesco; Plon, 1998, p.647-649).

que realizamos. Assim, é evidente que este tipo de trabalho encontra limites claros e se sustenta devido à boa vontade da própria pesquisadora e de poucos cientistas e grupos de pesquisa que se dedicam ao trabalho clínico nas ciências sociais. Idealmente, precisaríamos de espaços de fala e escuta para que os pesquisadores pudessem colocar-se em questão frente a suas investigações.

Não existe nenhuma exigência de que o pesquisador clínico apresente sua implicação em seu trabalho escrito. Mas opto por fazer isso, a exemplo de Vincent de Gaulejac em *As origens da vergonha* (2006).

Neste escrito o autor trata sobre uma carta que recebeu de Annie Ernaux em que questionava a respeito da implicação do sociólogo na pesquisa que culminou em livro anterior intitulado *A neurose de classe* (2014): “O sociólogo evita situar-se... de ‘onde’ vem... e por exemplo... qual interesse o incitou a escrever *A neurose de classe*? (2006, p. 13)”. Decide, então, trazer na introdução de *As origens da vergonha* sua implicação subjetiva com os temas com os quais costuma trabalhar.

Inspirada em Gaulejac também procuro trazer aqui o fator de implicação e demanda que me levou a empreender a pesquisa aqui desenvolvida.

O sociólogo clínico diz que é comum que elaborem racionalizações e apontemos diversos interesses para justificar a escolha por nossos objetos de investigação, mas que algumas outras razões são difíceis de serem expostas sem nos expormos. São exatamente essas que costumam apontar nossa implicação com o que trabalhamos. Em se tratando de tese de doutorado, que exige anos de dedicação, é difícil empreender esse tipo de investigação sem sermos levados por razões poderosas.

Para mim não seria diferente. Poderia apontar o interesse de ordem científica em esclarecer um assunto pouco estudado: a estratificação social a partir da experiência daqueles que se posicionam no topo. O interesse ideológico em denunciar a hierarquia social e sua consequente dominação de classes. Mas existem também outras razões para essa sensibilidade frente às hierarquias do mundo social e aos sentimentos de superioridade e

inferioridade, valorização e desqualificação evocados por essa forma de organização social. Posso encontrar seus traços em minha trajetória social e em meu romance familiar<sup>45</sup>.

Nasci e cresci no Brasil e vivi boa parte da vida em duas grandes cidades do País, Porto Alegre-RS e Brasília-DF. O fato de viver em metrópoles possibilitou que eu observasse, desde a infância, as diferenças e desigualdades na cidade.

Desde muito cedo recebi informações, talvez a partir da escola, talvez através da mídia, provavelmente a partir de ambas, de que no Brasil havia muita pobreza e que uma das evidências de nosso “subdesenvolvimento” era a miséria de boa parte de sua população. Esse universo, o da pobreza, foi vivido por mim de forma ambígua, foi próximo e distante. Próximo, porque podia observá-lo na cidade quando passava de carro por alguma área deteriorada ou quando, ao parar no semáforo de alguma avenida, se aproximavam pedintes a solicitar alguma esmola. Distante, porque em nada a pobreza marcou a minha existência material e simbólica cotidiana.

Escutei muito e desde cedo, na escola e no seio da família, que devíamos olhar para as pessoas em situação de pobreza. Nesse ponto, particularmente, penso que o fato de ter feito boa parte de minha vida escolar em colégios religiosos de orientação católica e ter tido uma formação religiosa nesse sentido, tenha contribuído no aspecto de direcionar o olhar “àqueles que mais precisam”. O exemplo aqui era a figura de Jesus e de santos e santas da Igreja Católica que eram pobres ou, se ricos, abdicavam de suas riquezas para viverem em meio à pobreza e exercer a caridade. O significado último era de que o que importava verdadeiramente não eram os bens materiais, – estes poderiam, inclusive, até nos atrapalhar no desenvolvimento de nossas faculdades espirituais – e sim, nossa capacidade de sermos tementes à Deus e bondosos com o próximo.

<sup>45</sup> De origem freudiana a noção de romance familiar refere-se a uma fantasia inconscientemente produzida pela criança em seu processo de constituição subjetiva. O romance é uma composição que vai ser tomada como base na construção de si realizada pelo sujeito, referenciada ainda pelas dimensões sociais e históricas que o rodeiam (Souza&Carreteiro, 2016, p. 28-29). Esta fantasia permite à criança corrigir a realidade inventando para si uma vida mais apreciável. Permite que esta suporte a realidade, aliviando o peso da contingência e o caráter inevitável do destino (Gaulejac, 2016, p. 13). Por exemplo, crianças de origem humilde, podem compor um romance familiar em que imaginam que provêm de uma linhagem nobre e que um dia se descobrirá a verdade sobre sua origem real.



Tive, portanto, por um lado, uma forte influência da cosmologia cristã, que em sua gramática utiliza o conceito de caridade e a necessidade de benevolência dos ricos em relação aos pobres. A noção de igualdade, a partir dessa ótica, é aquela que diz que todos são iguais perante a Deus. Uma outra gramática possível em relação ao ideal de igualdade entre os seres humanos é aquela dos direitos, que embasa o princípio republicano e democrático. Mas essa eu só teria contato anos mais tarde já na universidade.

Sendo eu oriunda dos estratos intermediários, nascida de uma família pertencente ao que é conhecido pelo impreciso termo “classe média”, penso que tenha feito parte do projeto parental no qual estive envolvida o desejo de que eu, no mínimo, me igualasse, e preferencialmente, ascendesse socialmente em relação aos meus pais, alcançando estratos sociais mais altos por meio de educação/colocação profissional e matrimônio. A partir de uma perspectiva de inserção no mundo social, isso representava a procura pelo máximo possível de aproximação da riqueza, um forte investimento em educação formal e a necessidade implícita de não permitir me confundir com os mais pobres. O projeto parental incluiu também que eu me tornasse uma pessoa religiosa, que adotasse os preceitos do catolicismo, tais como humildade, atenção ao próximo, fidelidade a Deus, caridade, etc.

Naturalmente, aqui se colocam exigências de ordem social, uma vez que o desejo de enriquecimento e delimitação de signos e símbolos de status são constituintes de um mundo social erigido a partir da ordem econômica capitalista, da divisão do trabalho social e do individualismo moral. Sendo amplamente difundidos entre os mais diversos estratos sociais. Acredito que exigências dessa ordem estiveram presentes em minha história de vida, assim como fazem parte da vida de muitas pessoas. Percebo, entretanto, que estive em contato com duas exigências de natureza conflitiva, uma de ordem familiar/religiosa, que dizia que o status social e os bens materiais não importam verdadeiramente e outra, familiar/social que dizia que é necessário buscar a ascensão e a distinção social.

Na infância e pré-adolescência, momento em que as crianças começam a comparar e se comparar (tanto no plano do sexo quanto do estatuto social e da riqueza) percebi que minha família ocupava uma posição distanciada da urgência de satisfação de necessidades mais básicas e que, dada toda a pobreza que eu podia perceber e era noticiada em jornais, eu

vivia em uma situação confortável. Por outro lado, também tinha plena consciência de que existiam grupos e pessoas que ocupavam posição superior à minha, os quais invejei e desejei alcançar.

Penso que desde muito cedo fui sensível à diferença entre as classes, às questões simbólicas e narcísicas que a acompanham. Exigências de ordem psíquica e social, necessidade de posicionamento e comparações vivenciadas me despertaram o interesse pelo jogo sutil da luta por posições sociais e pelos sentimentos que a ela estão ligados. Talvez essa posição na classe média, relativamente distanciada da pobreza e de situações de humilhação e desqualificação social, mas ao mesmo tempo, sem acesso aos estratos mais altos, tenha me feito sensível aos processos de valorização e anulação que atravessam continuamente as relações sociais e a percepção da existência de sentimentos de superioridade e inferioridade ligados às posições sociais ocupadas.

O curso de ciências sociais, durante a graduação, me deu instrumentos para pensar essas relações, me possibilitou tomar ainda mais consciência de que a pobreza é a realidade de boa parte da população brasileira, de que no Brasil certas mudanças sociais são muito difíceis de serem promovidas devido a existência de estruturas seculares, de que as desigualdades são fruto de injustiças sociais e que as relações entre classes são, muitas vezes, relações de dominação, nas quais os aspectos simbólicos são tão determinantes quanto os econômicos.

A experiência de estar no ambiente de uma universidade pública, em amplo processo de questionamento sobre posições sociais e em momento de ampliação de seu espaço para o ingresso de estudantes antes com pouco acesso ao ensino superior, me permitiu vivenciar situações contraditórias. Se por um lado me permitiu ter contato com pessoas e discussões e ampliar as possibilidades de visão, por outro me colocou em situações onde minha própria história de vida e trajetória social, por ter vindo de estratos intermediários, foi, senão deslegitimada, ao menos tratada como livre de sofrimentos e percalços. Acho que o incômodo despertado por essa experiência me permitiu olhar para o grupo com o qual escolho trabalhar. Imagino também que aqui se coloca para mim uma questão de identidade em relação aos sujeitos investigados. Que ainda não se revela muito clara, mas que acena

para o sentido de que, por paradoxal que seja, a tradição da sociologia brasileira de se debruçar sobre a investigação daqueles que vivem situação de marginalização acaba por “esquecer” aqueles que se situam bem posicionados.

Tentarei a partir daqui aprofundar um pouco mais na minha implicação junto ao objeto de investigação. Relembro, a mim mesma e ao leitor, há coisas impossíveis de expor sem se expor.

Várias de minhas indagações a respeito das “desigualdades” de maneira geral, mas particularmente quanto ao lugar ocupado na estrutura social, tem origens inconscientes e parecem se dever a elementos do meu romance familiar.

Sou a segunda filha de um jovem casal. Penso que por ser a segunda, outra menina, e por não apresentar características físicas que evidenciassem marcadamente a ascendência germânica de parte de minha família, meu nascimento não foi tão festejado por meus pais quanto o de minha irmã. Cresci ouvindo que nasci feia e que a primeira vez que me viu foi uma decepção para minha mãe, pois anteriormente ela havia parido um bebê tão belo, como agora nascia alguém tão feio? Ao relatar essa decepção, minha mãe conta que dividia suas angústias com seu pai, meu avô materno, e este saía em minha defesa dizendo que eu poderia ser feia agora, mas que no futuro surpreenderia, tornando-me bela. Minha mãe complementava este relato, dizendo que de fato eu a havia surpreendido e me tornado bonita. Naturalmente que este desfecho era insuficiente para mim, que deseja um “apaixonamento” materno à primeira vista.

Essa história, agora contada com certo desprendimento, me assombrou por muito tempo. Foram necessários alguns anos para me livrar da sensação de que faltava algo em mim, de que eu seria inadequada de alguma forma. Hoje, e graças à uma psicanálise, compreendo que esses são os fundamentos arcaicos de uma ferida narcísica. Tratando-se do momento em que tive que renunciar à megalomania infantil, me dando conta de que eu era “pequena demais” para satisfazer aos desejos maternos.

Ainda em meus primeiros anos de vida, eu e parte da minha família sofremos um grave acidente de carro. Esta situação resultou na morte de duas pessoas, e em graves ferimentos em mim e, principalmente, em minha mãe. Esta foi uma situação bastante desagregadora para minha família, pois nela morreu meu avô materno, figura central na configuração familiar. Nesta ocasião, minha irmã também esteve presente e, felizmente, saiu praticamente ilesa. Apesar de ter pouco se machucado, minha família compreendeu que ela precisava de cuidados, principalmente de ordem emocional/psicológica, e que eu não precisaria, pois seria muito pequena para guardar recordações sobre o ocorrido. Vale dizer que me recordo de muitos momentos desse triste episódio.

Atualmente compreendo que essa interpretação foi decisiva para cultivar em mim a noção de que eu não precisaria de ajuda, pois teria/deveria ter condições de dar conta dos desafios da vida sozinha. Se por um lado tal configuração permite certa liberdade e alimenta um Ideal de eu que gira em torno das noções de independência e autonomia, por outro, abre espaço para uma sensação de desamparo e falta de suporte frente às adversidades da vida.

Considero que nas sensações de desamparo e de inadequação se encontram as origens do meu interesse em relação às desigualdades e hierarquizações.

### **4.3 Análise da trajetória de Juarez**

Juarez nasceu no município de Uberada, Minas Gerais, no ano de 1930. Filho de pai pecuarista e de mãe dona de casa, é o sexto filho de uma fratria de sete irmãos. O caçula entre os irmãos de sexo masculino. Oriundo de região próspera do estado de Minas Gerais, conhecida pela economia pecuária pujante, nasceu e viveu os primeiros anos de vida na fazenda de seus pais, juntamente com irmãos, primos e empregados.

Assim o entrevistado apresenta sua família:

Lá em casa eram muitos meninos, porque eu tive três irmãos (do sexo masculino), mas eu sou o mais novo. Tive três primos que foram criados lá em casa, porque eram sobrinhos do meu pai, perderam os pais, e ainda um pretinho, chamava Onofre. Era filho da empregada. Então era um monte de menino.

Algo no sentido da mistura de muitas crianças, casa cheia de pessoas, parentes e empregados, “meninos” de diferentes idades, indistinguíveis, brincando, fazendo traquinagem, levando bronca, parece fazer parte das memórias do entrevistado quando este, ao relatar sua infância, evoca também as lembranças dos primeiros anos de estudo:

Lá na fazenda aquelas escolas do... que tinha antigamente... beira de cidade, entendeu? Negócio muito precário... Ficava sempre estudando a mesma coisa, tudo misturado... Assim, não é uma escola boa. Depois é que eu fui para o Colégio Diocesano dos irmãos Maristas que tem lá em Uberaba e aí fiquei três anos lá. Depois eu fui para Belo Horizonte.

Ainda em sua primeira década de vida, o entrevistado e sua família passam por uma difícil situação, que definiria muito de sua trajetória e de sua experiência subjetiva. Trata-se do adoecimento do irmão imediatamente mais velho que Juarez. Este adoece de tuberculose, e sua mãe muda-se juntamente com ele para um hospital na cidade de Belo Horizonte, capital do estado, onde poderia alcançar melhores condições de tratamento. Tal fato, sobretudo, a partida da mãe para Belo Horizonte e, portanto, o afastamento entre ela e Juarez, parecem o marcar profundamente.

Aconteceu um fato complicado que afastou minha mãe de mim. Porque eu tive um irmão, logo acima de mim. Eu tinha nessa época uns nove, dez anos. O meu irmão ficou doente do pulmão e naquela época doença no pulmão era tipo de um câncer de hoje, né? Pessoa morria mesmo. Mas Belo Horizonte antigamente era uma cidade muito conhecida, talvez pelo clima, etc. E tinha lá os hospitais no meio de um bosque e os tuberculosos se internavam lá. E minha mãe ficou um ano com esse meu irmão.

Após a internação no hospital, o irmão deveria permanecer na cidade de Belo Horizonte para continuar o acompanhamento médico. Nesta ocasião o pai de Juarez aluga uma casa na cidade para que ele e o irmão possam lá viver. Juarez tem entre onze e doze anos de idade, o irmão é um ou dois anos mais velho. O curioso desta situação é que Juarez e o irmão, ainda pré-adolescentes, quase crianças, passam a viver sós em outra cidade, distantes dos pais e demais irmãos. Esse período é narrado pelo entrevistado como particularmente desregrado e sentido como um afastamento entre ele e a mãe. Ao longo da entrevista, nos diversos momentos em que relembra o período vivido em Belo Horizonte, ele fala sobre a falta que sentia de sua mãe. O afastamento do restante da família tem, portanto, dois aspectos. Há uma sensação de falta de supervisão por parte dos adultos, que é também sentida como falta de cuidado, abandono por parte da mãe.

O papai alugou uma casa lá em Belo Horizonte, nessa época eu fui com a minha mãe. Minha mãe ficou uns tempos lá conosco, depois foi minha tia. Nessa época eu tinha uns doze anos. Aí ficou lá e o meu pai, minha mãe... eu me afastei um pouco da minha mãe. Eu me afastei. Eu digo é o seguinte: a dedicação dela era com esse meu irmão, a doença dele foi grave. Aí ficamos eu e ele em Belo Horizonte. Eu.. Esse meu irmão eu morei com ele lá em Belo Horizonte essa temporada, as vezes a mamãe vinha, mas a maior parte do tempo era só eu e ele.

Ao relatar sobre sua vida escolar, Juarez justifica sua não excelência acadêmica e a não aprovação no vestibular devido à falta de supervisão na temporada em Belo Horizonte.

Só não fui bom aluno, fui não. Assim, dedicado. Passava e... não é? Uma vida um pouco livre e assim foi por quase uns oito anos em Belo Horizonte. (...) Então fiquei em Belo Horizonte até que veio esse vestibular, eu perdi. No ano seguinte eu fui para os Estados Unidos. Lá também sempre estudei, digo, sozinho. Eu não sou excelente porque eu era meio tranquilo, né? Não tinha, né? Não me foi cobrado também. Todo menino precisa um carinho ali da mãe, uns ensinamentos, cobrar ele de vez em quando... Então eu fui assim. Fui isso aí, até que eu fui para os Estados Unidos. Lá também sempre sozinho, né? Então me faltou...

Aqui temos alguns elementos para análise. Primeiramente, do ponto de vista subjetivo temos claramente uma dor associada ao afastamento da família, principalmente da mãe. Quer dizer, o Juarez adulto consegue entender a necessidade da mãe se manter em Uberaba, cuidando de sua casa e do restante da família. Mas o Juarez criança sentiu este afastamento como um abandono, uma falta de cuidado. Ele desejava todo o cuidado e atenção da mãe, mas a realidade é que ela tinha outros afazeres, outras pessoas e coisas que demandavam sua atenção.

Em termos psicanalíticos podemos dizer que no início de sua história a criança tem uma relação dual com a mãe (apego à mãe, vínculo que une a mãe ao filho). Esse cenário dual tende à fusão, à ilusão de onipotência para a criança. Essa relação é quebrada pelo pai, que interdita a mãe ao impor a Lei da interdição do incesto, o que introduz o desejo da criança que, portanto, passará a buscar essa mãe perdida (Gaulejac, 2014, p. 107). Esses momentos

iniciais da vida formam níveis arcaicos e inconscientes de nosso aparelho psíquico, relacionando-se com o narcisismo primário<sup>46</sup>, o ideal do Eu<sup>47</sup> e o Supereu<sup>48</sup>.

O sentido da Lei é que, ao renunciar à mãe, a criança possa ter acesso ao desejo do outro. Na relação dual que precede a instauração da Lei, a criança só pode desejar o desejo da mãe, ou seja, satisfazer os desejos de onipotência desta. A dissolução dessa triangulação, denominada de complexo de Édipo, passa pela internalização do legislador (o Supereu) e a aceitação de uma existência limitada, submetida ao tempo e a morte.

Aquele momento dual vivido com a mãe no início de sua história passa a tentar ser eternamente repetido pela criança, mesmo que seja pela criança que habita no indivíduo adulto, em uma busca nunca suficientemente satisfeita por uma completude absoluta. A tomada de consciência por parte da criança de que ela não é suficientemente grande para satisfazer os desejos da mãe, cria nela uma ferida narcísica, que a relembra sempre e sempre sobre suas limitações e finitude. O sujeito deve se constituir, portanto, nessa tensão existente entre o desejo de onipotência e a consciência de sua finitude. Lembremos que o sujeito não existe em si, mas para si, como uma perseverança, tensão e continuidade, que empreende uma luta obstinada e permanente por fazer sentido em meio às contradições, à heterogeneidade, à alteração e ao caos.

<sup>46</sup> Diz respeito à criança e à escolha que ela faz de sua pessoa como objeto de amor, numa etapa precedente à plena capacidade de se voltar para objetos externos.

<sup>47</sup> A teoria freudiana é diversificada a respeito do conceito de ideal do eu (Gaulejac, 2014, p. 109). Entretanto, em um esforço de definição, podemos dizer que Sigmund Freud utilizou essa expressão para designar o modelo de referência do eu, simultaneamente substituto do narcisismo perdido da infância e produto da identificação com as figuras parentais e seus substitutos sociais (Roudinesco; Plon, p. 362). Trata-se de uma instância da personalidade em relação à qual o Eu se avalia, a cujo nível tenta se elevar e cujas exigências de perfeição tenta cumprir. Enquanto instância diferenciada, o ideal do eu constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se.

<sup>48</sup> O Supereu é uma instância repressora, responsável pelas interdições internalizadas. Exerce as funções de juiz e censor em relação ao Eu (Roudinesco; Plon, p.744). Enquanto o ideal do Eu impele à fusão e, portanto, à indiferenciação, o Supereu conduz o Eu a se posicionar pela identificação, mas também pela diferenciação, na medida em que indica limites (a não ultrapassar) e fronteiras. Introduz a criança, portanto, na ambivalência: “Seja como seu pai e/ou sua mãe”. Mas também: “Não seja como seu pai e/ou sua mãe”, isto é, “Aceite que algumas prerrogativas estão reservadas a eles”, “Renuncie ocupar um lugar que não é seu”. O Supereu se caracteriza pela continuidade, pelo fato de se constituir a partir dos Supereus dos pais, formados e consolidados pelos predicados e interdições ligados aos usos e costumes ao grupo social ao qual pertencem (Gaulejac, 2014, p. 111).

Juarez, ainda no início de seu relato, mesmo que com certo constrangimento nos relewa sua ferida: o desejo de estar mais próximo à mãe, de que esta tivesse o acompanhado em sua estadia de quase dez anos em Belo Horizonte. Não apenas uma vez, ao longo da narrativa, ele aborda a questão.

De todo modo, Juarez segue em frente e mesmo que sem todo o amparo materno que desejava, ou precisava, encontra outros pontos de apoio, como, por exemplo, a relação com o irmão, com quem divide as angústias da estadia em Belo Horizonte:

Aí ficamos eu e ele em Belo Horizonte. Eu... Esse meu irmão eu morei com ele em Belo Horizonte essa temporada (...) Ele era dois anos mais velho do que eu. Ficamos... E eu digo que diferente porque ninguém me cobrava nada. Mas também não fiz coisas erradas, né, eu e ele. Eu tinha... A gente conversava... Eu fiquei muito ligado a ele.

Apesar da falta que sentiu da mãe no período em Belo Horizonte, de sentir que esta lhe faltou, Juarez não deixa de expressar a profunda admiração que nutre por ela:

Minha mãe morreu com noventa e nove anos. É a pessoa que eu mais admiro no mundo, a minha mãe era uma coisa. Ela tirava leite no curral para ajudar o meu pai. Meu pai tinha que viajar para comprar bezerro, essas coisas. Vida de fazendeiro. E ela ficava tomando conta da fazenda, tirando leite para vender na cidade. E com todos esses filhos (...) Era de uma bondade extrema. Bravinha, exigente, mas amparava demais a gente. A minha mãe foi excepcional. E tudo o que aconteceu em questão de família, entendeu? Minha mãe foi gente. Admiro ela. Tenho verdadeira loucura pelas lembranças que eu tenho da minha mãe. Era muito católica, entendeu? Então essa admiração que eu sempre tive era a minha mãe. A pessoa, assim, que eu...

Aspecto central na trajetória dos sujeitos sociais, a socialização primária, as experiências e os vínculos afetivos primeiros deixam suas marcas e exercem influência por toda uma vida. Todos nós guardamos uma mãe e um pai internalizados, vivemos relações de cooperação e/ou competição com irmãos ou outras pessoas próximas. Tais vivências deixam suas marcas, fazem algo conosco. A questão principal é: o que fazemos diante disso?

Falemos agora um pouco a respeito do que Juarez conta sobre seu pai. Assim ele o apresenta:

Meu pai era fazendeiro. Quando o pai dele morreu, meu avô morreu cedo, acho que quarenta e tantos anos, deixou um pedaço de terra pro meu pai. Um pedaço pequeno. Ele progrediu muito, comprou várias fazendas (...) Ele era trabalhador e



foi na escola muito pouco tempo (...) Era uma pessoa de pouca instrução muito inteligente. Super! Meu pai era inteligente. Ele, numa roda, ele tomava conta da roda pelo o que ele era, sabia conversar, não era um cara bruto, grosseiro não. Era trabalhador, progrediu financeiramente muito bem.

Ao descrever seu pai, o entrevistado ressalta principalmente o papel de provedor que este desempenhou em sua trajetória. Ao dinheiro, ao trabalho duro e à prosperidade financeira o pai é imediatamente relacionado. Em alguns momentos de sua narrativa a questão da ausência aparece novamente, dessa vez não mais relacionada à mãe, mas ao pai, entretanto, esta é imediatamente justificada pelas viagens que ele era obrigado a fazer para comprar bezerros em outras localidades, para sustentar e fazer o progresso econômico da família.

Era fazenda de gado, mas depois ele tinha muitas fazendas. Ele foi comprando. Compra dos vizinhos. Comprou. Então a fazenda ficou grande. Comprou outras fazendas. Comprou fazenda em São José do Rio Preto. Em outras cidades ali no interior de São Paulo. Ele era um... diria que se tornou um homem com uma certa condição financeira na cidade. Mas ele era um leão pra trabalhar. Nós não tivemos muito o carinho ali porque o papai se ocupava muito. Mas ele era bom pra nós. E foi bom tanto que nos proporcionou oportunidades.

O pai possuía uma baixa escolaridade. Conforme Juarez nos conta, frequentou a escola por apenas um ano. Mas era inteligente, não deixa de assinalar, pessoa carismática, que sabia conversar e, apesar de ser um homem da fazenda, era educado e refinado.

Em termos históricos, o pai dos tempos arcaicos é a encarnação familiar de Deus, verdadeiro rei taumaturgo, senhor das famílias. Em direito romano, o *pater* é aquele que designa a si mesmo como pai de uma criança por adoção, que a conduz pela mão. Nesse sentido a filiação biológica (*genitor*) é totalmente desconsiderada caso não se siga da designação pelo gesto ou a palavra. Desse ritual resulta a posição de comando do pai no seio da família, bem como a sucessão dos reis e dos imperadores no governo da cidade (Roudinesco, 2003, p.21).

Sem abolir a paternidade adotiva, a ascensão do cristianismo na Europa impõe o primado de uma paternidade biológica à qual deve obrigatoriamente corresponder uma função simbólica. À imagem de Deus, o pai é visto como a encarnação terrestre de um poder espiritual que transcende à carne. Mas não deixa por isso de ser uma realidade corporal submetida às leis da natureza (idem, ibidem, p. 22).

Em um período arcaico, mas não só, o pai ocupa uma posição de centralidade no que tange à autoridade no interior das famílias. Por conseguinte, ele é aquele que toma posse do filho, primeiro porque seu sêmen marca o corpo deste, depois porque lhe dá seu nome. Transmite, portanto, ao filho um duplo patrimônio: o do sangue, que imprime uma semelhança, e o do nome (prenome e patronímio), que confere uma identidade. O pai não é, nesse sentido, um pai procriador senão na medida em que é um pai pela fala. E esse lugar atribuído ao verbo tem como efeito ao mesmo tempo reunir e cindir as duas funções da paternidade (*pater* e *genitor*), a da nomeação e a da transmissão do sangue. De um lado o engendramento biológico designa o genitor. De outro, a vocação discursiva delega ao pai um ideal de dominação que lhe permite afastar sua progenitura da besta, da animalidade, do adultério e do mundo dos instintos, encarnado pela mãe (idem, ibdem, p.23).

A dupla temática do pai separador, dotado de cultura e de *cogito*, fonte de liberdade e de alimentação espiritual, e da mãe, natureza exuberante feita de fluidos e substâncias, foi um dos grandes componentes da representação judaico-cristã da família. Ela será retomada como herança, depois de sofrer sérias revisões, pela filosofia das Luzes e pela psicanálise.

Como vimos, em termos psicanalíticos o pai cumpre a função de apresentar para criança a cultura, o limite, o Outro, é aquele que tira a criança do mundinho de completude e natureza com a mãe.

Se em tempos antigos o pai era a autoridade por ser o herói e o guerreiro. Depois, na modernidade, ele exerce sua dominação por ser o dono do dinheiro: o poder que o pai perdera sobre a cena das batalhas e da cavalaria, logo foi reinvestido por ele no teatro da vida econômica e privada (idem, ibdem, p. 32).

Não foi diferente na família de Juarez. O pai aparece como o provedor. Alugou uma casa em Belo Horizonte para que Juarez e o irmão vivessem. Sustentou o filho no Rio de Janeiro. E, posteriormente, nos Estados Unidos. Em sua narrativa, ele aparece diretamente relacionado ao trabalho produtivo e ao progresso financeiro. É admirado por isso.

Ele progrediu muito, comprou várias fazendas. Nos suportou. Me suportou nos Estados Unidos. E meu irmão na França.

O pai simboliza o progresso, a força econômica. Além de ter enriquecido, “progredido”, nas palavras de Juarez, com a pecuária de corte, é aquele que dá suporte financeiro para que o filho possa “seguir a vida”, “crescer”. A noção de progresso adotada pelo entrevistado abrange o crescimento econômico, o enriquecimento financeiro, o acúmulo de capital, o tornar-se proprietário, o construir algo no mundo econômico. Quando se refere a suas próprias empresas (que atualmente empregam um total de cerca de 4000 trabalhadores), faz uso do termo progresso para se referir a elas.

Eu felizmente tive algum sucesso e meus filhos me acompanharam. Então, eles foram criados dentro dessas empresas, eles são parte. Porque ninguém vai levar empresa pro céu ou pro inferno, né? Todo mundo vai trabalhar. Eu não gosto de os meus trabalhadores aí... eu gosto de chamar de companheiros, porque nós somos todos aqui tentando fazer o sucesso dessas empresas. Por que? Porque nós vivemos delas. Logicamente os mais preparados num nível melhor, desde que tenham capacidade. Aquele que infelizmente não estudou ou que não procurou melhorar ganha pouco mais de um salário mínimo. Aí, quer dizer, não tem um nível de vida que os outros têm. Eu tenho empregado aqui de cinquenta anos (de empresa). Outro dia eu perdi um que tinha quarenta e oito anos (de empresa). Eu te disse que eu tenho sessenta e um de Brasília. Então, tem uns que estão aí até hoje. É muita gente e nós temos que trabalhar com o mesmo sentido: fazer o progresso da empresa. Fazendo progresso da empresa, eu tô fazendo o progresso da cidade, pago meus impostos. Que são grandes!

Aqui temos a aparição de elementos centrais para a análise da trajetória de Juarez. Valores que constroem sua vida e identidade. São eles: o já citado progresso, a educação formal, o trabalho. Analisemos cada um deles.

Como nos evidencia Ortiz (2015, p.63-87), a noção de progresso encontra-se intrinsecamente ligada à modernidade. Ou seja, o progresso, entendido como algo que se contrapõe à decadência e se coloca como uma ruptura com o passado, só ganha força no eixo em torno do qual também evoluem outras concepções e valores: liberdade, igualdade, povo, soberania. A emancipação de pressões de caráter religioso, o reconhecimento do cidadão, com seus direitos e deveres, inauguram a era de uma liberdade política que contrasta com os privilégios aristocráticos e ampara-se no “movimento progressivo da história”. Temos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, ambas ocorridas no século XVIII, como os marcos, respectivamente, das transformações políticas e das transformações econômicas ocorridas. O século XIX, por sua vez, assiste a uma evolução fantástica da técnica. O advento do vapor e dos novos meios de comunicação – telégrafo, máquinas de impressão de jornais,

trem, automóvel, avião – confere ainda à concepção de progresso um caráter material que ele não possuía anteriormente.

Cito um trecho da obra literária *Incidente em Antares* (1994), de Érico Veríssimo, em que é narrado o momento da chegada do progresso, da modernização, em uma cidade fronteira e interiorana do sul do Brasil. Apenas para que possamos introduzir o tema e sentir qual era o “clima”, a “empolgação” com a noção de progresso quando esta adentra nosso País, sobretudo entre estratos sociais mais elevados. Apesar de se tratar de uma obra de ficção, esta não deixa de retratar o espírito de uma época.

A década de 1920 trouxe para Antares muito progresso, tanto de ordem material como intelectual. Durante esse pós-guerra, o ritmo de construções de casas particulares acelerou-se. Os Vacarianos reformaram o seu casarão – “uma simples meia-sola”, disseram os seus desafetos. Os Campolargos construíram um sólido palacete de dois andares. Em 1924 uma firma norte-americana instalou um frigorífero nos arredores da cidade – o que levou o editorialista do diário local a afirmar que Antares, até então um município exclusivamente agropastoril, começava auspiciosamente a se industrializar. O telégrafo, o cinema, os jornais e revistas que vinham de fora, a estrada de ferro e, depois de 1925, o rádio – contribuíram decisivamente para aproximar o mundo de Antares ou vice-versa. Forasteiros também muito faziam pelo progresso social e cultural da cidade: magistrados, promotores públicos, funcionários do governo estadual e federal, caixeiros-viajantes... Era, porém, de lamentar que Antares não possuísse, como São Borja, uma guarnição militar federal, um batalhão que fosse. (...) Nos bailes do Clube Comercial moças e rapazes das melhores famílias locais dançavam *Charleston*, sob o olhar crítico das matronas. Num sarau de artes, no solar dos Campolargos, um forasteiro recitou versos modernos – que ninguém entendeu – de Oswald e Mário de Andrade. Antares, pois, atualizava-se, integrando-se na era do *Jazz* (1994, p.29).

Este é o cenário no qual o Brasil se insere no romper do século XX. O ambiente rural não é mais adequado, a urbanização e a industrialização representam a modernidade, o futuro.

Juarez sente medo de se tornar fazendeiro como o pai. Após o fracasso no vestibular, aos vinte e poucos anos de idade, relata seu receio de levar uma vida trabalhando na criação e negociação de gado.

Bom, aí meu pai falou: “ô meu filho, você tá muito cheio de amigos em Belo Horizonte. Por que você não vai pro Rio de Janeiro se preparar melhor?”. Aí eu fui, fui pro Rio. Chegou o meio do ano já, que eu tinha que fazer o vestibular, eu tinha um pensamento muito complicado: “eu perdi um vestibular, e se eu perder o segundo? Porque pode acontecer... Eu tô me preparando aqui, uma disputa. Eu

acho que eu passaria. Mas se eu perder? Eu vou arranjar... vô ser fazendeiro. Eu vou ser fazendeiro se eu não passar...

Façamos alguns comentários sobre o projeto parental<sup>49</sup> no qual o entrevistado parece se encontrar envolvido.

É curioso perceber que mesmo diante do sucesso de seu pai enquanto pecuarista, não é esta atividade que Juarez planeja exercer. E ao que parece, também não é a função que seus genitores desejavam que ele exercesse. Afirmamos isso com base no fato de que há um alto investimento por parte da família na escolarização do filho. Perguntamos então: para executar o ofício de fazendeiro, seria mesmo necessário tão forte aplicação em escolarização formal?

Analisando a história de Juarez, percebemos que acontece um fenômeno interessante em sua família. No espaço de tempo de uma única geração, ou seja, dos pais para os filhos, temos um avanço significativo no nível de escolaridade. Se no caso dos primeiros, temos um baixo grau de escolaridade, para os segundos foi possível completar o ensino superior, formando por exemplo, um engenheiro e um médico. O entrevistado relata que seu pai frequentou a escola por apenas um ano, que no período em que esteve na América do Norte recebia cartas escritas por ele nas quais ficavam evidentes as dificuldades de escrita. Juarez e os irmãos, no entanto, assim que alcançam certa idade, vão estudar em escolas na cidade (católicas), melhores do que aquelas que existiam no campo. Posteriormente, dá sequência aos estudos na capital do estado, depois, na capital do País e, finalmente, no exterior.

Nós nascemos na fazenda. Todos. Mas depois ele mudou para a cidade porque precisava botar a meninada na escola. Ele teve que mudar. Ele não teve escolha. Depois foi se formando no Colégio Nossa Senhora das Dores, colégio bom, minhas irmãs. Tem lá em Uberaba. Os meninos no Colégio Diocesano. Ginásio Diocesano. Os mais novos foram estudar fora. Minha irmã, meu irmão, que foi pra França, eu fui pros Estados Unidos.

<sup>49</sup> A noção de projeto parental refere-se ao conjunto das representações que os pais têm do futuro dos seus filhos. Ela comporta dois aspectos: de um lado, um fim a atingir; do outro, uma projeção, ou seja, o fato de atribuir ao outro o que está em si. Os pais têm projetos de futuro para o filho. Eles desejam que ele se conforme à imagem que nele projetam. Eles lhe propõem os fins a atingir, os objetivos de vida. Como elemento que “projeta” o filho, o projeto parental dá um impulso que condicionará sua trajetória posterior. Como elemento de projeção no filho, ele designa a perpetuação da relação dos pais com seu próprio futuro (Gaulejac, 2014, p.39-43)

Perguntemo-nos quais são os sentidos desses investimentos. Seus pais percebiam que algo mudava e que eram necessárias novas estratégias para se manter no topo? Seria, portanto, uma estratégia de classe? Nos perguntamos quais os significados do receio de Juarez em se tornar fazendeiro como seu pai. O que estava em curso no mundo social que o impulsionava no sentido de uma vida diferente daquela vivida por ele? Ao menos no que tange ao ofício e na forma de captação de recursos financeiros.

Ocorre o entrelaçamento de três instâncias vivenciais: o sujeito, a família e o social.

Relembremos que o olhar da sociologia clínica propõe um diálogo entre o mundo social e o mundo subjetivo. Neste sentido, o projeto parental refere-se não só ao conjunto de expectativas e projeções dos pais em relação aos filhos, dos desejos conscientes e inconscientes dos genitores sobre sua progenitura, mas também a “um *projeto social* portador das aspirações do meio familiar e cultural, aspirações condicionadas pelo contexto social que impede ou favorece sua realização” (Gaulejac, 2014, p.40).

São novos tempos. A vida no campo já não simboliza a glória que pode ter representado em outro momento. E mesmo que para a família de Juarez o campo fosse a fonte, e é importante frisar, muito bem-sucedida forma de captação de capital econômico, algo novo acontece de forma que novas exigências e aspirações se colocam. E, dentre elas, a da escolarização, da modernização, do progresso.

Para uma vida citadina, para se encaixar na modernidade que se insinua, é importante que Juarez aprenda algo novo, incorpore outros códigos de conduta. Seria a escola o lugar para essa incorporação? Seria a escola a maneira de o preparar para o progresso?

É válido notar aqui que mais importante do que simplesmente sustentar financeiramente a educação formal dos filhos, é o protagonismo conferido pelos pais e pelos próprios filhos a ela. Em outras palavras, a educação formal se torna um dos valores mais preciosos, um elemento de alto investimento, tanto do ponto de vista financeiro, quanto simbólico.

Recorremos mais uma vez a um trecho da obra de Verríssimo. Mais uma vez procurando evidenciar o “espírito” de um tempo, mas agora lançando luz sobre o movimento feito por famílias ricas no sentido de buscar proporcionar a seus filhos uma educação formal qualificada, com assento sobre a necessidade da obtenção do diploma universitário, correspondente ao título de bacharel.

Em meados da década de 20 várias mudanças eram já visíveis e audíveis no modo de vida tanto dos Campolargos como dos Vacarianos. No começo do século, membros das gerações mais novas dessas duas poderosas famílias tinham sido mandados estudar em Porto Alegre. Muitos voltaram para casa depois de terminado pelo menos o curso ginasial, e alguns obtiveram até diplomas de doutor em Direito, Medicina ou Engenharia, embora poucos deles chegassem a exercer essas profissões. Fosse como fosse, todos traziam para Antares uma visão mais larga do mundo e da vida, e uns poucos até poderiam ser considerados, se não intelectuais, pelo menos “intelectualizados” (1994, p.32).

Para além das especificidades próprias à família de Juarez, que passa por rápido e significativo processo de enriquecimento, portanto adquire condições econômicas para tal investimento, podemos nos perguntar à luz da história social do país como interpretar tal fato.

Lembremos que uma questão colocada entre os círculos dirigentes do Brasil ao longo do século XX foi a da “modernização” do país. A construção da cidade de Brasília, iniciada na década de cinquenta, esteve na esteira deste projeto. O entendimento era de que tínhamos um passado colonial, rural e escravocrata a ser superado. Precisávamos nos inserir em uma ordem econômica, social e política mundial que tinha como modelo países centrais da Europa, sobretudo a França (que serviu de exemplo por mais de século à elite brasileira) e a jovem nação na América do Norte, os Estados Unidos.

Havia o entendimento de que o Brasil ocupava uma posição atrasada em relação às nações centrais, europeias e estadunidense, e de que essa condição precisava ser superada. Em parte, esse entendimento se baseava em teorias, hoje entendidas como racistas, que ganham força principalmente durante a República Velha (1889-1930), e discutem a viabilidade de haver uma civilização nos trópicos. Alguns intelectuais preocupados em explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico, eram pessimistas quanto ao brasileiro, que é caracterizado como apático e indolente, e a nossa

vida intelectual, destituída de filosofia e ciência e marcada por um lirismo subjetivista e mórbido (Oliven, 2001, p. 5).

No plano da cultura temos a discussão sobre a formação da identidade nacional. Vemos que grupos dirigentes se debatem discutindo a formulação de modelos para organizar a nação e esse debate acaba inevitavelmente passando pela discussão do que é nacional (e portanto autêntico para uns, mas atrasado para outros) e o que é estrangeiro (e, portanto, espúrio para uns, mas moderno para outros).

No Brasil, a modernidade, frequentemente é vista como algo que vem de fora e que deve ou ser admirado e adotado, ou, ao contrário, considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo. A importação se dá por meio dos intelectuais que vão ao centro buscar as ideias e modelos lá vigentes, aclimatando-os num novo solo, que é a sociedade brasileira. A modernidade também se confunde com a ideia de contemporaneidade, uma vez que aderir a tudo que está em voga nos lugares adiantados é, muitas vezes, entendido como moderno (Oliven, 2001, p.3).

Se considerarmos o ano de nascimento de Juarez, 1930, percebemos que este coincide com o fim da Primeira República, cujo marco é justamente a Revolução de 1930, e a ascensão do governo de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Pensemos um pouco o que significa essa nova ordem social e as implicações que tem para o país e aqueles que nele vivem.

Como sabemos, o pacto político que leva Getúlio Vargas ao poder visava pôr um fim a uma sociedade dominada por oligarquias agrárias regionais que tinham como centro os estados de São Paulo e Minas Gerais. Processos gestados na República Velha contribuíram para a formação de um novo estado de coisas. Temos a criação de uma indústria de substituição de bens não-duráveis, o crescimento das cidades que eram capitais de mercados regionais, a crise do café, a crise do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias rurais e o surgimento de revoltas sociais e militares que começam na década de 20 e culminam com a Revolução de 1930 (idem, ibidem, p.7-8).

No governo Vargas, e nos anos que se seguem, cria-se um aparelho de Estado mais centralizado. O Estado passa a intervir de forma significativa na economia, ajudando a fazer com que parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias fosse usado para iniciar um



processo de industrialização. O Estado também passa a regulamentar as relações entre capital e trabalho, há a criação do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação. Este último cumpre papel fundamental na constituição da nacionalidade através da impressão de um conteúdo nacional à educação veiculada pelas escolas e da padronização do sistema educacional (Schwarcz; Starling, 2018, p. 393).

Os processos de industrialização e de urbanização marcam essa nova fase. Se a passagem para o regime republicano ficou registrada na memória coletiva e no senso comum histórico como uma transição sem grandes rompantes, quase como que uma espécie de continuação do que vigia na monarquia, com arranjo de forças e concentração de poderes nas mãos das oligarquias regionais rurais, a Revolução de 1930, diferentemente, representa uma ruptura. É um novo Brasil que se insinua. Um Brasil que se pretende moderno. E essa noção de modernidade passa por um afastamento da vida no campo e de seus símbolos. Em contraposição, representa também uma aproximação do que é urbano.

Cria-se assim uma oposição entre campo e cidade. A cidade simbolizando o futuro, o progresso, a modernidade. O campo, o país atrasado.

Temos o nacional-desenvolvimentismo, da era Vargas, e o desenvolvimentismo, do período do governo de Juscelino Kubitschek, como as grandes expressões desse Brasil que se transforma rapidamente. E mesmo que no ano de 1950 o país ainda concentrasse 70% de sua população no meio rural, a área urbana havia se tornado há tempos na principal aposta dos governos para a superação de nossa condição subdesenvolvida. A modernização devia passar pela urbanização.

Se em dada forma de organização econômica e social se tem o capital rural como o principal recurso a ser empregado pelos atores sociais na busca por colocação e reconhecimento social, em outro momento, frente a uma nova composição de acontecimentos e forças, outros bens se tornam preciosos e valorizados. Relembremos o medo de Juarez em não conseguir a aprovação no vestibular de engenharia e a enorme distância entre número de anos de estudos formais do pai e do filho. São novos tempos, e os desejos dos sujeitos sociais também se transformam.

Do ponto de vista de colocação social podemos compreender o alto investimento feito pela família em escolarização para os filhos como uma forma de conversão dos recursos que até então possuía.

Sabemos que o espaço social é um campo de forças onde ocorrem lutas pelas diferentes posições sociais. Ele é constituído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que atuam no universo social considerado. Quer dizer, propriedades que conferem ao detentor dessas, força ou poder neste universo. Os agentes sociais são definidos pelas posições relativas que ocupam no espaço social. As propriedades que atuam são também as que constroem o espaço. Elas são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos (Bourdieu, 2004, p.133-134).

O capital representa um poder sobre um campo num dado momento. É um controle sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, desse modo, sobre um conjunto de rendimentos e ganhos. As espécies de capital, assim como os trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. O capital pode existir num estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado (idem, ibdem, p.34).

A posição de um agente social ou conjunto de agentes no espaço social é definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles. Seja o capital econômico (nas suas diferentes formas), o capital cultural, o capital social e o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes formas de capital (idem, ibdem, p.35).

A forma de que se reveste em cada momento e em cada campo social a distribuição das diferentes espécies de capital, define o estado das relações de forças entre agentes sociais objetivamente definidos pela sua posição nessas relações. Esta posição determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam (idem, ibdem, p. 35) .

Quando falamos de conversão de capital, estamos nos referindo à adoção estratégica de novos recursos por parte dos atores sociais como forma de manutenção e/ou conquista de posição social. Assim podemos interpretar os investimentos feitos pela família de Juarez em títulos escolares. Seu sentido é municiar os sujeitos com recursos para que esses possam obter ganhos futuros em diferentes meios sociais.

Neste caso, juntamente com a ascensão econômica vivenciada pelos pais, foi necessário reverter as trajetórias dos filhos, de forma que estes obtivessem capital escolar e cultural, e assim pudessem se posicionar em esferas sociais nas quais esses bens fossem condições necessárias tanto para o acesso quanto para o êxito.

Tal fato se evidencia na trajetória de Juarez quando consideramos que seu título de bacharel em engenharia civil pôde ser investido na ampliação de relações sociais, no acesso a cargos de trabalho, na disputa política, na ampliação do capital simbólico e na legitimação de uma posição hierarquicamente dominante no espaço social. Lembremos que Juarez e sua família já possuíam uma posição de destaque na cidade de Uberaba devido ao acúmulo de capital econômico. O investimento em escolarização é mais um recurso que legitima sua posição já dominante.

No entanto, é importante estarmos atentos a alguns pontos específicos. O investimento em escolarização não se traduziu necessariamente na formação de um capital cultural marcado pelo refinamento quanto aos bens simbólicos, no sentido da incorporação de um *habitus* capaz de apreciar as ditas “grandes artes”. As preferências culturais de nosso entrevistado giram em torno daquilo que é produzido pela assim chamada indústria cultural. Responsável pela produção de bens em série e que atingem grande parte da sociedade. Sua principal preferência musical, por exemplo, é a música sertaneja (antiga).

Também dentre as motivações para o forte investimento escolar não podemos deixar de notar a ausência de preocupações quanto ao preparo, em termos de cidadania civil e política, que a escola poderia proporcionar. Como sabemos, vivemos em uma ordem social e política em que vige o sistema de governo democrático. Tal conjuntura exige o preparo

dos sujeitos sociais para que estes desenvolvam recursos para que possam não apenas compreender, como também serem capazes de se portar e participar dessa ordem. De maneira geral, ou ao menos teoricamente, a escola ocupa posição central na formação de cidadãos de um Estado-Nação.

Relembremos o livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001) de José Murilo de Carvalho. Neste o autor discorre sobre a construção da cidadania no Brasil tomando por guia o modelo lógico (primeiro, direitos civis, em seguida, direitos políticos, por fim, direitos sociais) de conquista e ampliação de direitos desenvolvido pelo estudioso britânico T. H. Marshall e publicado nos anos 1950. Num dos trechos de seu livro (2001, p.11), Carvalho nos mostra como a educação popular é aspecto central no processo de edificação da cidadania:

Há, no entanto, uma exceção na sequência de direitos, anotada pelo próprio Marshall. Trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu as pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

No caso de nosso entrevistado, a escolarização parece ter sido vivenciada enquanto um instrumento para colocação social em uma ordem social e econômica competitiva. Tanto no que tange à educação recebida por ele no meio familiar e escolar, quanto àquela que ele procurou proporcionar a seus filhos, não escutamos em um único momento menção à dimensão da formação dos sujeitos enquanto seres sociais, capazes de compreender e respeitar a dimensão democrática e republicana da sociedade.

Ao longo do processo de formação escolar e universitária, destacamos dois momentos específicos: a reprovação no vestibular e a faculdade de engenharia civil nos Estados Unidos.

Após o fracasso vivenciado no vestibular feito para o curso de engenharia eletrotécnica na Universidade Federal de Itajubá-MG, seu pai o aconselha a mudar de cidade, para que possa se concentrar mais fortemente nos estudos, evitando as distrações que as

amizades em Belo Horizonte poderiam representar. Juarez passa, então, a viver na casa de sua irmã mais velha na então capital do País, a cidade do Rio de Janeiro, para se preparar com professores particulares para o próximo vestibular que viria.

Neste período ele relata que estudava com um colega, oriundo de uma “família tradicional, conhecida lá de Uberaba”, que também morava no Rio de Janeiro. Os dois se preparavam juntos para o vestibular que viria.

O pai deste amigo era gerente no Rio de Janeiro da empresa aérea Aerovias Brasil (fundada em 1942 com capital estadunidense e brasileiro). A empresa necessitava de um novo gerente para o escritório em Miami (EUA), e o pai indica o próprio filho para o cargo. Este decide então abandonar a preparação para o vestibular no Brasil e frequentar o curso de engenharia civil na Universidade de Miami. Convida Juarez a fazer o mesmo. Ele aceita a proposta.

O entrevistado vive então cinco anos em Miami, cursando a faculdade e morando no alojamento da universidade, tendo seus estudos financiados por sua família:

O Banco do Brasil vendia o dólar mais barato para aqueles que queriam estudar fora. Não muito mais barato, mas tinha, né? Era mais do que a despesa que eu tinha no Rio, quase que dobrava. Aí eu fui, né? Ele me mandou uma carta, me mandou um cartão postal lá de Miami com uma moça de biquíni na praia. (...) O papai nos prestigiava nisso. O papai era muito econômico, mas na educação ele era excepcional. A minha irmã também viajou. Esse meu irmão morou... formou em medicina em Belo Horizonte, depois foi pra França, Espanha. Ficou lá uns três anos e depois veio.

Após a formatura na universidade americana, Juarez volta ao Brasil, para poder visitar a família e renovar seu visto de permanência naquele país. Sua intenção era retornar aos Estados Unidos, e trabalhar como engenheiro lá. Entretanto, em seu retorno ao Rio de Janeiro, ele é apresentado por um de seus colegas brasileiros, que estudou juntamente com ele na América do Norte, – filho de um dos mais importantes construtores de Brasília – a engenheiros da empresa americana que havia sido contratada para a construção da nova capital federal. Recebe então a proposta para ir para o interior do Brasil, para o “meio do mato”, conforme suas palavras, trabalhar como engenheiro na construção da cidade. Inicialmente desinteressado em assumir o cargo, relata que diante da insistência da irmã,

concorda em ouvir a proposta da empresa e, após negociação, aceita o trabalho mediante o recebimento de um alto salário:

Aí eu fui lá e eu cheguei lá na empresa e o cara me convenceu, entendeu? Falou assim: ‘Olha, vou te contar uma coisa, você vai pros Estados Unidos, lá não tem problema, pleno emprego, tudo bem. Mas, vai lá você é recém-formado, aí já viu, você é o último da fila. Eu tô te oferecendo aqui porque nós precisamos de um engenheiro aqui, ainda mais você que acabou de ser formado lá. Agora, se você vai pra lá pra aprender a trabalhar, eu te digo que nós somos trinta engenheiros e que vem pra aqui para construir Brasília em todas as áreas, né? Somos trinta americanos e nós vamos te ensinar porque nós vamos depender de você, porque você que fala português, que fala inglês’. Ele brincou: ‘você lá você vai ser o último, e aqui a gente tá te oferecendo pra ser o primeiro’. (...) Eu falei: ‘esse cara tá certo’. Acabei convencendo. Eu sabia que um recém-formado ganhava oito mil cruzeiros aqui, um recém-formado. O top, dezoito. Que era o Dr. x, que morreu aqui em Brasília, era o engenheiro chefe. Eu falei, ele chegou lá, falei: ‘qual é a proposta que o senhor me faz?’. Isso no escritório dele. Ele falou: ‘o que você quer ganhar?’. Eu falei: ‘oito mil eu não vou pedir, né? Um cara dos Estados Unidos, modéstia parte, onde sou engenheiro, falo inglês’. Cabeça levantada, levantando o peito, né? ‘Você me paga vinte mil?’ Eu fui muito acima da... Sabe o que ele me respondeu? ‘Você começa amanhã lá em Brasília’

As amizades cumprem papel central nos ganhos que nosso entrevistado obtém em diferentes momentos de sua trajetória. Elas permitem o acesso, “fazem a ponte” entre ele e instituições, lugares e cargos. É assim que toma conhecimento da universidade americana. Uma vez estando lá pôde ampliar ainda mais sua rede de relações, dentre elas a amizade com o filho do principal construtor da nova capital do Brasil. Este o apresenta aos engenheiros da empresa norte americana imbuída de erguer os prédios públicos da cidade. Juarez inicia sua vida laboral trabalhando nesta empresa e recebendo um altíssimo salário por isso.

Ele sente orgulho de si mesmo. Reconhece seu valor. Sabia que tinha uma formação destacada, sabia que sua presença enquanto engenheiro e tradutor era muito importante e aceita a função apenas mediante uma alta quantia. É importante notar que sua autoestima, seu autovalor, não se constrói apenas a partir de recursos internos, mas que se legitima por meio de uma série de elementos que são sociais: escolarização, uma formação universitária privilegiada, o trânsito por certos meios sociais. É diante desses elementos que Juarez se sente seguro para fazer a alta oferta que faz. Pôde barganhar com seu primeiro empregador. Teve opções, pôde escolher entre voltar para o Brasil ou continuar na América do Norte.

O entrevistado trabalhou na companhia americana até que terminasse de fazer as fundações metálicas das edificações do que seria a esplanada dos ministérios. Finda a tarefa, a empresa encerrou suas atividades no Brasil e rumou para uma nova empreitada, dessa vez na África, onde construiriam uma barragem. O entrevistado relata que foi convidado a seguir trabalhando, mas, a essa altura, havia decidido que gostaria de permanecer próximo à sua cidade natal e fundar sua própria “firma”.

Isso aí já era cinquenta e nove. Sessenta tinha que inaugurar a capital. Loucura! Trabalhava até meia noite todo dia. Mas era novo e aguentava. Ganhava dinheiro que você não imagina. Foi meu pé de meia para começar a minha vida. Eu não aguentava mais de serviço.

Juarez vivencia uma ascensão exponencial logo no início de sua vida produtiva. Ainda em seu primeiro emprego, ele consegue o montante necessário para criar sua primeira empresa. Esta, atuando fortemente nos acabamentos necessários para finalizar várias obras iniciadas na capital. Faz amplos contratos com o poder público. Temos aí um círculo virtuoso de aumento de recursos econômicos.

O período de construção da capital, e os anos que se seguiram, foram especiais para ele: o primeiro emprego, a criação de sua “firma”. A empresa foi fundada em parceria com o amigo, aquele mesmo que o convidou para cursar engenharia civil nos Estados Unidos, com quem Juarez dividiu o alojamento na universidade, e para quem, posteriormente, consegue um emprego na mesma companhia americana para a qual foi contratado. Ele conta com alegria deste período de sua história. Diz que se tornou reconhecido naquele ambiente, “todo mundo me conhecia”, e também se transformou em “valente”, “vitoriozinho”. Entretanto, relata também a tristeza que sente quando este mesmo amigo morre em acidente de carro pouco tempo após a inauguração da capital. Como se toda a satisfação, sucesso e alegria do período tivesse uma mancha, uma marca, trata-se da morte do amigo.

Que eu já não aguentava mais de serviço, que tinha um outro serviço. Instalações ali daqueles ministérios. Instalação elétrica, hidráulica, aquelas garagens. Tinha que terminar pra o Juscelino inaugurar a capital, senão não vinha. (...) Vinte um de abril o Juarez muito conhecido. Porque todo mundo me conhecia. Eu acho que um pouquinho da alegria, até do sucesso econômico, assim, que eu não tinha nada. Aí, eu virei valente, né? E vim. Até foi inaugurado, tudo bem. Eu não quis ir para o Egito com os americanos. Aí, aconteceu um lado triste. Dia vinte e um de abril de sessenta. Em julho... A gente tinha mania aqui de ir para Anápolis, rapaz novo, né? Fim de semana ia pra lá, tomar um uísque, uma alegria, solteiros. Mas aí já

meio vitoriosinhos, né? Ele (o amigo) num morre num desastre aí na estrada de Anápolis? (...) É história triste. De todo o sucesso, de alegria, aconteceu isso.

Importante perceber a forte identificação que se verifica do entrevistado com a construção da cidade. É como se tomasse para si o projeto, se sente imbuído daquilo. Sente orgulho da cidade que constrói. Juarez guarda em si essa empolgação. Sente-se pertencente a algo maior, a um projeto grandioso, por assim dizer, quando se refere à construção da cidade de Brasília. O presidente Juscelino Kubitschek era aquele que estava à frente, ele, e os demais, eram os executores.

A gente se orgulha de Brasília. Eu tenho orgulho de Brasília porque eu vejo aqui não o meu progresso, mas o progresso da cidade. Você cresce junto.

Hoje Brasília é a terceira cidade do país, entendeu? Eu me orgulho muito disso, porque eu cheguei aqui isso era mato. Cerrado. Nada. Zero. Tive que fazer uma casinha de madeira lá, um galpão pra morar. Hoje, somos em população a terceira cidade do país. São Paulo, Rio e Brasília, Salvador... Último censo agora... Terceira cidade. Falei: “Gente, eu ajudei a tirar essa cidade do cerrado e hoje estamos em terceiro lugar”. Brasília é realmente umas das melhores cidades desse país, não é não?

A empolgação de nosso entrevistado não era à toa. Havia um clima, um espírito, conforme mencionamos, que embalava muitos cidadãos brasileiros naquele momento da história do País. E Juarez fez parte disso. Esteve neste projeto. Ajudou a construir a cidade. Conheceu JK pessoalmente.

Vejamos o que significou o Plano de Metas, lançado por Kubitschek em 2 de fevereiro de 1956. Este foi o primeiro e mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao País. Atribuiu ao Estado a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, aprofundou o processo de industrialização e privilegiou o setor industrial de bens de consumo duráveis. O Plano de Metas definiu 31 objetivos com enfoque privilegiado em quatro pontos: setor de transportes, em especial o rodoviário, energia, indústria pesada e alimentos.

A seguir vemos um trecho do livro *Brasil: uma biografia* (2018), no qual as autoras, discorrendo sobre os significados do Plano de Metas, evidenciam o potencial que este teve no sentido de criar um espírito e unir as pessoas em torno do objetivo da modernização:



O estilo fazia diferença na hora de Kubitschek abordar problemas e conquistar a máxima simpatia de cada grupo social, mas não explica tudo. A outra parte do segredo de Juscelino está provavelmente no fato de que ele conseguiu transformar o Plano de Metas no projeto de um Brasil possível. Seu programa de governo dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse novo país chamava-se “desenvolvimentismo” e defendia a ideia de que nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que deveria se resolver pela industrialização e urbanização. A confiança que Juscelino depositou nesse projeto de Brasil foi contagiosa, e não é muito difícil entender por quê. O projeto de JK sustentava-se na crença de que a construção de uma nova sociedade dependia da vontade do Estado e do desejo coletivo de um povo que, enfim, teria encontrado seu lugar e destino (Schwarcz; Starling, 2018, p. 417).

Após o mandato de Juscelino (1956-1960), temos novas eleições presidenciais e Jânio Quadros assume a função. Este renuncia ao cargo em 25 de agosto de 1961, assumindo o então vice-presidente. João Goulart chega ao posto diante de muita controvérsia, e frente a condição da instituição do regime parlamentarista no País, que limitava os poderes presidenciais. Depois de um mandato marcado pela dificuldade em governar e pela tentativa malsucedida de implementar reformas de base, Jango é deposto em um golpe de Estado ocorrido em 21 de março de 1964. Como sabemos, temos a partir daí a sucessão de cinco presidentes militares e vinte e um anos de regime, com a suspensão de eleições diretas em todos os níveis e a modificação da constituição.

Sobre a deposição do presidente João Goulart, o entrevistado relata ter apoiado, pois considera que as coisas estavam caóticas no período e que os militares foram responsáveis por restabelecer a ordem.

Ah... tava aqui uma empresa, aparecia aquele bando de malandro aí, enrolados na bandeira brasileira: “Fecha, fecha, fecha! Pra que o presidente, para que o Jango desse a ele uma nova lei pra isso, pra aquilo, pra não sei o quê. Aí entendeu? Grupos reunidos aí. A cidade bagunçou, bagunçou. Os militares foram excelentes porque quando viram que a coisa ia virar uma baderna, acabar com o país, eles entraram.

Da fase da ditadura militar, Juarez nos dá poucas informações a respeito de sua trajetória. O que sabemos é que ele participava ativamente da Associação Comercial do Distrito Federal e que a cada ano buscou criar uma nova empresa. O que nos sugere que o período foi extremamente favorável a seus negócios.

E assim as coisas caminharam aí pra gente. Nessa luta todo ano eu tentava criar uma nova empresa, né?

Eu trabalhei muito com associação comercial. Eu sou um dos responsáveis pela representação política do Distrito Federal.

Quem mandava em Brasília... Não tinha representantes. Então os empresários se aglomeravam. Empresário pequeno, grande, todo mundo. Associação comercial tinha uma força. Uma força como tem a Câmara aqui.

O entrevistado diversifica seus negócios. Por um tempo abandona o ramo de construção e investe em outras atividades: representação em Brasília de grandes montadoras de automóveis, postos de combustíveis, indústria alimentícia. Atualmente seus negócios compreendem empresas em todas essas áreas e, também, uma incorporadora.

Os empreendimentos de Juarez crescem durante a temporada dos militares no poder. Conforme nos relata, nesta época, participou ativamente da Associação Comercial do Distrito Federal e buscou fundar uma nova empresa a cada ano. Apesar disso, em meados dos anos 1980, com o movimento pelas eleições diretas, passa a apoiar o fim do regime. Este momento também coincide com seu ingresso na política partidária.

Como nos conta, aproxima-se politicamente de Aureliano Chaves (político mineiro, vice-presidente no governo de João Figueiredo) e, juntamente com este e outros políticos, participa da Frente Liberal, que dará origem ao Partido da Frente Liberal.

Eu não te disse que a gente lutou contra o regime dos militares no final? Não no início. No início eu até bati palmas, na época do Geisel. Porque são, com sinceridade, homens muito honestos. Geisel... o primeiro presidente, que era o... como que chama?

Eu entrei na política porque nós queríamos mudar, eu fazia parte da associação. Olha, a gente que tá no trabalho, na luta, no dia a dia, tem companheiros, e se reúne, e vão conversar, vão falar, vão lá na associação. Um propõe uma coisa, outro propõe... Então você participa da vida da cidade. Eu sou muito conhecido aqui na cidade, muito, entendeu? Mas por quê? Porque eu sempre trabalhei em empresas, negócio de automóveis, deputado. No fim estou eu, lá na cabeça estou eu. Então isso me deu conhecimento e ser conhecido também.

Nós... Eu era da associação comercial. Fiquei amigo do dr. Aureliano e ele falou: "Juarez"! Aí eu emprestei um andar inteiro de um prédio que eu tenho ali no Setor Comercial, esse... o... a Frente Liberal, Movimento da Frente Liberal. Aí criamos o Partido da Frente Liberal. Aí queríamos, ao afastar o regime militar e fazer as eleições livres pro povo... As representações de Brasília, eu colaborei com tudo

isso, né? São certas coisas... Eu entrei na política pra ajudar o dr. Aureliano com honestidade, mas aí ele mandou: “Não, você também precisa se eleger”. “Mas dr. Aureliano eu não sou... Eu nunca fiz política”. “Não, mas pode deixar. Eu te oriento” (...) E foi assim que eu entrei na política. Ajudando Brasília. Criando aqui a honra.

Após o processo de redemocratização do país, nas primeiras eleições realizadas no Distrito Federal no ano de 1986, onde estiveram disponíveis três vagas para o Senado Federal, Juarez esteve na disputa. Figurou entre os primeiros colocados, mas não se elegeu. Após esse episódio, ele conta que sentiu seu orgulho ferido, e que tomou a decisão pessoal de concorrer novamente. Em 1994, elegeu-se deputado federal. Continuou a concorrer e se eleger nos pleitos seguintes, de forma que esteve na Câmara Federal por um total de dezoito anos.

Posteriormente, devido a um problema crônico de audição, o entrevistado encerra seus trabalhos na Câmara.

Atualmente, participa, de forma tangencial, da administração das empresas. Seus filhos assumiram os negócios da família quase que integralmente.

A fim de finalizarmos a análise da trajetória, resta perguntar a quem Juarez credita seu enriquecimento. A resposta é: ao trabalho. Seu e de sua família nuclear. Ao seu próprio mérito pessoal e ao de seus pais. Ignora, portanto, quaisquer facilidades estruturais que possa ter tido ao longo dessa trajetória.

Mas eu sempre procurei crescer, sempre procurei ocupar meu tempo. Eu nunca... eu não sou melhor do que ninguém. Apenas, eu acho que trabalhei com responsabilidade

Ele relata um percurso de mobilidade social. Conta para si mesmo e para a pesquisadora uma narrativa de ascensão. Quando questionado ao quem achava que se devia o sucesso econômico de seu pai, afirma:

Ao trabalho dele. Principalmente a ajuda que recebia da companheira. Por isso é que eu te digo... ele tinha que viajar... E a minha mãe era dura, criava tantos meninos e ainda ajudava os negócios do meu pai. Era gente simples. Eu sou de origem simples. Simples. Muito simples. Criado ali na luta no dia a dia. Tinha um pedacinho de terra aquilo foi comprando, foi aumentando, né? Meu pai viveu

bastante. Minha mãe também. Meu pai morreu com oitenta e quatro. Minha mãe, com cem. Mas muito ligados ao trabalho.

O trabalho duro é aquilo que justifica o acúmulo da riqueza.

Eu tenho a fábrica x aqui e mais de 2 mil funcionários lá. Tenho a construção. Muita construção. Acabamos de fazer esses prédios aí da frente e tenho nessa área de distribuição de combustível espalhado pela cidade. Eu tenho as fazendas. Tenho em Uberaba, tenho fazenda aqui, tenho uma porção de fazenda. Mas eu não te conto isso como riqueza minha não, entendeu? Eu acho que tem que trabalhar, e se você trabalha corretamente o trabalho gera resultados. Porque se você trabalhar e ser um louco também não adianta, né? Se Deus dá à pessoa uma vida mais longa e se você tá trabalhando, aquilo acumula um pouco, né? Hoje eu não penso mais em negócio de dinheiro, não que eu não queira, se você me perguntar se eu queria ganhar o prêmio de fim de ano da loteria eu vou dizer que sim, mas isso não me entusiasma mais. Hoje me entusiasma muito isso aí, cheio de retrato pra todo lado. A minha família. Eu sou muito família, muito. Entendeu?

E quanto às desigualdades existentes, o que as legitimariam? Sua resposta é: diante do peso que é produzir riquezas, “fazer o progresso”, uns carregam um fardo maior, outros, um menor. Simples assim.

Eu digo isso muito a esses companheiros: ‘gente, vamos fazer o progresso, porque aí nós podemos melhorar nossa condição’. Você me desculpe a expressão, aliás, não vou usá-la não porque você tá gravando... O que eu quero dizer é que eu não sou explorador da empresa. A empresa é uma entidade e nós todos fazemos com que ela melhore em benefício de tudo. Dos companheiros, meus... Há uma graduação aqui dentro, né? Então como eu te dizia, aquele que trabalha... os meus eu te garanto que estão vivendo muito bem. Mas eles trabalham, eles buscam e não são contra a empresa não. Não são revoltados como prega o senhor Lula. Eles ajudam. Todos! É como se fosse um andor. Todos carregando, né? O andor da empresa. Uns carregam mais, outros menos. Agora, aquele que se acomoda com a pobreza, com as necessidades, que fica esperando um prato de sopa, eu não torço muito pra ele não. Entendeu? Não porque eu sou contra o pobre. Eu sou muito a favor, mas se ele não quer trabalhar, não quer ajudar a carregar o peso que todos nós carregamos... (...) Então, eu encaro a vida com uma certa rigidez, com certa responsabilidade. Esse povo que vive mentindo, que larga a vida, que vai viver de tóxico aí pela rua... aí não me sensibilizam muito não.

A pobreza, enfim, seria um problema de natureza individual. Consequência particular daquele que não se esforçou por meio do trabalho duro.

Porque acho que muita pobreza é culpa daquele que não trabalhou, que não trabalha, que não se prepara, que não tenta melhorar o que está fazendo (...) eu acho que a gente tem que amparar o pobre sim, tem, é obrigação nossa. Mas não aquele que não trabalha. Isso tá tudo errado no nosso país.

#### 4.4 Análise da trajetória de Joaquim

Joaquim nasceu no município de Bom Despacho, em Minas Gerais, no ano de 1954. Filho de pai produtor rural e mãe dona de casa, fez parte de uma fratria de 3 irmãos. Sendo o filho do meio.

Seu nascimento e os anos iniciais de sua vida foram na propriedade rural de seu pai. Joaquim nos dá poucos detalhes sobre sua infância, a convivência com seus genitores e irmãos, empregados, etc. Mesmo diante da insistência da pesquisadora para que discorra mais a respeito do assunto, ele se coloca de maneira bastante reservada, evitando ou mesmo fugindo de indagações a respeito de sua família de origem e sua vida privada.

É na fazenda dos pais que se inicia sua escolarização. Sua mãe contrata uma professora para que esta possa apresentar as letras e os números aos meninos.

É muito normal no interior você tem, naquela época que eu era criança, você tinha uma dificuldade de escola. Lá na fazenda minha mãe contratou uma professora, eu me lembro dessa professora, se chamava Maria Luiza. E dava aula pra mim, pro meu irmão mais velho e pro meu irmão mais novo

Algum tempo depois, sua mãe toma uma nova decisão, afirma que é chegada a hora de os filhos frequentarem a escola. E, assim, a família muda-se para a cidade.

Quando eu, não sei quantos anos, devia tá com seis pra sete anos, aí minha mãe falou: 'agora os meninos têm que ir pra cidade estudar'. Aí nós mudamos pra cidade. E aí eu fiquei uns cinco anos, mas eu queria ir para Belo Horizonte. Não sabia explicar a razão, mas Bom Despacho é uma cidade pequena. E eu imaginava Belo Horizonte. A gente ia pra Belo Horizonte. Não com regularidade, mas... Demorava-se bastante, mas ia. E eu achava aquela cidade interessante, com luzes e tal.

Em certa ocasião, seu avô materno, dono de uma empresa de transporte urbano em Belo Horizonte, visita sua família no interior do estado. Quando de seu retorno para capital, o menino Joaquim, então com doze anos de idade, decide partir com ele.

Ao ser questionado se sente que teve algum incentivo de sua família para essa mudança, ele afirma que não. Atribuindo a si mesmo, ainda que fosse um menino, sua decisão.

Joaquim: Foi em 1967, 66, que eu mudei pra Belo Horizonte. Fui sozinho.

Carolina: Mas foi com incentivo deles, ou...?

Joaquim: Não, foi uma decisão minha mesmo, própria.

De acordo com seu relato, a mudança para Belo Horizonte se deve ao fato dele ter a percepção de que não haveria boas perspectivas profissionais para ele em sua cidade de origem.

Difícil imaginar que uma pessoa em tão tenra idade tenha tal percepção a respeito do mercado de trabalho, expectativas profissionais, etc. Mas é assim que Joaquim narra essa grande e decisiva mudança em sua vida. Talvez tenha contribuído para sua iniciativa a situação vivida pela família na década de 1960. Sua trajetória é atravessada pela história política do Brasil.

Conforme nos relata, após o golpe civil-militar de 1964, seu pai passa a sofrer perseguição política, chegando ao estado de falência de seus negócios. É nesse contexto que o entrevistado inicia sua vida laboral, justificando sua inserção em uma empreiteira, aos catorze anos de idade, devido à bancarrota dos negócios da família. Esta construtora era de propriedade de seu tio paterno e Joaquim inicia suas atividades como office boy.

Meu pai era fazendeiro, comprava, vendia. Meu pai ficou doente. Na época da Revolução de 1964, ele teve alguns problemas políticos, e veio, os negócios deram tudo errado, aí nós tivemos que começar a trabalhar cedo. Então, foi por isso que eu iniciei aos catorze anos a minha atividade.

A empresa era do meu tio, irmão do meu pai. Eu um dia o procurei, falei que estava precisando trabalhar, e ele então me recomendou: 'então você faz um curso de datilografia, quando você terminar o curso, tiver um bom datilógrafo, você me procura'. E aí eu fiz um curso de datilografia, à época não existia computador, concluí o curso e fui trabalhar. Estudava de manhã e trabalhava à tarde. (...) E aí o meu primeiro salário foi meio salário mínimo. Eu cheguei na casa do meu avô muito revoltado porque eu recebi meio salário mínimo, achei um absurdo, e fui falar com meu avô, falei: 'olha, eu não volto pra trabalhar nunca mais, trabalhei o mês inteiro e ganhei meio salário mínimo' E ele... o meu tio chamava Pedro, já falecido, e o meu avô falou: 'mas o Pedro te pagou? Você que deveria pagar pra

ele pra aprender. Você vai aprender e ainda quer receber? Ele foi muito generoso com você'. Me deu uma bronca. Eu voltei pra trabalhar e fiquei vinte e dois anos.

Os vinte e dois anos de serviços na empreiteira do tio lhe renderam sucesso. Conforme revela, iniciou como office boy, tendo ascendido, ao longo do tempo, para auxiliar de escritório, encarregado pelo escritório, superintendente e, finalmente, sócio. Joaquim conta com orgulho que aos vinte e quatro anos de idade já havia construído uma casa confortável e comprado um carro.

Eu já trabalhava desde os catorze, eu já tinha uma condição de trabalho, eu já tinha carro, tinha tudo lá. Mesmo com vinte e quatro anos eu fiz uma casa pra mim.

Podemos notar que sua atividade laboral se inicia em uma construtora pertencente à sua família. Vamos ver mais à frente que uma segunda experiência profissional também se dá em empreiteira de propriedade de familiares seus. No entanto, por ora, continuamos tentando organizar a história de Joaquim a partir de uma ordem cronológica de acontecimentos. Retomemos o momento decisivo, acontecido na infância, da falência financeira de sua família nuclear. Essa experiência marca de maneira decisiva sua vida.

Conforme relata, após o golpe de Estado de 1964 seu pai sofre perseguição política e os negócios “começam a dar tudo errado”.

Ele era oposição aos regimes, aos militares, ele era um pouco socialista. Isso gerou problemas, os negócios dele não tiveram sucesso, perdeu-se tudo. Aí, nós ficamos numa situação de extrema dificuldade.

A falência dos negócios do pai causa enorme desagregação familiar e Joaquim relata o episódio com acentuada mágoa.

Minha mãe teve que trabalhar aos quarenta anos de idade como secretária na Santa Casa de Misericórdia lá em Belo Horizonte. Ela era dona de casa, nunca tinha trabalhado, como teve esses reveses, problemas financeiros e quebrou, ele (o pai) acabou as atividades todas, nós tivemos que trabalhar muito cedo. Então uma das grandes preocupações minhas foi dar aos meus filhos toda condição de estudo, de educação, de saúde, de apoio em todos os níveis, pra que eles não tivessem que passar pelos perrenges que nós tivemos que passar.

Temos, portanto, a informação de que seu pai foi perseguido pelo grupo político que toma o poder a partir de março de 1964. No entanto, temos aqui também se não uma

contradição ao menos algo curioso acontecendo em relação aos sentimentos do entrevistado frente a esse episódio da história do Brasil que atinge frontalmente sua história de vida. É curioso notar que ele nomeia o acontecimento histórico em que o presidente João Goulart é retirado do poder, no dia 31 de março de 1964, como “Revolução de 1964”. Tratamos esse fato por curioso porque ao nomear o Golpe de 64 como “Revolução de 64”, o entrevistado torna evidente sua posição político-ideológica, que diferentemente do que se poderia à princípio pensar, se coloca como partidária daqueles que perseguiram e levaram seu pai à falência.

Em outro momento da entrevista ele dá a seguinte declaração a respeito do pai, suas alianças políticas e a posição dele, Joaquim, frente a tais afiliações:

Ele era ligado à Brizola. Brizola era um cara que fazia um discurso muito bonito, mas era um incendiário. E acabou botando fogo no país, fez uma confusão dos diabos. E à época fez muita confusão, PTB. Isso aí vem do Getúlio. Getúlio, considerado o pai dos pobres, foi um ditador terrível pro Brasil. Eu li tudo os quinze anos da ditadura do Getúlio, eu li bastante biografias sobre o Getúlio. Muito inteligente, muito. Mas extremamente autoritário e centralizador. Teve uma ditadura ferrenha no país. Ajudou o trabalhador? Sim, mas todo caudilho deixa sequelas terríveis.

E mais uma, dessa vez elogiosa, a respeito dos militares, setor da sociedade brasileira que ocupou posição central na deposição de João Goulart:

Então quando eu fico analisando a Revolução de 64 trouxe problemas de toda natureza, toda ordem, inclusive os que eu citei aí pra minha família e tal. Mas os militares são nacionalistas e planejadores.

Ou seja, o pai era ligado a um sujeito contraditório, alguém cujo discurso era “muito bonito”, mas as atitudes, “incendiárias”. Mas o que, nesse caso, ele quer dizer com a expressão “muito bonito”? Tratar-se-ia de uma referência a um discurso que exaltasse a igualdade econômica, a justiça social e a democracia? Mas que para Joaquim não passava de algo da boca para fora, pois para ele, na prática, Brizola era um líder radical de esquerda, que preferia ver as coisas pegarem fogo a construir uma sociedade em bases mais igualitárias.



Tentemos compreender brevemente a complexidade da situação vivida no país no nos anos 1960. Para isso vamos retornar ao início da Nova República nos anos 1930.

A Revolução de 1930 coloca fim a um equilíbrio político que fragmentava a distribuição do poder entre o governo federal e as elites regionais. Neste arranjo o presidente da República indicava o candidato oficial e esse era o nome que receberia o apoio integral dos grupos de detentores de poder em todas as unidades da federação. Em tal contexto, a sucessão presidencial se tratava de um ritual de passagem do poder que incluía alguma dose de instabilidade política e contemplava um ajuste entre Minas Gerais e São Paulo. A Revolução de Trinta não tem importância pelo movimento em si, que sequer adquiriu grandes proporções, mas pelas consequências que ela produz, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformam radicalmente a história do país.

A possibilidade de sua emergência nos anos 1930 nos permite ainda extrair significados sobre as transformações que o país vinha vivendo desde o começo do século XX: urbanização, modernização, industrialização. Quer dizer, o arranjo político que vigia na Primeira República não cabia mais na sociedade que se insinuava. Temos a partir daí a entrada de novos atores na política nacional: os tenentes (do movimento tenentista), os setores médios, os trabalhadores urbanos.

Com a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, Getúlio Vargas assume o poder. No entanto, ainda que os revolucionários propusessem refundar a República sob novas bases e tenham instituído um amplo programa de reformas, as grandes forças políticas responsáveis por sua institucionalização não tinham origem nem vocação democrática. Lembremos que Vargas era filho da oligarquia gaúcha, e seu governo veio a se desenrolar a partir de uma faceta forte e centralizadora, inclusive com um período de sete anos de ditadura.

De todo modo, as reformas vieram e as principais delas foram a Legislação Trabalhista e o Código Eleitoral. No que tange à política trabalhista, instituiu-se a jornada de oito horas, a carteira de trabalho, o direito a pensões e à aposentadoria, lei de férias, a

regulação do trabalho da mulher e do menor. Mas também houve repressão a todo e qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado, em especial à atuação dos comunistas, a liquidação do sindicalismo autônomo e a exclusão do acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho.

Com o Estado Novo temos o início de um efetivo projeto de modernização da sociedade brasileira. Em sua natureza autoritária e pragmática o Estado estimula ativamente o desenvolvimento industrial através de política econômica (fiscal, industrial, cambial) e o investimento na criação da infraestrutura básica de transportes, energia, siderurgia e serviços públicos. A associação entre a conjuntura internacional (crise econômica de 1929), que leva o Brasil ao processo de substituição de importações, e a intervenção governamental, que possibilita durante a crise a manutenção do poder de compra interno, proporciona a formação do parque industrial brasileiro (Souza, 2006, p.48-49).

Temos, portanto, após a Revolução de Trinta fortes mudanças no País. Getúlio Vargas fica ao todo quinze anos no poder, de 1930 a 1945. Mais à frente, em 1950, ele volta, só que dessa vez eleito a partir de eleição regular. Nos quinze anos de seu primeiro mandato, os últimos sete foram uma ditadura, que conseguiu se sustentar graças ao apoio das Forças Armadas, em especial o Exército, que a essa altura já havia se tornado uma instituição moderna, com armas, equipamentos e tropas condizentes. O Exército Brasileiro tornara-se na primeira metade do século XX qualitativamente diferente, um elemento dinâmico do Estado e, em termos políticos, muito mais atuante. Transforma-se em uma força autônoma, intervencionista, convicta de ser a única em condições de formar uma elite bem treinada, com visão nacional e preparada para atuar na cena política (Schwarcz; Starling, 2018, p.387). São as Forças Armadas que constroem Getúlio a chamar eleições em 1945, pondo fim ao seu primeiro governo.

A principal marca que a passagem de Getúlio Vargas pelo poder deixa é o projeto político conhecido por trabalhismo. Este projeto “identificava na questão social o grande problema das massas trabalhadoras no Brasil, entendia que a solução para essa questão exigia a intervenção do Estado, e enxergava na legislação social introduzida nos anos 1930

a base de um amplo programa de reformas que se propunha a oferecer proteção legal ao trabalhador” (idem, ibidem, p.394).

Associado ao trabalhismo existiu o movimento getulista, que personificava o projeto trabalhista na figura de Vargas, em sua capacidade de reconhecer o esforço do trabalhador e na disposição de seu governo de velar pelo bem-estar dos brasileiros, protegendo e amparando os assalariados e os setores mais pobres da população.

É a essa figura paternal ambígua, autoritária e generosa, que nosso entrevistado se refere quando trata Getúlio Vargas por caudilho: “ajudou o trabalhador? Sim. Mas todo caudilho deixa sequelas terríveis”, diz ele.

Ao sair do poder, Vargas deixa como herança dois partidos políticos: PSD e PTB.

O Partido Social Democrático surgiu para capitalizar os efeitos de quinze anos de controle político dos interventores em cada unidade da federação, ativar para dentro da estrutura partidária as benesses da máquina administrativa estadual e operar a capacidade dessa máquina de se ramificar pelo interior do estado até atingir o eleitorado dos municípios (ibidem, idem, p.393).

Entretanto, foi no Partido Trabalhista Brasileiro onde se assentou o que havia de específico no projeto político de Vargas. O cerne do partido vinha dos sindicatos filiados ao Estado Novo e do funcionalismo público que integrava a burocracia do Ministério do Trabalho. Entre 1945 e 1964, o PTB investiu numa aproximação com o socialismo de cunho democrático, contrapôs seu projeto sempre que possível às pretensões de crescimento dos comunistas entre os trabalhadores, e viu sua representação no congresso aumentar até o ponto de disputar com o PSD o posto de maior partido nacional. Também introduziu um conjunto de novas lideranças vocacionadas para a disputa política e com grande disposição para o debate parlamentar. Dentre eles, João Goulart e Leonel Brizola. O primeiro, o herdeiro escolhido por Vargas. O segundo, o líder trabalhista que assumiu e radicalizou o legado getulista (idem, ibidem, p. 394).

Foi à Brizola e ao PTB, fundado por Getúlio, que o pai de Joaquim se encontrava filiado politicamente no ano de 1964. Foram nestas circunstâncias que ocorreu a perseguição aos negócios do pai, seu adoecimento e sua falência. O conflito que releva a dupla e contraditória exigência que, por um lado, solicita do sujeito Joaquim que ame seu pai por este ser seu genitor, por outro, sobrepõe a realidade de seus sentimentos que parecem também odiá-lo por sua predileção ao trabalhismo varguista e as consequências que isto traz para ele e sua família.

Vejamos que, no que tange à trajetória de vida, a experiência vivida pelo entrevistado na infância fundamenta as projeções que ele faz para o futuro quanto às condições de vida que buscou proporcionar a seus filhos. Retomemos a frase:

Então uma das grandes preocupações minhas foi dar aos meus filhos toda condição de estudo, de educação, de saúde, de apoio em todos os níveis, pra que eles não tivessem que passar pelos perrenges que nós tivemos que passar

Joaquim se sentiu desamparado por sua família nuclear quanto à capacidade de proporcionar a ele condições objetivas para a efetivação de uma vida próspera. Sentiu-se solitário na empreitada de iniciar a vida adulta. É devido ao contexto de “perrenges”, entendidos enquanto dificuldades financeiras vivenciadas pelo pai provedor, que atribui a necessidade de iniciar sua atividade laboral aos catorze anos de idade.

Ainda assim, ele segue em frente e mesmo que sua família nuclear não tenha tido condições de o apoiar conforme ele gostaria, outros familiares tiveram e o fizeram. Por exemplo, o avô materno, que o recebe em Belo Horizonte, e o tio, irmão de seu pai, que proporciona o primeiro emprego.

Conforme apontamos, a primeira inserção profissional se dá em empreiteira de propriedade de um tio, irmão de seu pai. O laço de parentesco funciona enquanto “porta de entrada”, um facilitador para acesso à empresa.

De qualquer forma, faz-se notar que Joaquim era sobrinho do proprietário da empresa, e não filho. Portanto, nunca ocupou a posição de herdeiro direto do patrimônio. Ressaltamos esse fato porque podemos supor que, caso se tratasse de filho, talvez a inserção

não se desse a partir de cargo de tão baixa qualificação como o de office boy, ocupado inicialmente pelo entrevistado.

Ao que consta, a construtora foi de médio ou grande porte, com negócios em Minas Gerais e Goiás.

Joaquim trabalha no negócio por vinte e dois anos. E, ao final, torna-se sócio.

Eu fui de office boy... vou ter que pegar a minha carteira de trabalho e te mostrar. Mas eu fui de office boy a auxiliar de escritório, depois eu fui o encarregado pelo escritório, depois eu fui pra superintendente, e depois eu fui sócio. Um sócio minoritário, mas era sócio.

No período em que foi funcionário na empresa do tio, da qual posteriormente torna-se também proprietário, faz a formação secundária e universitária. Forma-se bacharel em Administração de empresas e Direito. O segundo, tendo sido cursado tardiamente.

O entrevistado conta que a escolha por tais formações se deve ao fato de considerar que essas faculdades seriam úteis para o desempenho das atividades no negócio onde trabalhava. Vale notar que os cursos não foram realizados em universidades de renome, reconhecidas pela excelência acadêmica, e sim em instituições onde o ensino tem caráter mais instrumental e profissionalizante.

Convém aqui retomar a distinção feita por Carlos Benedito Martins na obra *Ensino pago* (1988) entre dois tipos de instituições de ensino superior. O primeiro, abrangeria aquelas que operam com normas propriamente culturais, que, no limite, funcionariam longe das pressões do mercado. Em seu interior se elaborariam e se estabeleceriam as regras de seus pares. Desenvolveriam um saber aprofundado e caracterizar-se-iam por serem centros de excelência acadêmica. O segundo tipo, seria representado por aquelas instituições que visam grande rentabilidade e, como consequência, a extensão máxima de seu público. Dessa forma, acabariam por produzir um tipo de mercadoria – a educação – que se adequaria aos mais variados interesses, a fim de responder às expectativas de seu público em detrimento da produção de um saber original. A informação prática e o saber imediatista e instrumental seriam as principais características desse tipo de instituição.

O autor procura demonstrar que o aumento do número de instituições de ensino superior no Brasil, a partir da década de 1960, veio responder à pressão de uma classe média que se sentia excluída do sistema vestibular vigente na época. A pressão de um segmento da população por mais vagas nas universidades e a necessidade de oferecer quadros qualificados para setores da economia brasileira, contribuíram para a expansão da rede de ensino superior promovido pela iniciativa privada. Destinadas ao grupo dos setores médios excluídos, essas instituições de ensino superior acabaram por responder às demandas daqueles que não conseguiram ingressar nas melhores universidades (Setton apud Martins, 2004, p.46-47).

Joaquim, uma vez inserido no mercado e em franco processo de ascensão profissional, opta por fazer sua formação em instituição que o municiasse com recursos orientados para resolução de situações práticas vivenciadas no ambiente de trabalho.

Conforme relatado, ele afirma ter escolhido os cursos universitários que frequentou devido à analogia que acreditava que estes possuíam com os conteúdos que habitavam o cotidiano de sua atividade laboral.

É... já estava, é... já gostava muito de papel. Eu já estava muito ligado no meu dia-a-dia à minha atividade, e...

Quando questionamos se considera que teve algum incentivo da empresa para fazer sua formação. Ele responde que não, creditando unicamente a seu próprio esforço pessoal a empreitada de formação universitária e obtenção dos diplomas de bacharel.

Só incentivo meu de dedicação, de necessidade. Eu me incentivo. Eu precisava. A única forma de você ter uma ascensão é ter uma melhor formação. Não existe como, se você não estiver preparado pra enfrentar mercado competitivo que nós vivemos, as suas possibilidades ficarão bastante restritas

Podemos supor que ao fazer a formação universitária, Joaquim estava preocupado com a competição interempresarial e a ascensão profissional na construtora em que trabalhava.

O entrevistado não fez pós-graduação e relata com pesar a impossibilidade de ter se dedicado mais aos estudos.

É... eu tive que dedicar muito do meu tempo ao trabalho. O que foi extremamente positivo e gratificante. Eu gostaria de ter estudado mais, eu adoro muito ler, eu leio muita biografia

Uma parte da trajetória escolar e toda a trajetória universitária é feita concomitante à atividade laboral. Podemos perceber aqui um sujeito atravessado por exigências contraditórias. Por um lado, o desejo de dedicar mais de seu tempo aos estudos, por outro, a necessidade de trabalho para prover o sustento econômico e amparar o desejo de promoção profissional e social.

Temos aqui, também, uma peculiaridade própria ao momento econômico vivido no Brasil e no mundo ocidental nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial que possibilitou ao nosso entrevistado o desempenho das duas atividades concomitantemente. Ainda que o Brasil, em comparação a alguns países europeus, nunca tenha implementado por completo os sistemas de cidadania social – que, dentre outras coisas, presavam pelo pleno emprego para população economicamente ativa – ainda assim, foi possível gozar no País de ampla oferta de trabalho, e, para alguns, desempenhá-lo concomitante à trajetória educacional que, acima de tudo, presava pela qualificação profissional para fins de competição no mercado.

Em momento posterior, dado o nível de competitividade que passa a vigorar na economia mundial e as reformas liberais que trazem como consequência o enxugamento dos postos de emprego, torna-se mais e mais comum que estratos sociais mais abastados tendam a concentrar esforços para que seus membros permaneçam um maior período de tempo unicamente se preparando em instituições de ensino, com vistas a aumentar sua qualificação. Os municiando, assim, com recursos que proporcionem melhores chances de sucesso em meio à ampla competição pelos escassos postos no mercado de trabalho.

Joaquim orgulha-se em afirmar que trabalhou e estudou ao mesmo tempo. Enfatiza que fez a formação universitária no contra turno ao horário de trabalho.

Eu fiz todos os cursos superiores à noite

Elemento central em sua trajetória de vida é o extremo envolvimento e identificação com o trabalho.

Pois é, anteontem eu fiz cinquenta anos de trabalho. Olha, que data maravilhosa! Pena que eu estava trabalhando em São Paulo. Mas no dia 18 março de 1968 eu iniciei, foi meu primeiro dia de trabalho

Alguns valores se revelam na fala de Joaquim. Eles emergem, por vezes misturados uns aos outros, mutuamente imbricados e/ou em relações de causa e consequência.

A atividade laboral é perpassada por forte valoração moral. O ócio é condenado, o trabalho árduo, exaltado. Colocado como uma atividade prazerosa, além de um dever cívico e moral. O esforço pessoal assume posição central e justifica a mobilidade profissional e social ascendente. Qualidades como perseverança, tenacidade, vontade de vencer, ambição é o que ampara seu sucesso.

Mas assim, eu sempre tive em mente que eu só teria condições de ter um crescimento, seja em todos os seguimentos, com determinação, com planejamento e com muita vontade. Então, pra quem começou a vida como *office boy*, eu sou muito grato ao Criador, ele foi muito generoso comigo. Agora, eu tenho cinquenta anos de trabalho e não penso em parar de trabalhar nunca. Então, a gente tem uma visão um pouco diferente do que as pessoas...

Mas, é, eu... eu tenho, assim, foi muito bom todo esse trabalho todos esses, digamos, percalços. Eles te fazem ficar mais determinado, mais forte, mais preparado para enfrentar as adversidades. Não tenha dúvida nenhuma que isso tudo é extremamente positivo

Ao relatar o dia do nascimento de seu filho primogênito, ele conta que se sentia tão cansado, devido à dupla jornada de trabalho e estudo, que solicitou da esposa, em tom de brincadeira, que adiasse o nascimento do menino.

Eu não tive tempo de fazer pós-graduação. Eu até gostaria muito de ter feito. Mas imagina bem, quando eu fiz o meu curso de direito, o Vinícius, no dia em que nasceu, eu cheguei em casa às onze e meia da noite lá da faculdade e ele nasceu à uma e meia da manhã, duas horas. E a Helena, minha esposa: “Olha, o menino vai nascer”. E eu: “Não, calma... Ai, tô muito cansado”.

Joaquim credita unicamente a seu desejo de vencer a ascensão social vivenciada em sua trajetória. Quando o interpelamos sobre sua origem social abastada, comentando sobre



o status do avô materno, proprietário de uma empresa de transporte urbano na cidade de Belo Horizonte, relacionando-a a oportunidades que possam o ter beneficiado na história de mobilidade ascendente, ele diz:

Mas as oportunidades que eu tive sempre foram oportunidades que sempre, digamos, estiveram atreladas ao meu esforço, à minha dedicação. À minha vontade de vencer. E conforme eu te falei, meu pai teve problemas políticos.

As palavras de Joaquim revelam um sujeito que acredita fortemente na potência do esforço pessoal. Sua postura não parece ser um caso isolado.

Em trabalho intitulado *Rotary Club: Habitus, Estilo de Vida e Sociabilidade* (2004), a socióloga Maria da Graça Setton, a partir de ampla pesquisa realizada com empresários de um segmento de elite de camadas médias, associados ao Rotary Club Internacional da cidade de São Paulo (Brasil), demonstra a forte presença na vivência destes da extrema identificação com o trabalho. Mais do que isso, a atividade laboral aparece em suas narrativas figurada enquanto dever moral, assim como aquilo que explica sua mobilidade social ascendente:

De maneira geral, a vida do rotariano médio apresenta-se metódica, sem grandes distrações. Ou seja, além do trabalho e da família, poucos lazeres. O trabalho, no entanto, na vida do rotariano ocupa espaço de destaque. Não que ele assim o declare abertamente, mas os dados de pesquisa assim o demonstram. A dedicação e o apreço que revelam ter com a atividade profissional às vezes nos lembram as considerações de Weber a respeito da ética protestante. Trabalham mais de dez horas por dia e não reclamam por isso. Em geral, declaram estar satisfeitos com seu estilo de vida, porque se sentem realizados pessoal e profissionalmente. O trabalho e a família não parecem trazer nenhum desgosto, apenas satisfação (2004, p.50).

Mais do que isso, a socióloga demonstra que o envolvimento dos sujeitos de pesquisa com o trabalho e sua escolha profissional pode ser entendida também “como um conjunto de regras estratégicas de manutenção de posições sociais” (2004, p.56). A vocação para o trabalho é fruto de um longo e árduo processo de educação. Reflete uma particularidade mental e espiritual adquirida exteriormente, especialmente por um tipo de educação inculcada nos ambientes familiares, um *ethos* ou um *habitus* de classe. O conjunto de estratégias de manutenção não se refere unicamente a uma prática consciente dos sujeitos sociais, ele é também o produto de um senso prático, de um jogo social particular, historicamente definido. O bom jogador é aquele que faz a todo instante o que deve ser feito,

aquilo que o jogo social demanda e exige, é aquele que incorporou as regras do jogo de forma tão espontânea e absoluta que tal habilidade aparece em forma de dom e qualidade pessoal. O bom jogador é o portador de um *habitus*, de um conjunto de regras úteis e práticas, de senso de estratégia para se manter no jogo social. A escolha profissional, portanto, é o resultado de um *habitus*, de um processo de inculcação do jogo do possível e do impossível.

A mudança para a cidade de Brasília, no ano de 1980, se dá no contexto de atividades desempenhadas pela empreiteira do tio. Na ocasião, havia sido implementado no País o chamado Programa Nacional do Álcool, iniciativa do Estado brasileiro, no contexto da crise mundial do petróleo da década de 1970, para a substituição da gasolina por combustível etanol. Neste episódio, o governo oferecia incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo das taxas de mercado para produtores de cana-de-açúcar, para indústrias automobilísticas que produzissem carros à álcool e para refinarias do produto. A construtora, na qual Joaquim trabalhava, decide construir e implementar uma refinaria de álcool no interior do estado de Goiás. Para tanto, ele é designado a estar à frente do projeto e ocupar um lugar no escritório da empresa em Brasília. É assim que se muda de Belo Horizonte para a capital do País.

Então, a mudança pra mim pra Brasília, se eu soubesse a dimensão da mudança, eu não teria mudado. Mas, por outro lado, é a melhor coisa que aconteceu pra mim.

É em Brasília que Joaquim, aos vinte e oito anos, se casa com sua esposa e tem com ela três filhos. Ele a conhece no ambiente de trabalho.

Nosso escritório na usina de álcool era no Lago Sul, lá tinha pouquíssimos restaurantes, exceto o Gilberto Salomão. A maioria das quadras não dispunha de restaurantes. E lá, onde eu trabalhava, tinha um, abaixo de um bloco, tinha uma lojinha de uma senhora. Três senhoras lá fizeram uma lojinha de chocolate, vender alguns produtos caseiros, produtos do sul. Mas mesmo a venda de chocolates não estava dando muito sucesso. E aí uma cliente lá viu e comentou com a dona da loja, que ela tava almoçando lá e achou o prato dela muito diferente: “Ô senhora, por que você não traz, não faz pratos aqui pra vender? Já que a quadra é muito deficiente”. Aí, ela achou interessante e começou a fazer. Mudou um pouco a linha do chocolate e começou a fazer os pratos pro almoço. E a maioria dos funcionários que trabalhavam na quadra ficaram sabendo e foram lá almoçar. Então, passou a ter um movimento na lojinha de chocolate. E eu um dia sentei na mesa comum, não tinha, as mesas eram poucas mesas, aí sentei à mesa e a minha mulher tava também almoçando. Ela trabalhava lá do lado, numa agência de viagens. E aí ela sentou à mesa e nós começamos a bater papo. Foi aí que eu a conheci.

Posteriormente, sua esposa abandona a carreira profissional, dedicando-se exclusivamente ao trabalho doméstico.

Então lá em casa nós fizemos um compromisso, eu e a minha mulher, a parte de suporte externo eu iria fazer e o suporte interno ela iria fazer.

No ano de 1988, ainda sócio na construtora do tio, o entrevistado funda uma empresa de propriedade exclusivamente sua.

O meu objetivo era retornar para Belo Horizonte e começar a atuar no mercado imobiliário lá.

Eu fundei em 1988. Ela ficou, de certa forma, nos primeiros anos é... com pouquíssima atividade, porque eu estava vinculado à outra empresa. Então, eu tinha que dedicar o meu tempo, o meu esforço à outra empresa. Mas algum investimento, os recursos que eu auferia como executivo, eu comprava lotes. E comprava lotes em nome dessa empresa que já estava criada.

Em 1990 ele finalmente se desliga da empreiteira em que atuava com o objetivo de investir em sua empresa própria. Tal decisão implicava em seu retorno, juntamente com a família, para a cidade de Belo Horizonte. Entretanto, na véspera de sua partida, recebe o convite para se tornar diretor executivo de uma das maiores construtoras do Distrito Federal. Aceita a proposta perante o recebimento de um alto salário.

Esta empresa atua em projetos em diferentes cidades do Brasil. Além de edificações privadas, executa obras junto ao poder público. Também atuou na produção de infraestrutura para a Copa do Mundo de futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ambos os eventos acontecidos no Brasil.

Mas em 1988 eu fundei a minha empresa. Em 1990 foi quando eu efetivamente me desliguei da construtora X, para retornar à Belo Horizonte. Só que nesse ínterim, no dia que antecedeu a minha mudança para Belo Horizonte, eu recebi um convite para ir trabalhar na construtora Y. Para ser o executivo da área administrativa e financeira (...) E aí, no dia da minha mudança, no dia que antecedeu, mudaram-se os planos, e eu fiquei em Brasília. E foi a melhor coisa que aconteceu

É curioso o fato de que um dos sócios fundadores da empresa para qual Joaquim é contratado possui grau de parentesco com ele. Trata-se de um primo seu. Vemos aqui,

portanto, novamente o peso das relações pessoais no sentido de favorecer os rumos tomados pela carreira profissional do entrevistado.

Seria leviano, ou mesmo injusto de nossa parte, afirmar que Joaquim foi contratado exclusivamente por ser primo do dono da empreiteira, pois para além de tal característica, tratava-se também de profissional experiente e qualificado. Entretanto, a partir do ponto de vista sociológico, é ingênuo deixar de notar e buscar analisar a realidade da existência do laço de parentesco entre o sócio fundador da empreiteira e nosso entrevistado. Utilizemos aqui o conceito de capital social para pensarmos a respeito de recursos que nosso entrevistado dispunha e lançou mão, não necessariamente de forma consciente, para acessar cargo de tamanha grandeza. Pensado como um patrimônio a ser utilizado nas disputas e jogos sociais, o capital social se refere a uma rede durável de relações diretamente utilizáveis capaz de, ao ser mobilizada, proporcionar ganhos materiais e simbólicos à determinado agente social. O volume de capital social possuído por um agente particular depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico e cultural) possuído por aqueles com os quais está relacionado.

O entrevistado trabalha como diretor executivo nesta empreiteira até o ano de 2001, quando decide passar a se dedicar integralmente à sua própria empresa.

E aí então eu deixei a minha empresa de certa forma inativa, porque eu fui ser executivo da empreiteira Y. Fiquei lá até o início de 2001, ou seja, onze anos. Após a minha... é... desligamento da empreiteira Y, eu entendi que era hora de ter uma carreira solo. Eu entendi que era a oportunidade que eu teria de fazer atividades de forma independente. Eu era um executivo muito bem remunerado, mas eu sempre tive a iniciativa e a visão de que era mais importante, numa determinada fase da vida, eu cuidar dos meus negócios, e não ficar só vinculado a ser um executivo de uma empresa. (...) Eu já estava estabelecido aqui em Brasília, estruturado, família toda estruturada aqui, e achei que era um desafio que devia seguir em frente. Me desliguei e fundei a minha empresa, fundei não, dei sequência na minha empresa, que já havia sido criada há anos, antes de eu entrar na empreiteira Y. Ou seja, eu já tinha uma expectativa que numa determinada fase da minha vida eu iria cuidar de uma empresa própria.

Joaquim conta que ao longo da trajetória nas construtoras nas quais atuou, procurou investir paralelamente em sua própria empresa, pois seu objetivo, seu sonho, era se tornar proprietário de seu próprio negócio.

Mas a minha expectativa era: eu estou trabalhando como executivo e tenho recursos que eu estou auferindo como funcionário. Esses recursos eu vou investir em terrenos, porque terreno é a matéria-prima que eu precisaria no momento em que eu viesse a implementar uma empresa. Então eu fui comprando terrenos pela Terracap, por prestação. Fazendo os meus investimentos devagarzinho ali e tal. E me preparando, no momento em que eu realmente sentisse segurança, tranquilidade, para ter uma carreira solo, eu já iria iniciar uma atividade com respaldo, com uma empresa já, ainda que pequena, mas com possibilidades de... ela não sairia do zero. Ela já tinha uma dinâmica. Não era uma dinâmica grande, mas ela já conseguia sobreviver.

Vale notar que ele faz elogios à noção de empreendedorismo.

As pessoas querem empreender. A maioria das pessoas... todo ser humano não quer ter patrão. Todo ser humano quer ser independente. Isso é inerente ao ser humano, e é muito bom que seja assim. Só que nós vivemos em um país onde, infelizmente, o incentivo para quem quer produzir é muito pequeno ou diria que nenhum

Daqui depreendemos que sua noção de liberdade passa pela possibilidade de uma pessoa poder ser proprietária de seu próprio negócio. Joaquim faz um elogio, sem assim nomeá-lo, a certos ideais do imaginário neoliberal, relacionando autonomia individual à empreendimento próprio.

Na esteira desse pensamento, sua avaliação sobre o poder público no Brasil é que este, ao invés de incentivar aqueles que desejam criar suas empresas, se coloca como um empecilho, uma vez que exige o cumprimento de uma série de leis que, avalia o entrevistado, são desnecessárias.

O Brasil é um país de muitas oportunidades, tem tudo pra fazer. Tudo. E tem reservas minerais, recursos, tem o território, tem tudo. Então, o que a gente precisava era ter um governo que saiba atrapalhar menos.

O mercado empresarial, nossa atividade é uma atividade de risco. É uma atividade que não existe nenhum incentivo governamental, pelo contrário, é uma legislação extremamente confusa, complexa... Uma burocracia infernal

Aqui (no Brasil), pra você sobreviver com uma empresa você tem que ter uma determinação muito forte

Mas, assim, você empreender no Brasil é uma atividade pra poucos. É uma pena, porque o brasileiro é muito criativo, é extremamente trabalhador, e a gente precisa ter mais incentivo, simplificação dos procedimentos burocráticos, não é fácil empreender aqui, não é fácil.

O grande problema dessas empresas que são criadas no Brasil é que noventa por cento ou mais, número acima de noventa por cento, elas só duram três anos, cinco anos. Porque é muito difícil empreender no Brasil

O poder público aqui (Brasília), e talvez com a preocupação com o tombamento, é extremamente engessado. Aprovar um projeto (construtivo) é quase que humanamente impossível. Isso é muito ruim, porque as empresas que trabalham de forma legal, trabalham com a legislação, e é natural porque qualquer construtora tem que trabalhar cumprindo todas as normas de padrão construtivo, normas construtivas, cumprimento das suas obrigações sociais, com os trabalhadores, com o projeto também de preservação da qualidade de vida dos trabalhadores, da segurança do trabalho, e a gente observa que quem trabalha com todo esse, com esse arcabouço jurídico é prejudicado às vezes por quem constrói em áreas não legalizadas, como, por exemplo, Vicente Pires. E outros. O Jardim Botânico, etc e tal. Onde não existe a fiscalização do poder público e, quem trabalha legalizado não consegue, num prazo cômodo, fazer as suas edificações.

Vemos, portanto, a representação que estabelece um conflito existente entre interesses do Estado e interesses do mercado. Diante dessa contenda, Joaquim se coloca ao lado do mercado, endossando, assim, um ideal que prega a interferência mínima do poder público em atividades econômicas.

Eu costumo falar muito, o Tiradentes perdeu o pescoço, cortaram o pescoço do Tiradentes porque ele tava discutindo a cobrança dos impostos, quinto do ouro. O quinto significava vinte por cento. A carga tributária hoje é da ordem de trinta e oito à trinta e nove por cento. Imagina, o Tiradentes perdeu o pescoço por causa de vinte. Nós estamos com o dobro.

Porque as nossas leis, elas são tão absurdas que ninguém cumpre. Porque nós não precisamos de leis, nós precisamos de que as pessoas tenham compromisso ético, pouca coisa, não precisa desse monte...

Será que o modelo político que nós temos é que está correto? Eu acho que o problema nosso é de modelo. Nós temos uma constituição mal feita, mal elaborada, com absurdo de artigos, não existe parâmetro, lugar nenhum no mundo. Nós não temos uma constituição, nós temos um código.

Me parece que a constituição americana tem cinco artigos. E a democracia lá é plena. Por quê? Há respeito à lei. Aqui ninguém respeita a lei. Quanto mais lei tem, mais ela é desrespeitada

Percebemos, portanto, que a coisa pública é uma dimensão da existência individual e social avaliada por nosso entrevistado por meio de profundo desprezo. Vejamos o que ele nos conta sobre o que pensa a respeito da educação pública.

Que nem eu falo. Eu tenho três filhos. São todos formados em curso superior, dois formados pela UnB. Sem pagar. O que eu acho um absurdo. Eu sou contra ensino gratuito. Acho que todo mundo tem que pagar pelo que tem de consumo, tem de aprendizado, tem de... Não existe como você ter um ensino gratuito, isso não existe, alguém tá pagando. E principalmente a UnB, onde a maioria dos alunos

que lá estão os pais têm condição de pagar. Eu já fiz umas obras lá na UnB, em retribuição ao ensino que foi dado aos meus filhos, que eu não paguei. Eu fiz lá salas de aula, mobílei as salas, coloquei ar-condicionado, coloquei as carteiras. Uma doação, eu acho que isso deveria ser obrigatório, deveria ser nem doação. Acho que a maior parte dos alunos que tão ali, a maior parte tem condição de pagar. Evidentemente que tem muitos que não tem. Mas nós deveríamos ter hábito de retribuir aquilo que a UnB fez pelos nossos filhos.

Através de uma perspectiva macroeconômica, é necessário notar que há, a partir de dos anos 1980, a ascensão de uma nova ordem econômica mundial, que invade também a América Latina e o Brasil. O surgimento de tal ordem acontece devido a eventos que transformam a produção capitalista, como a crise do modelo fordista-taylorista de produção, o fim dos regimes socialistas, as crises do petróleo. No Brasil, temos nesse período, o cenário de início da abertura democrática, de estagnação econômica e de taxas de inflação que ao longo da década de 1980 foram aumentando de forma assustadora de modo a alcançar, no início dos anos 1990, patamares da ordem de 80% mensal.

O primeiro presidente eleito pelo voto direto pós período ditatorial, Fernando Collor de Mello, pregava que o cenário de caos econômico no país se devia ao comportamento corrosivo de burocratas e governantes que o antecederam. Prometia aos brasileiros romper com a tradição, por ele associada às raízes ibéricas do atraso burguês, do patrimonialismo e do cartorialismo. A solução para tal cenário passaria pelo desmantelamento das estruturas do Estado e a adoção de uma política de fronteiras econômicas abertas (Lima, 2008, p.7).

Embalados por recomendações proferidas por entidades representantes de países desenvolvidos (principalmente a partir do Consenso de Washington) aos países periféricos para retomada do crescimento econômico, desenvolvimento e alcance da igualdade social, são aplicadas no Brasil políticas macroeconômicas marcadas pela abertura comercial e pela diminuição da presença do Estado na arena econômica. A noção de “livre mercado” adentra o País. O que dá forma a essa ideia é o funcionamento desregulado dos mercados (o financeiro e do trabalho), o desimpedimento da comercialização interna e externa e a mobilização da capacidade empresarial, dos recursos produtivos e dos mecanismos de inovação e produção de novas tecnologias (idem, ibidem, p.9) .

A partir dos anos 1990 parâmetros nitidamente importados do imaginário neoliberal, tais como o Estado mínimo, o empreendedorismo, a autonomia individual, a eficiência, a competitividade e a produtividade, se instalam no debate político e intelectual, nas tomadas de decisão em grupos empresariais e financeiros, em alguns dos grandes partidos políticos, em certos meios acadêmicos, jornalísticos e também entre tecnocratas (idem, ibidem, p.10).

Não é difícil depreender que esse novo estado de coisas vigente no mundo econômico e empresarial molda mentalidades nele e para além dele, informando agentes na construção de seu olhar sobre a realidade, em tomadas de decisão, em posicionamentos frente ao mundo da vida. Estando Joaquim envolvido e ocupando posições decisivas em grandes empreiteiras do País, também ele abraça e propaga as premissas do imaginário neoliberal.

Mais um exemplo dessa postura fica evidente quando nos conta sobre o que pensa a respeito de soluções para as questões brasileiras.

Nós precisávamos ter primeiro um planejamento de médio e longo prazo. Nós não temos isso. Todos os nossos governos são imediatistas. E todos os planos de governo que são elaborados durante a eleição, são planos meramente eleitoreiros. Não tem um governo que segue um plano que ele em tese formulou. Primeiro, não é o candidato que formula, é alguém que escreve pra ele, e ele leva aquilo lá. Mas não tem nenhum que cumpre. Então, quando eu fico analisando, a Revolução de 64 trouxe problema de toda natureza, toda ordem, inclusive as que eu citei aí pra minha família e tal. Mas os militares são nacionalistas e planejadores. (...) Então pra nós termos um país de futuro, um país melhor no futuro, nós temos que definir algumas prioridades. Nós vamos querer educação? É. Nós vamos querer desenvolvimento? É. Ou nós vamos querer segurança? Enfim. Você tem que elencar, administrar e definir prioridades. Tem que elencar três ou quatro grandes projetos de longo prazo, mas tem que segui-lo todinho.

Devemos notar aqui a aposta que nosso entrevistado faz na técnica, neste caso, técnica de administração e planejamento. E a inexistência de qualquer menção à atividade política como forma de organizar a nação. A noção de eficiência é que encontra maior assento no discurso do entrevistado.

A política não é um valor pra mim não. Infelizmente nós estamos com aquele que eu acabo de falar agora, uma ausência de liderança tão grande que a gente está muito descrente do político.



Por fim, e à luz da informação fornecida por nosso entrevistado, cuja autoimagem é de alguém apolítico, buscaremos analisar seu envolvimento com algumas entidades de classe.

Conforme relata, Joaquim participa de importantes associações que atuam no mercado imobiliário e na indústria da construção civil no Distrito Federal. Fez parte durante onze anos da ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário), e compõe há mais de vinte anos a diretoria de incorporação da ASBRACO (Associação Brasileira de Construtores). Para além dessas duas entidades, mantém relações institucionais com o SINDUSCON-DF (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal) e o Clube de Engenharia.

A ASBRACO compõe o CONPLAN (Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF), órgão colegiado, pertencente ao sistema de planejamento urbano do DF, com função consultiva e deliberativa, que auxilia a administração pública na formulação, análise, acompanhamento e atualização das diretrizes e implementação da política territorial e urbana. A diretoria da qual o entrevistado faz parte trata institucionalmente com o Governo do Distrito Federal, na formulação de políticas para o setor imobiliário. Tal entidade congrega apenas algumas poucas construtoras que participam da edificação de obras públicas.

Assim Joaquim relata sua atuação nas associações.

É uma atividade muito interessante. A gente faz isso sem nenhuma remuneração, isso é espontâneo. E também porque é uma forma de retribuir à Brasília as oportunidades que nós, que eu tive aqui. Brasília é uma cidade que me deu muitas oportunidades, casei aqui, meus filhos nasceram aqui. Nós somos brasilienses de coração. E então é uma forma da gente retribuir um pouco daquilo que nós tivemos aqui

Para além dos sentimentos de gratidão e pertencimento em relação à cidade, e do desejo de desempenhar uma atividade de forma voluntária, será que podemos fazer também outra leitura a respeito da participação de nosso entrevistado a tais entidades?

Como sabemos, a formação de entidades de classe está prevista na Constituição Federal, artigo 5º. Elas buscam, em sua atuação, proteger e representar seus associados, pertencentes a uma mesma categoria profissional. O sentido de sua formação é que, a partir de uma composição coletiva, os indivíduos associados ganham força extra da qual não disporiam caso atuassem isoladamente. As entidades de classe têm poder, previsto em lei para representar jurídica, administrativa e politicamente em favor de seus associados.

Sociologicamente podemos fazer duas leituras a respeito da função que as associações cumprem: enquanto um agrupamento de poder político e como “clubes de capital social e simbólico” (Setton, 2004, p.91).

Enquanto agrupamento de poder político, as entidades de classe das quais Joaquim participa, podem ser interpretadas como grupos de pressão sobre o sistema político, atuando na defesa de interesses próprios frente ao poder público ou a outros grupos sociais. A ASBRACO, por exemplo, opina diretamente na política territorial do Distrito Federal. A partir dessa interpretação é possível enxergar os membros da instituição como agentes políticos por excelência e sua prática como estando a serviço de interesses classistas.

Outra visão que podemos lançar sobre as associações, mais em especial sobre o Clube de Engenharia, são enquanto grupos de capital social e capital simbólico. Tomamos de empréstimo o termo de Setton, que assim pode ser definido:

Os grupos ou clubes de capital social e capital simbólico representam um tipo de prática de associativismo que serve como instrumento de distinção, de aproximação e separação social. Em um mundo onde o individualismo, o mercado e o crédito são fundamentais, impõe-se a criação de espaços institucionais que ateste a idoneidade dos indivíduos e justifiquem sua posição social. Espaços de trocas de símbolos que marcam a identidade social e o estilo de vida de um segmento da sociedade, como a moda do vestuário, o consumo ostensivo de bens duráveis ou mesmo bens simbólicos, como o prestígio, a honra e os títulos de premiação. Espaços para ver e ser visto. Espaços que funcionam como uma escola moral e comportamental, forte instrumento de controle social e político (2004, p.95).

Pertencer a esses grupos não significa apenas partilhar propriedades e características comuns – a atividade profissional – mas também vivenciar uma união constituída de laços permanentes e úteis. O volume de capital social e capital simbólico possuído por um agente

particular depende da extensão da rede de relações que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico e cultural) possuído por aqueles com os quais está relacionado. As vantagens que pertencer a certo grupo proporciona são o próprio fundamento da solidariedade que o torna possível. Isso não significa, no entanto, que as vantagens sejam conscientemente perseguidas como tais (idem, ibidem, p.95-96).

Nesse sentido, podemos afirmar que, a partir de uma leitura sociológica, a forma desinteressada com a qual nosso entrevistado se coloca em relação às instituições das quais participa voluntariamente, sem “nada” receber em troca, não é tão desinteressada assim. Em benefício ele tem a possibilidade de ampliar sua rede de relações e conquistar e/ou aumentar seu prestígio. Além, é claro, das vantagens mais óbvias que estar à frente de instâncias consultivas e decisórias trazem em termos de ganhos políticos, capazes de serem convertidos em recursos econômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma tese é por natureza inacabada. E esta, que aqui vos apresento, não se pretende a ter ou ser uma palavra definitiva. Se, em nossos trabalhos, alcançássemos verdades últimas, então seria o fim de nosso campo de atividades, as discussões, pensamentos, escritas e análises infinitas, que tanto nos animam.

Por outro lado, é necessário superar o medo de fazer afirmações. Pois sem elas não temos uma base sobre a qual discutir, argumentar... Portanto, aqui vão algumas considerações finais.

Confesso que não consigo desenvolvê-las a não ser contando uma história. A história da tese. Lanço mão deste artifício, portanto.

Tudo começa com a vontade de investigar sobre aquilo que compõe as relações de distinção social no Brasil contemporâneo. Esse desejo surge como um desdobramento dos limites encontrados na minha pesquisa de mestrado, na qual procurei observar as práticas culturais e as manifestações de preferência de algumas pessoas pertencentes a estratos sociais elevados na cidade de Brasília. Naquela ocasião, fiz a investigação fortemente orientada pelo modelo teórico de Pierre Bourdieu, que privilegia, como forma de compreender a delimitação de fronteiras e a formação de hierarquias sociais, a apreciação de bens simbólicos por parte das diferentes classes sociais e frações de classe. É a partir da apreciação desses bens que, no borburinho do mundo social, pessoas, coisas e práticas são classificadas.

Por meio do estudo da obra do sociólogo, no entanto, um fato ficou evidente: embora Bourdieu tratasse da diferenciação e hierarquização social que se dá na dimensão cultural da vida social, é a dimensão material da existência que ampara as construções simbólicas. É a possibilidade da saída das necessidades existenciais mais imediatas que permite a estilização da vida.

Para além dessa importante constatação, algo mais foi constatado: a de que eu estava tratando de duas realidades sociais distintas, quais sejam: a França dos anos 1970 e o Brasil da virada da primeira para a segunda década do século XXI. Pode parecer besteira, mas para mim, à época, tal fato não era evidente.

Ao final da pesquisa, portanto, ficou claro que eu tratava de dois universos sociais bastante distintos. A leitura de um trecho da obra *A sociologia de Pierre Bourdieu* (2003) de Renato Ortiz me fez concluir que por aqui era difícil falar de uma cultura burguesa legítima propagada para a sociedade como um todo por meios de instituições consolidadas através de mais de séculos de história. E, por sua vez, também falar de uma cultura popular marcada por um déficit em relação à referida cultura legítima.

A partir do “fracasso” dessa pesquisa, em que eu gostaria de ter provado algo que, ao final, se revelou impossível, surge a questão: se a distinção social no Brasil não se dá a partir da apreciação ou não apreciação de elementos da cultura legítima, então, como ela acontece?

Eu poderia ter ido por um caminho que a princípio parecia mais evidente – e como Renato Ortiz já apontava em seu texto – de investigar sobre outras instâncias, como a mídia, por exemplo, influenciadoras na formação de esquemas classificatórios. Porém, fiz uma outra opção que se baseou no desejo de conferir alguma autonomia ao sujeito frente a sua história. Explico. Sentia que a abordagem da teoria da ação, como bem explicitou Gaulejac (1999, p.67), institucionalizava a autonomia subjetiva dos indivíduos, como se essa fosse exclusivamente a interiorização das normas, regras e esquemas classificatórios do mundo exterior. Sentia, portanto, a necessidade de uma abordagem que, sem desconsiderar a importância do peso da estrutura social sobre o indivíduo, permitisse a ele alguma interioridade subjetiva. Foi nesse sentido que se deu a opção pela abordagem clínica, por ela permitir a escuta atenta a um algo mais, algo da ordem da interioridade daqueles que compõem o universo social.

É assim também que chego ao método de história de vidas, como um desdobramento e uma possibilidade de aproximação da experiência concreta vivida pelos sujeitos de pesquisa.

Esta foi, enfim, minha maneira de tentar trazer um pouco de vida, de elementos existenciais, para a sociologia que eu pretendia fazer.

A construção da tese foi, antes de tudo, uma oportunidade de aproximação. Mas não só. Foi a oportunidade de conhecer – no sentido de estudar, ler, pensar – a abordagem clínica nas ciências sociais. Isso incluiu a percepção do que entendo ser central nessa prática: a aproximação do que é vivido pelas pessoas e a escuta atenta ao que elas comunicam e silenciam.

As histórias de vida aqui apresentadas referem-se a vidas vividas. Para os sujeitos que as habitam é o que há de mais visceral, real, é a sua verdade. Minha tentativa enquanto socióloga clínica foi a de, a partir da vida experimentada pelos sujeitos de pesquisa, encontrar aquilo que toca à história coletiva.

Sendo a trajetória de vida dos entrevistados o que guiou nossa análise, inevitavelmente nos vimos obrigadas a percorrer a história do Brasil durante boa parte do século XX. Um de nossos entrevistados tinha, à época da entrevista, oitenta e nove anos de idade. Esta entrevista, diga-se de passagem, gerou um áudio de cerca de cinco horas. O outro, estava na casa dos sessenta anos e relatou sua trajetória em cerca de duas horas de conversa.

Retomando o que foi questionado lá no início do texto sobre o que torna possível a coexistência, por um lado, de uma ordem que se enuncia republicana e democrática e, por outro, de desigualdades sociais significativas, penso que podemos encontrar algumas respostas na forma como nos estruturamos enquanto sociedade em torno da gramática dos privilégios e, não, na dos direitos. Existe forte contradição entre o que formalmente acredita-se ou se diz ser a ordem instituída e o que de fato é vivido pelos sujeitos sociais. É como se, para usar a metáfora de um jogo, as regras formais fossem umas, mas ele fosse jogado na prática de forma diferente.

A metáfora do jogo não é à toa. É que ela nos remete à ideia de competição. E o que é a economia capitalista, da qual o Brasil participa, se não uma competição ampla e generalizada?

A Revolução Francesa foi uma revolução burguesa, nos diria Marx. Ela enterra de vez a aristocracia e permite a ascensão da classe burguesa. Inaugura a possibilidade de mobilidade social, pondo fim aos privilégios de sangue. Quer dizer, pode-se nascer pobre, mas não necessariamente se morre pobre. Com muito trabalho e esforço é possível se tornar rico, aos olhos da ideologia capitalista.

Acontece que, neste longo processo, os indivíduos acabam por ficar desamparados também materialmente, como bem nos evidencia Castel (2008). O que os resta é a possibilidade de empenhar sua mão-de-obra em troca de um salário. Essa é a lógica da sociedade salarial. Exceto pelo curto período de tempo na história da economia capitalista em que algumas poucas sociedades tiveram condições de se organizar em torno do Estado Social, o que temos é um sujeito “livre” para viver dependente de seu salário. E quando não pode fazer isso, seja por razões de falta de postos de trabalho, adoecimento, velhice ou qualquer outro fator? Como fica? Quem ou o quê o ampara?

É à luz dessa história que pensamos o que acontece no Brasil. Aqui também temos uma história que se entrelaça com essa que atravessa os mais distintos Estados-Nação. Só que temos nossas especificidades.

Por aqui tivemos conquistas de direitos concedidas e tuteladas por um Estado forte e centralizador. Por vezes, autoritário. A Revolução de 30 esteve longe de representar uma ruptura com arranjos antigos que sustentavam a sociedade. E os governos que se seguiram a ela promoveram uma modernização que passou pela urbanização e industrialização da Nação, mas não pela adoção literal de princípios democráticos.

Neste contexto, a educação formal torna-se um item de luxo. Aqueles que tiveram a oportunidade de fazê-la, com sua materialização através da obtenção de diplomas, puderam

alcançar oportunidades de trabalho nas quais tiveram remuneração suficiente para uma vida próspera.

Não podemos deixar de assinalar, também, o peso, que nas trajetórias aqui contempladas, percebemos dos laços de amizade e parentesco. Aquilo que Bourdieu nomeia como capital social.

Questionamos: o que seria de nossos entrevistados sem o contato com todos aqueles que, ocupando posições de poder, os ajudaram de diversas formas a chegar onde chegaram?

Charles Wright Mills (1975 [1956]) define a elite do poder como um grupo coeso de indivíduos que “podem realizar sua vontade, mesmo que outros se oponham a isso”. São aqueles cujas decisões são carregadas de consequências para as demais pessoas.

Os entrevistados tiveram, ainda em sua juventude, contato com indivíduos poderosos. Alguns eram familiares seus, outros, amigos. A possibilidade de aproximação junto a grupos, pessoas e espaços de poder são também evidência de seu próprio poder. De seus recursos que, quando mobilizados, permitem uma ampliação, numa espécie de ciclo virtuoso.

Mas apesar de tudo, a quem nossos entrevistados atribuem sua riqueza e posição social? Ao trabalho duro, persistente, metódico. O seu próprio mérito. Relembremos a afirmação de Joaquim que, ao ser questionado se considera que teve oportunidades ao longo de sua carreira de empresário de sucesso, afirma:

Mas as oportunidades que eu tive sempre foram oportunidades que sempre, digamos, estiveram atreladas ao meu esforço, à minha dedicação. À minha vontade de vencer.

Como se nada a mais compusesse o intrincado processo de produção e reprodução de sua riqueza.

Por fim, nos resta questionar: como é possível a manutenção de tal ordem social tão contraditória? Afirmamos: devido à naturalização e/ou recalçamento das condições que a



torna possível. Essas condições são justamente os privilégios de alguns disfarçado de direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOIRNO, Jacques; BARUS-MICHEL, Jaqueline. Sujeito. In: *Dicionário de Psicossociologia*. Coordenação de Jacqueline Barus-Michel; Eugène Enriquez; André Lévy. Lisboa: Climepsi, 2005.

ARAÚJO, José Newton; CARRETEIRO, Teresa (orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec, 2001.

BAVA, Silvio Caccia. O futuro da humanidade. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Brasil, 4 dez. 2012. Entrevista. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/o-futuro-da-humanidade/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique. Sa validé methodologique, ses potentialités. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, 1980, Presses Universitaires de France, Paris.

BERTONCELO, Edison. Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2008 [1979].

\_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

CARRETEIRO, Teresa. *História de vida laboral e aposentadoria: uma metodologia em discussão*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 430-441, jan. 2017.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTRO, Daniel. *Diferentes desigualdades, diferentes ricos: uma revisão da literatura internacional sobre a evolução e os determinantes da renda dos ricos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2014.

CATTANI, Antônio. *Riqueza e Desigualdade*. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, p.547-561, Set./Dez. 2009.

COULANGEON, Philippe. Social Stratification of Musical Tastes: Questioning the Cultural Legitimacy Model. *Revue française de sociologie*, Volume 46, p. 123-154, 2005/5.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. *Global Wealth Report. 2019*.

DENNIS, Alex; MARTIN, Peter. Symbolic interactionism and the concept of power. *The British Journal of Sociology*. Volume 56, n. 2, 2005.

DEVEREUX, Georges. *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. França: Flammarion, 2012 (1967).

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002. (1895).

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FONSECA, André. Uma história social de Uberaba (MG). *Hist. R.*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 197-235, jan./abr. 2014.

GAULEJAC, Vincent de. *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Via Lettera, 2014.

\_\_\_\_\_. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Historias de vida y sociologia clínica. In: *Proposiciones*, vol.29, março de 1999.

\_\_\_\_\_. *La historia que heredamos: novela familiar y trayectoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2016.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: *Dicionário de Psicossociologia*. Coordenação de Jacqueline Barus-Michel; Eugène Enriquez; André Lévy. Lisboa: Climepsi, 2005.

\_\_\_\_\_. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. In: *Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005.

\_\_\_\_\_. *Qui est “je”?* Paris: Éditions du Seuil, 2009.

GEBRIN, Ana; ANDREOTTI, Rafael. *Sociologia Clínica e Psicossociologia: a noção de implicação do pesquisador*. *Teoria&Sociedade*, n. 24, junho de 2016.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

ICS-UnB. *Brasília nas Ciências Sociais*. Teses, dissertações e monografias defendidas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

JOHANSSON, C. Goffman's Sociology: an inspiring resource for developing public relations theory. *Public Relations Review*. Vol. 33, n. 3, 2007.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIMA, Carolina. *Estudo sociológico da distinção social em Brasília: práticas, gostos e estilos de vida*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2013.

LIMA, Diana. "Prosperidade" na Década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o Fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 1, 2008, pp. 7 a 35.

\_\_\_\_\_. *Sujeitos e objetos do sucesso: Antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

MARTINS, Carlos Bendito. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Cortez Ed., 1988.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a noção de prática em Pierre Bourdieu. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 62, p. 162-181, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Editora Martin Claret, 2004 (1932).

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livros I, II, III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Ed 70, 1988.

MEDEIROS, Marcelo. As teorias de estratificação na sociedade e o estudo dos ricos. In: *BIB*, São Paulo, n. 57, 1º semestre de 2004, pp. 69-89.

\_\_\_\_\_. *O que faz os Ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MINISTERIO DA FAZENDA. BRASIL. *Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira*. Dados do IRPF 2015/2014. 2016.

PETERS, Gabriel. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2006.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMAN, Márcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PULICI, Carolina. *O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: Estudo sociológico da distinção social em São Paulo*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010.

NOGALES, Ana Maria. Cenários demográficos para a Área Metropolitana de Brasília. In: PAVIANI, Aldo; BARRETO, Frederico; FERREIRA, Ignez; CIDADE, Lúcia; JATOBÁ, Sérgio (Orgs.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

NUNES, Christiane; SILVA, Pedro. A Sociologia Clínica no Brasil. In: *Revista Brasileira de Sociologia*, vol.6, n.12, jan-abr/2018.

NUNES, Brasilmar. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

\_\_\_\_\_. *Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência*. Revista Sociedade e Estado – Volume 29, Número 3, Setembro/Dezembro 2014.

OLIVEN, Ruben. Cultura e Modernidade no Brasil. In: *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 2001.

ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

ROCHA, Emerson. *O negro no mundo dos ricos. Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SETTON, Maria da Graça. *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Pedro Henrique. *O que fazemos do que fazem de nós: Trajetória sociais e militância entre os catadores de materiais*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2015.

SOUSA, Marcelo. *Somos todos brasileiros? Estudo sociológico sobre o vínculo social brasileiro moderno (trajetórias ocupacionais de trabalhadores brasilienses da construção civil – 1992/2003)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2006.

SOUZA, Carolina; CARRETEIRO, Teresa. *Narrativas de vida e seu uso pela Psicossociologia*. *Clínica & Cultura*, v.5. n.1, jan-jun, 2016, 23-36.

SOUZA, Pedro Herculano. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os ricos no Brasil: o que sabemos, o que não sabemos e o que deveríamos saber*. BIB, São Paulo, n. 85, 1/2018, pp. 5-26.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.



